

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2014

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.º Secretário:** - *Otilia Raquel Fernandes Lima*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão
27 de dezembro** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras Presenças:**
- *António José Pires Almor Branco*
 - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *João Maria Casado Figueiredo*

Verificação de Presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 37 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 60 membros no decorrer da sessão.

Membros em Falta:

José Baltazar Gomes Aguiar, Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa, Carlos Alberto Dias Barja Alves e Edgar Alberto Pires.

Justificação de Faltas:

- *José Baltazar Gomes Aguiar*: sessão de 28 de fevereiro de 2014.
- *Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa*: sessão de 28 de fevereiro de 2014.
- *Carlos Alberto Dias Barja Alves*: sessão de 28 de fevereiro de 2014.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

----- Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:

Verificada a existência de quórum, declaro aberta a sessão. Cumprimentava o Sr. Presidente do Executivo, os Srs. Vereadores, os membros desta Assembleia, munícipes, o público e a comunicação social aqui presentes. Pedia ao Sr. Secretário o favor de dar as informações sobre correspondência que haja e que seja de interesse desta Assembleia.

----- Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro*:

Bom dia a todos.

Em relação à correspondência, depois de termos enviado juntamente com a Ordem do Dia, não recebemos mais nenhuma.

Relativamente aos pedidos de substituição dos membros efetivos em falta é a seguinte.

O Sr. Fernando Paulo dos Santos Costa, vai substituir a *Sra. Maria Eduarda de Freitas Neiva Rosa*; o *Sr. José Luís Taveira*, Secretário da Junta de Freguesia de Vale de Telhas, vai substituir o *Sr. Presidente da Junta Carlos Alberto Dias Barja Alves*, e o *Sr. Carlos José Fraga*, vai substituir o *Sr. José Baltazar Gomes Aguiar*.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 5.ª Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2013.

----- Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:

Vamos proceder à votação da ata da sessão anterior.

Alguns dos Srs. Deputados pretende fazer algum comentário, ou pedir alguma explicação sobre a ata anterior?

Não havendo, vamos passar à votação.

Algum dos Srs. Deputados pretende fazer algum comentário, ou pedir alguma explicação sobre a ata anterior, que foi distribuída e dada a conhecer?

Não havendo, vamos passar à votação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com duas abstenções aprovar a ata da 5.ª Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2013.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Está algum Sr. Município que queira usar da palavra? Não há. Passamos ao Período de Antes da Ordem do dia.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Estão abertas as inscrições para intervenção.

Relembro a necessidade de se respeitar o tempo, sendo certo que os Srs. Deputados podem trocar, se não usarem o seu tempo.

Inscreveram-se os seguintes Deputados:

Sr. Deputado Fernando Mesquita, faça favor.

----- **Deputado Municipal Fernando Mesquita (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara e respetiva Vereação, Senhoras e Senhores.

É na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa da Freguesia de Torre de D. Chama, que me dirijo hoje a esta Assembleia, para de forma sucinta vos dar a conhecer as vicissitudes do processo de Instalação / Constituição dos Órgãos da Freguesia da Torre e ao mesmo tempo dar-vos conta da decisão que no passado dia 18, entendi tomar.

Embora não esteja formalmente obrigado a fazê-lo, entendo dever fazê-lo, por duas razões:

Primeiro, pelo respeito democrático que esta Assembleia me merece; segundo, porque tratando-se, como penso tratar-se de um caso inédito no concelho, pode e deve ter uma componente pedagógica, para possíveis situações no futuro.

Conhecidos que foram os resultados das últimas eleições autárquicas na Freguesia da Torre, “PSD, 4 mandatos, CDS, 3 e PS, 2”, logo se percebeu que seria necessário algum bom senso, para que fosse possível instalar os Órgãos da Freguesia. Isto porque os inúmeros comentários que foram produzidos – infelizmente com muitos disparates à mistura – inculcavam desde logo que as posições radicalizadas e extremadas assumidas pelos partidos da oposição, iriam criar muitas dificuldades ao referido processo de constituição dos Órgãos da Freguesia.

Nunca é demais referir, embora as eleições se destinem a eleger os membros da Assembleia de Freguesia, elas determinam também a eleição do Presidente da Junta de Freguesia.

Assim sendo, eleitos que estão os membros da Assembleia e o Presidente da Junta, restam apenas decidir / eleger, os dois vogais que vão integrar o Órgão Executivo, ou seja, a Junta de Freguesia.

Ora, uma vez que estão em causa apenas e “só apenas” os dois lugares de vogais, haverá alguém que de boa fé possa defender a ideia peregrina de que a lista mais votada, ou seja, a que ganhou as eleições, deve ficar arredada ou impedida de indicar um dos seus membros para esses dois lugares? Sinceramente, penso que não.

Pelo contrário, penso que se existem apenas dois lugares para preencher, então um deles deve ser ocupado por um elemento da lista vencedora e o outro por um elemento de uma das outras listas, ou seja, das listas vencidas. E foi por isso que nas várias sessões que houve para o efeito, com total abertura e espírito democrático, (penso eu) propus à Assembleia de Freguesia já instalada, várias soluções possíveis, todas elas integrando um elemento da lista mais votada e outro das listas menos votadas, isto é, das listas que perderam as eleições. Todas, uma após outra, foram sendo rejeitadas pelos partidos da oposição.

Ao assumirem este comportamento, o que esses partidos fizeram, possivelmente sem terem a noção disso, foi uma coligação negativa para impedir o poder.

Não satisfeitos com esta obstrução sistemática à possibilidade de constituição do Órgão Executivo, os elementos do CDS/PP e do PS, insurgiram-se ainda, contra a minha decisão de não permitir que, para além do Presidente da Junta eleito, ninguém mais pudesse apresentar listas para a eleição dos vogais da junta. Com esta posição, limitei-me apenas a cumprir escrupulosamente o que determina a legislação em vigor.

Ao procederem desta forma, os partidos da oposição manifestaram, para além doutras coisas, um total desconhecimento da lei. Aliás, isso mesmo foi confirmado pelo Ministério Público, no despacho que exarou, a propósito da queixa apresentada pelos elementos do PS e do CDS/PP, no Tribunal Administrativo e do qual passo a citar o excerto.

Diz o Ministério Público:

“Começando pelo objeto da denúncia primitiva, cabe desde já, dizer que quanto à eleição dos vogais da Junta de Freguesia, a interpretação do cidadão que encabeçou a lista mais votada, é a que se mostra correta, em face da lei.

Diz ainda o Ministério Público:

Na verdade, com a alteração introduzida pelo Artigo 24º, n.º 2, da Lei 169/99, pela Lei 5-A/2002, passou a ser competência exclusiva do Presidente da Junta, propor à Assembleia de Freguesia, listas dos seus membros, a eleger como vogais da Junta.

Diz ainda:

Retirando-se assim do exposto, que a eleição dos vogais da Junta de Freguesia, com base em propostas apresentadas por outros membros da Assembleia de Freguesia, que não o cidadão que encabeçou a lista mais votada, como pretendiam os denunciantes, constituiria, ela sim, ilegalidade, geradora da ilegalidade do correspondente ao ato eleitoral.” Citei.

Para além das propostas apresentadas nas sucessivas sessões da Assembleia, houve ainda alguns contactos com os partidos da oposição, tendentes a possibilitar um consenso, que viabilizasse a constituição da Junta de Freguesia. Todavia, a posição irredutível do CDS/POP e do PS, em só aceitar que os dois lugares de vogais fossem ocupados pelos seus cabeças de lista, tais contactos, vieram a mostrar-se sistematicamente infrutíferos.

Esgotadas todas as tentativas, entendi ser meu dever assumir as funções para as quais tinha sido eleito.

Foi assim, em articulação da lei e com vários pareceres de que me muni, decidi que a Junta de Freguesia devia funcionar com o Presidente eleito e os vogais da Junta de Freguesia anterior.

É certo que a Lei 169/99, no seu Artigo n.º 75º, diz que o mandato dos titulares dos Órgãos das Autarquias Locais é de quatro anos.

Mas também diz a mesma lei, no seu artigo n.º 80º, que os titulares dos Órgãos das Autarquias Locais, servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções, até serem legalmente substituídos. Há quem, numa interpretação rebuscada destas normas, entenda que esta continuidade do mandato se aplica também ao Presidente da Junta de Freguesia anterior e por conseguinte, deve ser ele a continuar em funções e não o Presidente eleito.

É uma interpretação respeitável, mas na minha opinião excessiva e que não posso de todo acompanhar.

De facto, quando por um lado, a lei diz claramente, que a seguir ao ato de instalação da Assembleia, compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada, presidir à primeira reunião de funcionamento, para efeito de eleição dos vogais da junta, Artigo 9º, n.º 1 e por outro lado, no Artigo 24º, n.º 1, diz que o Presidente da Junta é o cidadão que encabeçar a lista mais votada, tenho para mim, que ao terminar o ato da instalação da Assembleia de Freguesia, têm lugar em simultâneo, dois factos: termina o mandato do Presidente da Junta anterior e inicia funções o novo Presidente da Junta.

É por isso que em minha opinião, não colhe a interpretação segundo a qual deve ser o Presidente da Junta anterior a manter-se em funções. Isto porque, como diz o já citado artigo 80º, os titulares dos órgãos mantêm-se em funções, até serem legalmente substituídos. E é óbvio que o Presidente anterior foi legalmente substituído pelo novo Presidente da Junta, no ato de instalação da Assembleia de Freguesia.

Foi com base nesta interpretação e ao mesmo tempo para que a gestão corrente desta freguesia ficasse assegurada, que como já disse, assumi a Presidência da Junta, com os vogais da Junta anterior.

Contudo, como é do conhecimento geral, o funcionamento da Junta de Freguesia assim constituída, fica muito condicionado pelo regime de gestão limitada dos Órgãos das Autarquias Locais, previsto na Lei 47.

Foram estes condicionamentos e a possibilidade de termos que no limite, gerir a autarquia durante quatro anos, desta forma insustentável, que me levou mais uma vez e com o sentido de responsabilidade e pondo acima de tudo o interesse da nossa Freguesia, a tomar a decisão, de no passado dia 18 de fevereiro de 2014, apresentar a renúncia ao mandato, que recebi dos Torrienses.

Devo dizer que nessa decisão, fui acompanhado por todos os elementos da lista do PSD, que de imediato apresentaram a sua renúncia coletiva.

Deve notar-se que só assim é possível provocar eleições intercalares e com elas permitir que seja o povo a assumir a responsabilidade das suas escolhas e ao mesmo tempo chegarmos a uma solução democrática.

Sr. Presidente, termino esta intervenção, informando que me mantereí nesta Assembleia, na qualidade de representante da Freguesia de Torre de D. Chama, mas uma vez que renunciei ao mandato, não terei qualquer intervenção e participação, em atos deliberativos e respetivas votações, isto se outra não for a deliberação da Mesa, a que V. Ex.ª preside.

Muito obrigado pela vossa atenção.

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Mirandela, José Eduardo Almeida (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, meus colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, comunicação social.

“Moção contra o encerramento do Laboratório de Sanidade Animal de Mirandela

Considerando as informações recentemente transmitidas pelo Senhor Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar e posteriormente confirmadas pelo Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, referentes ao encerramento no dia 28 de fevereiro de 2014 do Laboratório de Sanidade Animal (LSA) situado em Mirandela na Quinta do Valongo e à sua deslocalização para a unidade de Vairão no Porto.

Considerando que o Laboratório de Sanidade Animal de Mirandela realiza por ano cerca de 400.000 análises específicas e especializadas;

Considerando que o LSA de Mirandela é uma unidade laboratorial certificada pelo IPAC que dinamiza cerca de 12 postos de trabalho diretos;

Considerando que o LSA de Mirandela presta apoio direto a mais de 11.000 produtores e cerca de 12 organizações de produtores;

Considerando a necessidade de manter todas as valências técnicas associadas às fileiras produtivas regionais;

Considerando a importância do setor agropecuário na região de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Considerando a existência de duas instituições de Ensino Superior na região com capacidade técnica e científica para dinamizar e valorizar a fileira laboratorial e de investigação no setor agropecuário;

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em Sessão Plenária de 28 de fevereiro de 2014 exige do Senhor Secretário de Estado da Alimentação e Investigação agroalimentar a revogação da decisão do encerramento do LSA de Mirandela e a sua reconversão e valorização com novas valências e capacidades que possam contribuir para o desenvolvimento da fileira da carne, do leite e mesmo do fumeiro na região de Trás-os-Montes e Alto Douro e até de todo o país.

A Assembleia Municipal de Mirandela repudia todas as decisões de deslocalização de serviços e recursos humanos que contribuam para o esvaziamento dos serviços locais da Direção Regional de Agricultura e Pescas situados em Mirandela.

Desta moção deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, Senhora Ministra da Agricultura e do Mar e Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

A Bancada Municipal do PSD da Assembleia Municipal de Mirandela.”

----- **Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta, meus Senhores, minhas Senhoras, comunicação social.

O que me traz hoje à presença neste palanque, é sobretudo uma situação que infelizmente aconteceu no dia 04 de janeiro de 2014 e que por certo, não nos orgulha. A derrocada que aconteceu junto ao LIDL, não era nova, já na mesma rua, uma casa tinha sido demolida, por não ter as condições necessárias, para que isso acontecesse. Posteriormente veio a acontecer e quatro famílias ficaram desalojadas, porque provavelmente, as infraestruturas que estavam feitas, não eram das melhores. A minha mãe dizia que “a água vem silenciosa, mas passa” e foi o que aconteceu ali.

É certo que o tempo não ajudou, mas também é evidente que as condições de segurança destas habitações, não eram das melhores. Tenho quase a certeza que há responsáveis nesta matéria, não os vou apontar. É necessário apurar os factos, mas acima de tudo, intervir de forma profissional. Não se deve deixar passar o tempo, à espera que algo mais aconteça. A situação terá que ser resolvida, provavelmente, com a construção de um muro, dentro das normas legais e das respetivas obras de consolidação, embora os danos, quer patrimoniais, quer pessoais, que já foram causados é um risco, mais do que evidente.

Eu gostaria de referir que, aqui, mais do que a parte técnica, de que não sou portadora de conhecimento efetivo, é a parte solidária, porque também como dizia a minha mãe, nas costas dos outros, vejo a minha cara. E quando as pessoas têm os seus bens em risco, têm que ter uma palavra de solidariedade. A palavra solidariedade é tão lata, que não se limita a um saco de arroz ou um copo de leite...

É importante chamar todos os envolvidos na questão urbanística, nomeadamente a Câmara, tem que assumir a responsabilidade de chamar à Mesa, todos os envolvidos, nos projetos, no loteamento, os construtores e os residentes, quer da rua de baixo, quer de cima e conversarem, no sentido de haver uma solução que possa dar credibilidade à zona. Devem apurar-se responsabilidades e o problema tem que ser definitivamente resolvido.

Mais uma vez, tenho a certeza que a Câmara terá um papel importante na junção de todos os parceiros numa mesa, no sentido de resolverem a situação.

Eu, tive pessoas que me abordaram, que já estão com problemas financeiros, porque pediram empréstimos para comprarem as suas casas. Neste momento estão a pagar os empréstimos, estão ou em casa de familiares ou com casas arrendadas. E os próprios bancos, se as pessoas quiserem fazer algum arranjo ou algum tratamento das suas casas, não o podem fazer, porque não têm dinheiro e os bancos não lhes emprestam as casas, porque as mesmas estão hipotecadas. Isto é um problema, tem que ser resolvido. Os munícipes veem sempre na Câmara, um elo de salvação...ó Sr. Presidente, até deixe-me que lhe diga, as pessoas que falaram comigo, votaram todas em si, (desculpe este à parte). É importante que nós não nos vamos esquecer e virar as costas. Eu estou convencida que o Sr. Presidente e a equipa da Câmara irão fazer o seu melhor, mas é importante que não se deixe arrastar no tempo, porque o tempo cada vez passa mais rápido e já vai fazer dois meses.

O tempo não tem ajudado, mas é importante que seja feito o talude e seja feito profissionalmente, para que a Câmara assuma a defesa e a segurança dos seus munícipes.

----- **Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários da Mesa, bom dia Sr. Presidente da Câmara e restantes Vereadores, Srs. Presidentes das Juntas de Freguesias, minhas Senhoras e meus Senhores e comunicação social presente.

Eu vou falar dum tema um pouco transversal ao que o membro da Assembleia acabou de referenciar, que é olhar mais para a nossa região. Este também é um problema importante. Não estou a descurar os que são chamados fundos estruturais. E os fundos estruturais, para a nossa região, equivalem à agricultura. Eu olho para esta plateia de membros da Assembleia Municipal e praticamente todos eles são agricultores. E os fundos para a agricultura, no próximo quadro comunitário, representam mais de um quarto dos fundos estruturais, portanto, do dinheiro que se vai receber até 2020.

Convém recordar que esses fundos são muito importantes para o desenvolvimento da nossa região e do nosso concelho.



Quando temos um novo Quadro Comunitário em que o principal enfoque é a produção de bens transacionáveis e de serviços (falo aqui da agricultura, como é evidente) onde estamos inseridos. Têm-se produzido muitos bens, com muita capacidade, existindo um crescimento acentuado das nossas exportações, ao nível do setor agroalimentar.

Há que trazer para os agricultores, inovação e valor acrescentado. Esses fundos vão ser dados, mas tem que ter esse valor acrescentado e essa inovação. Não era ao que estávamos habituados, - toma lá e depois nada se pedia em troca.

Por outro lado, essas políticas ligadas ao setor primário visam aumento da produtividade, redução dos custos de produção, transformação e distribuição e consequentemente acréscimo da rentabilidade das explorações agrícolas. Não se poderá perder esta oportunidade.

Por este motivo, o Governo criou uma estratégia consciente para estes fundos, até ao ano de 2020. Não dará fundos, só por dar. Devem ser bem aproveitados, beneficiando para quem os utiliza e que à posteriori possa demonstrar a sua boa utilização.

Assim, Srs. agricultores, companheiros e não companheiros, membros da Assembleia Municipal, estejam atentos a este benefício, em relação ao QREN 2015, o 2020 (vinte, vinte), como lhe chamam, em relação à agricultura.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu começava por fazer uma chamada de atenção ao Executivo, nomeadamente ao Sr. Presidente da Câmara. Trago aqui umas fotografias que me foram disponibilizadas por um município, que são da rua Dr. Jorge Pires, junto à Sr.ª do Amparo, em que, de três em três meses está a sofrer obras, para comporem uma conduta de abastecimento e a última vez foi este Domingo, em que toda aquela zona ficou 24 horas sem água, sendo esta situação já recorrente. Podemos ver pelas fotografias, a manta de retalhos ao longo da rua, metro a metro a abrir valas. Eu sugeria ao Executivo que pensasse numa solução definitiva, para que os residentes não fossem penalizados pela fraca manutenção em relação ao abastecimento de água.

Quanto à questão da Moção que foi aqui apresentada, eu queria dizer em nome do grupo do CDS/PP, que ninguém é a favor da saída de serviços públicos. Mas apesar de ser preocupante esta questão, julgo que devemos ter uma mente mais aberta sobre o assunto, porque atualmente existem 59 núcleos laboratoriais por todo o país, com repetição de valências, que tem um custo anual de cerca de 13 milhões de euros, com uma elevada dependência do Orçamento de Estado.

A questão de tornar mais eficiente a reestruturação de toda a rede nacional de laboratórios, foi uma decisão que o Governo entendeu e optou-se por uma solução de eficácia e eficiência, direcionando-se para um mais e melhor serviço à sociedade e às empresas. E com essa visão, naturalmente que é necessário concentrar os meios para que deem origem a qualidade, competitividade e valor.

Portanto, nesta estratégia que está a ser adotada até ao nível da União Europeia, pretende-se racionalizar, otimizar e valorizar os recursos humanos e estruturais, reduzindo os custos de funcionamento e de acreditação de métodos laboratoriais e contratação de análises em regime de outsourcing.

Claro que esta concentração de laboratórios não é sinónimo de encerramento, também podemos olhar para o outro lado da moeda, porque paralelamente, o Ministério está a desenvolver uma estratégia de investigação aplicada. E nós podemos olhar para esta situação nesse prisma, que passa pela criação de centros de excelência (creio que o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento disto) que têm o objetivo de aliar a investigação e o desenvolvimento à inovação na área agrícola, junto de empresas, entidades e organismos de investigação, nomeadamente “Universidades, Institutos Politécnicos, Laboratórios, Estações Experimentais, Associações de Produtores e Entidades Locais” para constituírem este modelo de centro de competências. E naturalmente que as instalações do MAM – Ministério da Agricultura e do Mar, podem servir de apoio para estes centros de excelência.

Por conseguinte, no que concerne a Trás-os-Montes, pretende-se (segundo fui informado) desenvolver o conhecimento na área do “azeite” e isso é muito positivo para nós. A Câmara tem vindo a desenvolver um papel muito interessante, com o Festival do “Azeite Novo”, etc.

Acho que devíamos encarar esta questão, não como um encerramento, mas como uma oportunidade para estudar outra solução. E a solução seria um centro de competências sobre o azeite e a indústria agroalimentar, porque nós também produzimos bem aqui, a “alheira” e que tem, (segundo dados que pude apurar) uma produção de 24 milhões de euros, não é de deitar fora.

Estes centros de competência vão estar espalhados pelo país, vai haver das culturas protegidas, da fruticultura, do leite, da carne, do tomate, do azeite e da indústria agroalimentar, ligada ao fumeiro, que é a nossa área.

Tenho conhecimento destas situações todas que vão decorrer, que estão a ser estudadas e para mim não faz grande sentido esta tentativa de aproveitamento político que querem fazer, relativamente à extinção do Laboratório da DRAPN, porque segunda-feira, se bem creio, o Secretário de Estado vai estar cá, para falar com estas entidades, nomeadamente com o presidente da AOTAD, que é o Sr. Presidente da Câmara e com outras entidades, no sentido de se construir aqui um projeto para o futuro.

Eu apelava ao Sr. Presidente da Câmara para que defendesse este caminho, que eu acho ser um caminho muito importante. Tenho que reconhecer que tem feito um bom trabalho, relativamente à divulgação do azeite, ao nível da Câmara.

Terei a disponibilidade de apoiar no que for necessário, para que Mirandela seja um ponto de referência em matéria de azeite e de indústria agroalimentar para o país todo.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Srs. Deputados e o Executivo.

Começo por apresentar uma moção, em que o Decreto Lei n.º 44 de 2014, apesar de ainda não estar em vigor e com a publicação da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que aprova a Lei da Organização do Sistema Judiciário, fixaram-se as disposições enquadradas na reforma do Sistema Judiciário.

A moção que eu apresento é:

“Moção em defesa do Tribunal de Mirandela

A grave situação da justiça em Portugal é uma das faces da crise prolongada em que o país está mergulhado e reflete a degradação a que chegou o regime democrático. É uma justiça mais desigual, de mais difícil acesso, menos eficaz e efetiva, menos independente.

A Justiça está hoje pior do que há quatro anos – aumentaram as custas e taxas de justiça, prepara-se o encerramento de dezenas de tribunais e desqualificação de centenas, são piores as condições de trabalho, é maior e mais grave a insuficiência de meios, não se reforçam os apoios à investigação, não há melhorias no combate à criminalidade, persistem os problemas de sobrelotação e falta de recursos humanos nas prisões, o acesso e apoio judiciário continua a ser negado à maioria dos cidadãos.

Não têm faltado reformas na justiça. Privatizaram a ação executiva, para cobrança de dívidas; fecharam juízos e retiraram magistrados dos tribunais de trabalho; privatizaram o Notariado; o apoio judiciário é um desastre.

Agora sob a imposição da troika e a aceitação obediente de um governo ao seu serviço, plasmado no regozijo da Ministra da Justiça que assumiu orgulhosamente ter já cumprido integralmente o programa da troika para a justiça, avança o encerramento e desqualificação dos tribunais com o diploma do novo mapa judiciário aprovado em reunião de Conselho de Ministros do passado dia 6 de fevereiro.

Considerando que no novo mapa judiciário o tribunal de Mirandela é desqualificado e passa a ser secção de competência genérica, ou seja, todas as ações declarativas cíveis de processo comum de valor superior a 50 mil euros e de criminalidade de pena superior a 5 anos, julgam-se em Bragança;

Considerando que distam mais de 60 KM de Mirandela a Bragança sem uma rede de transportes públicos adequada, com uma população envelhecida e com pouca mobilidade, é inegável que as populações ficarão mais limitadas no acesso à Justiça como consagra a Constituição da República;

Considerando que os tribunais devem estar onde estão as pessoas e a sua localização não pode estar sujeita ao critério economicista da oferta e da procura;

Considerando que a justiça não é apenas um serviço público, mas uma função de soberania da qual nenhuma parte do território pode ser amputada.

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida a 28 de fevereiro de 2014 delibera:

1. Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de encerramento ou desqualificação do tribunal de Mirandela;
2. Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local;
3. Exortar e mobilizar as populações para a luta em defesa do tribunal e contra a sua desqualificação;
4. Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores judiciais, e à população para o prosseguimento da luta nas diversas ações, contra o encerramento e a desqualificação dos tribunais em defesa da soberania e da justiça de proximidade.

A Enviar ao Senhor Primeiro-Ministro; Senhor Presidente da República; Senhora Ministra da Justiça; Assembleia da República e Grupos Parlamentares; Comunicação Social.”

Esta é a Moção que apresento.

Ainda, sobre a Moção que apresentou o PSD, o CDS/PP, veio aqui dizer, o quê? Dizer quem está a defender, porque estou convencido que se a Ministra e o Diretor Regional, não fossem do CDS/PP, não tinha a posição que tomou. Esta história de se dizer, vai-se embora mas vem outra coisa...então, fecham-se os tribunais, vão para Bragança e instale-se aqui uma coisa qualquer...

Fechar o Laboratório é uma machadada que dão nas populações do concelho de Mirandela e da região.”

----- Deputada Municipal Otilia Raquel Lima (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Público em geral.

Na sequência das atividades desenvolvidas neste concelho e da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, cujo documento, nos termos da legislação em vigor presta informação a esta Assembleia acerca da atividade do Município, é meu propósito realçar algumas dessas atividades que imprimiram uma dinâmica ímpar à vida da cidade em várias vertentes – na vertente económica, na vertente empresarial, cultural, lúdica, publicitária, entre outras.

Assim, destaco:

- O IX Festival de sabores do Azeite Novo, que se iniciou no dia 01 de janeiro, com Festival Gastronómico; culminou com a realização da Fileira do Azeite e a visita de vários representantes das instituições públicas e das empresas privadas, a unidades locais de transformação do azeite.
- O Portugal em Festa, programa da SIC, realizado na rua da República em Mirandela; com um pequeno investimento, a autarquia deu a conhecer a nossa terra, aos milhares de espectadores, proporcionando-lhes a imagem de uma cidade enérgica, moderna, complementada pelos sabores gastronómicos.
- A Feira da Alheira concretizada no edifício da Alfândega do Porto, onde durante três dias a Alheira de Mirandela foi rainha.

Qualquer munícipe se deve sentir orgulhoso da sua terra, do seu Executivo e ficar positivamente sensibilizado pela forma como a autarquia levou a cabo e dinamizou estas atividades, pois foi uma forma de promover o concelho de Mirandela enquanto território de produtos de qualidade e as freguesias enquanto produtoras também, desses produtos de excelência.

Estas iniciativas, juntamente com a colaboração e o trabalho de empresários locais e com a ajuda de outras associações e instituições públicas e privadas, enquadram-se numa estratégia de dinamização do comércio local das pequenas e micro empresas ligadas à indústria agroalimentar.

O envolvimento da comunidade escolar através da participação dos alunos mais novos na apanha da azeitona, evidencia uma importante vertente pedagógica.

Foi a forma de dar oportunidade às gerações mais novas para aprenderem a valorizar os produtos da terra e o trabalho envolvido na sua produção e ainda para os ensinar a preservar os rituais ancestrais relacionados com o ciclo produtivo do azeite.

Dezenas de empresários, nomeadamente os restaurantes locais, contribuíram, tanto na cidade como na Feira da Alheira na Alfândega do Porto, para instituir o pontificado da Alheira de Mirandela, o produto de excelência gastronómica da região. Aí, foi lugar para degustações e provas de vários produtos regionais de qualidade – os enchidos, os queijos, os vinhos, o azeite, as compotas, o mel, os cogumelos e o pão – para milhares de visitantes de todo o país.

O Programa da SIC – Portugal em Festa do dia 26 de janeiro, deu a conhecer aos portugueses em direto, o que esta terra tem de melhor; para além da gastronomia, os costumes, as tradições, a paisagem envolvente do Rio Tua como ex libris da cidade e ainda a alegria e a boa disposição dos que durante 6 horas, participaram nesta festa.

Sendo o azeite o produto transversal às atividades realizadas, foram também concretizados workshops temáticos, cursos de provas de azeite, sessões de oleoterapia, demonstrações, exposições e seminários alusivos ao azeite e seus derivados, servindo como montra privilegiada da promoção e divulgação dos produtos e das empresas locais.

Mirandela é já uma cidade atrativa em termos urbanísticos e é esta a componente que mais rapidamente lhe dá visibilidade, mas a componente económica e comercial dá-lhe vida, dá-lhe dinamismo e traz-lhe riqueza.

Esta estratégia que tem por objetivo desenvolver e promover a cultura e os produtos locais iniciada pela autarquia, também proporcionará aos mais novos e qualificados atração para o incremento e a instalação e ou a renovação das empresas e assim poderá também contribuir para a criação de oportunidades de trabalho.

As iniciativas empresariais são fundamentais na região e a autarquia deverá criar incentivos, que poderão por exemplo, passar, pela atribuição de prémios a novas ideias de projetos, pela formação aos jovens, inculcando-lhes espírito empreendedor e de risco.

O otimismo em época adversa e de crise, pode ser uma referência importante para os mais jovens.

Esta estratégia da autarquia de incentivo à economia regional ajudará à rentabilização dos recursos que dispomos na área do turismo, da produção alimentar, do ambiente, zonas de lazer, do Rio, etc. O balanço positivo e o retorno financeiro poderá levar a outras iniciativas similares por parte de outros agentes e serão geradoras de novos impulsos na economia local.

Nesta conformidade relembro que nos dias 08 e 09 de março, será a vez da cidade brilhar com mais uma Feira da Alheira, aproveitando os locais de excelência turística para acolher os nossos visitantes e convidados.

E concluindo, apetece-me fazer aqui uma alusão histórica.

Quando a 25 de maio de 1250 o rei D. Afonso III concedeu o Foral a Mirandela teve com certeza a consciência de que a adequada localização geográfica no centro da vasta região de Trás-os-Montes e Alto Douro, também poderia vir a proporcionar um futuro dinâmico e potenciador de evolução e de desenvolvimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente da Câmara, por estas iniciativas.

----- Deputada da Assembleia Municipal Rita Messias (PS):

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia a todos.

Tenho assistido aos desenvolvimentos políticos no nosso país, e há diversas situações que me preocupam face aos desafios que Portugal e o mundo atravessam. Todos sabemos qual é a situação atual do país.

Assistimos constantemente a críticas, do atual Governo, de que todo o mal por que passamos é culpa do governo anterior, querendo assim, mais uma vez, enganar os Portugueses, como o fez em 2011, quando assegurava que pagaria as contas sem aumentar impostos e o que verificámos até final de 2013, é que, não só houve um aumento enorme de impostos, bem como cortes e tentativa de cortes até anticonstitucionais e, a verdade, é que nós estamos cada vez pior e a dívida pública está cada vez maior, atingindo recordes históricos no nosso país, quase em 130% do PIB, em 2013, segundo fontes da PORDAT, OCDE e Banco de Portugal. Fomos também todos acusados de viver acima das nossas possibilidades e ainda, em 2013, fomos acusados, pelo Primeiro Ministro, de sermos os responsáveis pelo agravamento da crise em Portugal, porque não consumíamos o suficiente, para fazer mexer a economia. Primeiro culpados por consumir demais, depois culpados por consumir de menos.

Na perspetiva do atual Governo, a mensagem que nos chega é que, nós somos os responsáveis pela situação em que estamos e o outro culpado, é o partido que antecedeu este Governo, ou seja, o Partido Socialista.

Citando Pacheco Pereira, notável figura do PSD *“Este país está a tornar-se irrespirável para uma pessoa honesta e saudável.”*

Muitas vezes, as lentes partidárias, causam-nos alguma cegueira, não nos permitindo observar as coisas como elas são na realidade. Acredito que, todos os que aqui estamos, queremos o melhor para o nosso concelho, região, país e para o mundo, por isso é importante não perdermos o sentido crítico.

Eu pergunto. O que está em causa?

A raiz da crise, verifica-se assim, que não é unicamente de natureza económica e financeira, mas antes de tudo, de natureza moral e ideológica. Com efeito, a economia tem necessidade de éticas para o funcionamento correto e não de uma ética qualquer, mas de uma ética amiga da pessoa.

Segundo o conceito de atividade económica defendido pelo Prof. Hernâni Lopes, na base desta atividade, encontram-se os Valores, as Atitudes e os Padrões de Comportamento. São as ações de cada um, centradas em valores e princípios, que determinam o progresso económico, financeiro, político e social.

Quais as referências do comportamento dos agentes económicos/financeiros e políticos, atualmente?:

- Utilitarismo
- Individualismo
- Liberalismo
- Tecnocracia

A ideologia utilitarista, apesar de algumas vantagens, não se pode ignorar que nem sempre o útil individual, embora seja legítimo, favorece o bem comum. Na lógica da utilidade, as famílias, nem filhos teriam, porque estes não são úteis nem lucrativos.

A falta de regras e controlo, principalmente no sistema bancário, é responsável pela atual crise económica e financeira mundial.

Uma orientação de cunho liberalista, hesitante em relação a intervenções públicas nos mercados, conduziu à falência de instituições financeiras internacionais, e nacionais. Infelizmente, daqui derivaram intervenções públicas dos diversos países sob várias formas, com a finalidade de deter os efeitos negativos que teriam arrasado todo o sistema financeiro internacional.

Mas o que impeliu o mundo nesta direção?

Antes de tudo, um liberalismo económico sem regras e sem controlo.

Importa aqui analisar que as ideologias instaladas, do neoliberalismo, da tecnocracia e do utilitarismo, conjugadas com a procura exclusiva do lucro e da ganância, conduzem a uma sociedade insustentável e foi o que aconteceu em 2008, com o colapso do sistema financeiro mundial.

A procura incessante dos lucros, para os próprios bancos, e a inexistência de regras de controlo, conduziu à crise mundial em 2008 e por incrível que pareça, a crise instalada continuou a ser um fator de acumulação de riqueza para o setor bancário, através de práticas de gestão duvidosas. Verificamos que os bancos, através da manipulação das taxas Libor e Euribor, taxas a partir das quais os bancos emprestam dinheiro entre si para empréstimos, sendo usadas em todo o sistema financeiro para definir as taxas de empréstimo.

Estas taxas não eram oficialmente reguladas, funcionando apenas com base na confiança e na integridade.

Aproveitando a crise, os bancos ganharam mais dinheiro, continuando a alimentar-se do colapso e assumindo enormes riscos, riscos estes que se alastram ao resto da economia, os quais, os países acabam por ter que suportar.

Só em 2012, estas fraudes são detetadas, altura em que as entidades reguladoras Inglesas resolveram agir, levando ao pagamento de multas avultadas de vários bancos, entre os quais, o Barclays, o UBS e o RBS.

O escândalo da manipulação das taxas Libor, levou à demissão do Presidente e do gestor do principal banco Inglês, o Barclays. Quando o seu gestor Bob Diamond, foi a julgamento soube responder a todas as questões formuladas pelo juiz, exceto a uma.

E essa questão foi: Quais eram os 3 princípios base de funcionamento dos banqueiros? Ao que ele respondeu, não sei. E o juiz esclareceu que esses princípios eram: honestidade, integridade e práticas legais.

Até quando, nós, simples cidadãos, vamos aceitar passivamente e acarretar com os abusos do sistema bancário? Porque não se viram os Governos, para criar sistemas de regulação da economia global, nomeadamente dos mercados financeiros?

O que se passou com o Bob Diamond, será que não se passa com outros gestores, trabalhadores, políticos....., quais são os valores universais que enformam as ações de cada um?

A toda a hora assistimos a fraudes, na saúde, na educação, nos Bancos, entre outros.

Até que ponto há primazia do *ser* sobre o *ter*, da ética sobre a economia?

É necessário recuperar a primazia da política, responsável do bem comum, sobre a economia e sobre as finanças. É preciso reconduzir, estas últimas, para dentro dos confins da sua real vocação e da sua função, incluída a social, tendo em conta as suas evidentes responsabilidades em relação à sociedade, para dar vida a mercados e instituições financeiras, que estejam efetivamente ao serviço das pessoas e não as pessoas ao serviço da economia.

Nas atuais incertezas, numa sociedade capaz de mobilizar meios, mas cuja reflexão a nível cultural e moral permanece inadequada, somos todos convidados a não desanimar e a construir sobretudo um futuro, com sentido para as gerações vindouras.

É importante lançar sementes, para germinar e dar frutos mais tarde. São indispensáveis pessoas e agentes a todos os níveis, movidos pela coragem de imaginar soluções, para servir e promover o bem comum.

Já Einstein dizia “a imaginação é mais importante que o conhecimento.” A conceção de uma nova sociedade no mundo globalizado, a construção de novas instituições com vocações e competências universais, são um dever para todos, sem distinção alguma.

Está em jogo o bem comum da humanidade e o próprio futuro.

Muito obrigada.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Sá (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros colegas Presidentes de Junta e público aqui presente. A todos muito bom dia.

Como ex-Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro, de Mirandela, não queria deixar passar este momento, sem dar os parabéns ao *João Pilão*, presidente da Associação de Estudantes, do Agrupamento de Escolas de Mirandela, pela iniciativa de trazer para a praça pública as condições degradantes da Escola Secundária de Mirandela.

São as condições onde os nossos alunos são ensinados e aprendem, as condições onde os professores e os funcionários trabalham e toda a máquina que faz mover a máquina do ensino, naquelas instalações.

Só dessa forma conseguiu dar voz e fazer chegar uma carta ao Sr. Ministro da Educação e a outras instituições e assim mais uma vez lhe apresentar os parabéns.

Relativamente ao Agrupamento de Escolas de Mirandela, quero também aqui dizer, para que isto fique para memória futura e para que as pessoas tenham conhecimento:

Foi instalado no dia 29 de janeiro de 2014, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Diga-se de passagem, ilegitimamente instalado e passarei a explicar porquê:

Antes do reordenamento da rede escolar que criou o Agrupamento de Escolas de Mirandela, havia a Escola Secundária de Mirandela, o Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro e o Agrupamento da Torre D. Chama.

Com a fusão destes dois agrupamentos e uma escola, ficou apenas um mega agrupamento no concelho de Mirandela, ou seja, o “Agrupamento de Escolas de Mirandela.”

Havia duas Associações de Pais: uma da Escola Secundária de Mirandela e outra do Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro.

Com a reorganização da rede escolar, com a criação deste Agrupamento, qualquer destas Associações de Pais, não tem legitimidade, para qualquer ato, porque em boa verdade, elas deixaram de existir, quando esse mega agrupamento foi criado. Não se chama da mesma forma, os estatutos das associações não estão de acordo com esses novos agrupamentos.

Ou seja, a Associação de Pais, da Escola Secundária de Mirandela, representava os graus de ensino desde o 7.º Ano até ao 12.º Ano e por isso não poderia ter apresentado uma lista ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mirandela. Foi por essa razão que a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Luciano Cordeiro, o não fez. Alertou quem de direito, o Sr. Presidente do Conselho Geral, informando-o dessa ilegitimidade e que a eleição dos representantes dos pais a esse órgão, não se realizasse.

Foram feitos ouvidos de mercador, a eleição realizou-se, as pessoas foram eleitas e o órgão foi instalado, ilegitimamente - diga-se mais uma vez – instalado.

Aquele órgão, todas as decisões que vierem a ser tomadas, são passíveis de lhe vir a ser arguida nulidade.

Eu, na altura não sabia porque essa situação foi feita, agora já me atrevo a dizer, que provavelmente essas pessoas já teriam sido escolhidas, com o olho na substituição da atual direção. Fico muito triste que isto tenha acontecido.

----- **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom dia e um bom dia de trabalho.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvi aqui coisas que merecem alguma reflexão.

A Sr.ª Deputada *Rita Messias*, veio aqui dizer que o PS é cristalino, é uma água cristalina saída das rochas da serra do Marão. Tem razão numa coisa: realmente vocês não têm os 100% de culpa, têm os 99%. E sabe porque é que isto está assim? Para pagar as dívidas que os Srs. deixaram. Os Srs. deixaram o país na banca rota. Todas as vezes que se abre uma gaveta, saem dívidas, saem falcatruas, saem vigarices. Ainda agora a última do Hospital Militar, em 2007 e 2008. Quem era? O Governo de José Sócrates. Quem nacionalizou o BPN, que tem levado rios de dinheiro? José Sócrates. Quem é que negociou o acordo com a troika? José Sócrates. É do Partido Socialista. Os Srs. podem-se lavar nas águas que quiserem, os Srs. são os maiores culpados daquilo que está a acontecer neste país.

E há coisas que eu não concordo, com o que o Governo está a fazer, porque estão a pagar aqueles que não tiveram culpa nenhuma: os reformados, os funcionários públicos. Há gente no privado a ganhar rios de dinheiro e vocês não se manifestam.

Segundo os Srs. dizem, vão ganhar as legislativas novamente e como um seguro deve pagar prejuízos a terceiros, vai voltar tudo ao mesmo. Volta novamente a aumentar os vencimentos, os empregados que foram despedidos voltam outra vez para as empresas...é o tempo volta para trás...os Srs. têm solução para tudo. É preciso pensar um bocadinho e não fazer dos outros, parvos.

A culpa de o país estar assim, é toda, ou em parte, ou 99,9, da responsabilidade do Partido Socialista, durante os anos que esteve no Governo.

Por causa das ideias economicistas (o Sr. Deputado Nuno Sousa não está) é que nós perdemos a maternidade. Fizeram o esvaziamento do Hospital de Mirandela e de Macedo, tudo por problemas economicistas...e a explicação que ele vem dar sobre o Laboratório, cai e aí dou razão ao Sr. Deputado *Garrido*, porque é um ministro do seu partido.

Mas ele não ouviu uma parte da Moção que diz assim: “*exigindo do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar, a revogação da decisão de encerramento do LSA de Mirandela e a sua reconversão e valorização com novas valências e capacidades que possam contribuir para o desenvolvimento da fileira da carne, do leite e mesmo do fumeiro, na região de Trás-os-Montes e Alto Douro e mesmo para todo o país.*”

Portanto, nós pedimos essas valências para aqui. Porque não deixá-las aqui? Porque andamos sempre a esvaziar o interior. Razão? Problemas economicistas.

Quanto à Moção sobre o Tribunal, eu dou toda a razão ao Sr. *Garrido*. O Sr. tem toda a razão.

Tribunal é sinónimo de justiça, só que as coisas estão-se a fazer ao contrário. Haverá justiça? Responder passado, 2, 3, 4, 5, 10 ou 15 anos? Isso é justiça? Nós vemos os vigaristas, continuam na rua à solta...

Primeiro deve-se começar por revogar a maneira de aplicar a justiça. Revogar o Código Penal, de maneira a que a justiça seja rápida, eficaz e justa e depois se poderá pensar doutra maneira...lá está o tal problema economicista...

Quero ainda informar a Assembleia do seguinte:

No dia 3º de dezembro, a Assembleia Intermunicipal, reuniu em Bragança. Também é uma vergonha que já não somos os doze concelhos, somos apenas nove.

Estiveram todos os Deputados eleitos pela Assembleia Municipal, formámos um bloco muito bem feito. Todos nos manifestámos quase com a mesma opinião, de que era unidos que conseguiríamos fazer alguma coisa pela nossa região, porque estando desunidos, o melhor é acabar com ela.

E nessa reunião, conseguimos eleger como Presidente da Assembleia Intermunicipal, o nosso Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Pavão.

----- **Deputado Municipal José António Costa Ferreira (PS):**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Secretários da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, Exm.º s Srs. Membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Juntas de Freguesia, Exm.ª s. Senhoras e Senhores.

O grupo municipal do Partido Socialista, apresenta a seguinte Moção, intitulada:

“Moção contra a saída de serviços públicos de Mirandela.

Face às decisões políticas anunciadas relativas ao encerramento, desqualificação e desclassificação de serviços públicos no concelho de Mirandela, designadamente o encerramento da unidade de sanidade animal do Laboratório de Apoio à Atividade Agropecuária, a desqualificação do Tribunal Judicial de Mirandela e a desclassificação funcional das urgências da Unidade de Mirandela do Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano, é urgente a tomada de posição pública desta Assembleia.

Fundamentação:

1) Encerramento da unidade de sanidade animal do Laboratório de Apoio à Atividade Agropecuária.

Como é do conhecimento público, o Laboratório de Apoio à Atividade Agropecuária de Mirandela – Sanidade Animal, vai encerrar no próximo dia 31 de março. Estas instalações, inauguradas em 2006, prestam aos nossos produtores pecuários (11.000 nos distritos de Bragança e Vila Real) um serviço de qualidade inquestionável. As razões subjacentes ao encerramento desta unidade animal não justificam, de modo algum, a perda de mais um importante serviço em Mirandela. As infraestruturas recentes e os recursos humanos qualificados que este laboratório possui (subaproveitados segundo o Sr. Diretor Regional), só nos motivam para evitar uma decisão política errada e, ao invés, lutar pela manutenção deste serviço, eventualmente agregado a um centro de apoio à produção do azeite, da alheira e de outros produtos regionais. Desta forma manteríamos um apoio efetivo à produção, um serviço de proximidade e de elevada qualidade.

2) Desqualificação do Tribunal Judicial de Mirandela.

A aprovação recente da Reforma do Sistema Judiciário prejudica gravemente o Tribunal de Mirandela, motivando a saída de processos judiciais, até agora, instruídos e julgados em Mirandela. A centralização dos processos mais relevantes no Tribunal de Bragança (única comarca a partir de agora) dificulta o acesso dos Mirandelenses aos serviços judiciais dos Mirandelenses e promove a saída de mais profissionais neste serviço público. Esta reforma afasta o exercício da justiça dos cidadãos.

3) Desclassificação funcional das urgências da Unidade de Mirandela do Centro Hospitalar do Nordeste.

Em visita recente do bastonário da Ordem dos Médicos à Unidade Hospitalar de Mirandela é confirmada a inevitabilidade da desclassificação funcional da nossa urgência.

De facto, não existem as valências necessárias para ser considerada Urgência Médico-Cirúrgica, mas sim Urgência Básica. Se esta desclassificação vier a ocorrer serão contrariados os compromissos assumidos pelo Ministério da Saúde. Os Mirandelenses ver-se-ão obrigados a acorrer à capital de distrito em situações de urgência, com as necessárias demoras e com os riscos inerentes.

O grupo municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mirandela assume a seguinte tomada de posição pública:

- a) Defender a manutenção e qualificação de serviços públicos de qualidade;
- b) Contrariar a saída de serviços, valências e profissionais;
- c) Desenvolver esforços no sentido de promover investimento público em Mirandela, em setores chave de desenvolvimento: na educação, saúde, justiça e agricultura;
- d) Se isto não for feito os riscos de desertificação humana e económica serão acrescidos, criando níveis e graus distintos no acesso aos serviços prioritários por parte dos cidadãos, ferindo de forma substantiva os direitos instituídos na nossa Constituição.

Propõe-se que a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 28 de fevereiro de 2014, delibere:

Dar conhecimento da presente moção aos vários Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e aos Ministros da Tutela.”

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito bom dia.

Começo por pedir desculpa a todos pelo meu atraso, que foi um imperativo de natureza pessoal. Foi por isso que eu me inscrevi já fora de tempo, neste Período de Antes da Ordem do Dia.

Como me apercebi na correspondência que foi recebida pela Mesa da Assembleia e a que foi enviada, da Assembleia realizada em 27 de dezembro, que tem a ver com um voto de felicitações proposto e aprovado por maioria, verifico que não há troca de correspondência, conforme ficou deliberado entre a Mesa e para quem devia ter sido endossado esse voto de felicitações, que foi no caso concreto, para a Ordem dos Advogados, para a Sr.ª Bastonária.

Queria informar a mesa e todos os Srs. Deputados, que requeri certidão da parte respetiva e que levou um mês a chegar, quando em 2011, contra a extinção dos feriados municipais, eu apresentei uma Moção e cinco dias depois, a certidão na parte respetiva estava nas minhas mãos. Penso que tenha sido apenas um descuido.

A ideia era fazê-la chegar à Ordem dos Advogados e à Sr.ª Bastonária, que tomava posse no dia 10 de janeiro e infelizmente só o pude fazer em fevereiro.

E vou dizer a resposta da Ordem dos Advogados, da Bastonária:

“Acuso a receção da carta de V. Ex.ª datada de 04 de fevereiro de 2014 e agradeço o envio da Certidão com o voto de felicitações e a respetiva aprovação de todos os Srs. Deputados, na sessão da Assembleia Municipal de Mirandela.

Com os melhores cumprimentos e consideração, assina a Sr.ª Bastonária “Dr.ª Elina Fraga.”

Muito obrigado Sr. Presidente.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Segue-se a Sra. Deputada *Marisa Aranda*, antes porém, dizer a esta Assembleia que o Sr. Deputado *Carlos Fraga*, com todo o respeito, foi mais feliz do que o Presidente desta Assembleia, porque a Sra. Bastonária já lhe respondeu e a mim, não obstante o ter feito por carta registada, depois de esgotar os telefonemas e todos os recados, ainda não tive esse privilégio. De facto há destrinças e divergências entre nós.

----- **Deputada Municipal Marisa Aranda (PSD):**

Esta minha intervenção vem no seguimento da Moção apresentada pelo Deputado Municipal, Exm.º Sr. *Garrido*, que me parece sensato fazê-lo e também não ficaria descansada se não a fizesse, daí a ter pedido a palavra e agradeço desde já à mesa, ter-me concedido os três minutos.

Eu gostaria apenas de fazer duas ou três reflexões, que vos permitirá, enquanto Deputados Municipais, terem outro ponto de vista, pensarem doutra forma e refletirem um bocadinho acerca daquilo que é a justiça.

Depois de ouvir o Exm.º Sr. *Garrido*, tenho dois ou três pontos em que tenho que discordar.

Em primeiro lugar, o apoio judiciário funciona, às vezes até funciona bem demais.

A Segurança Social, com requerimento apresentado pelos cidadãos, dá apoio e dá benefícios, a nível de pagamentos de honorários de defensores, solicitadores, dá contributo para isenção ou pagamento faseado de taxas de justiça e de mais encargos com o processo. Isto significa que até o pedido de uma certidão numa Conservatória é gratuita, se as pessoas o souberem usar.

Quando eu digo que até é bom demais o apoio judiciário, é que há pessoas que usufruem desse apoio, que possivelmente teriam condições para pagar estes encargos com os processos e o que é certo é que a Segurança Social dá um despacho de deferimento, muitas vezes. Eu tenho situações dessas, portanto falo do que vejo, daquilo que sei, e que me passa pelo escritório, não falo pelo que ouço dizer.

Um segundo ponto que me parece importante, tem a ver com o facto das deslocações. Hoje em dia existem uma série de mecanismos, que os cidadãos podem utilizar. É o caso da vídeo-conferência. Posso dizer que a vídeo-conferência, funciona até para o estrangeiro. Nalguns países é mais difícil, mas é possível ouvir as pessoas desta forma, sem obrigar a grandes deslocações. Por exemplo, uma deslocação de Mirandela a Bragança, não fica tão pesada, como uma deslocação do estrangeiro a Portugal, para vir a um julgamento e ainda assim, as pessoas deslocam-se, porque quando têm interesse que a justiça efetivamente se faça, as pessoas estão e dão o seu contributo.

Relativamente à questão da desqualificação do tribunal, independentemente de concordar ou não, não foi essa a intenção com que eu vim aqui, neste momento falar. Aquilo que eu considero, é que o direito, a lei deve adaptar-se á sociedade. E quando nós temos alterações de ordem económica, de ordem social, tal como tudo o resto se adapta, também a justiça tem que se adaptar. Há reformas que têm que ser feitas.

Eu posso dizer, do meu ponto de vista, é que há tribunais onde efetivamente não há trabalho. Se me deslocar a Alfândega da Fé para fazer um julgamento, possivelmente venho de lá sem o julgamento ser feito, porque o Sr. Dr. Juiz que fará os julgamentos em Alfândega, não teve oportunidade de lá se deslocar para o fazer e aqueles funcionários estão e não estão a produzir. E o cliente também não fica satisfeito dessa forma.

Penso que quando falamos destas questões devemos informar-nos um bocadinho melhor. Com todo o respeito que lhe devo, não estou a dizer que não esteja informado, mas nem tudo na justiça é mau. Há coisas boas, há coisas más, há coisas que funcionam, há coisas que não funcionam, mas também nós, que lidamos com elas, temos obrigação de nos adaptar, fazer com que essa justiça seja feita da melhor forma.

----- **Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal.

É só para fazer um breve comentário sobre aquilo que o membro da Assembleia Municipal Rita Messias, veio falar sobre o mal que o PSD está a fazer á população portuguesa.

Eu proponha que puséssemos aqui um outdoor e escrevêssemos assim: “herança de Sócrates, para os mais esquecidos.” E a herança de Sócrates, somando tudo, - estes são dados do banco de Portugal, não sou eu que os estou a inventar - dá 140.997 mil milhões de euros. Portanto, somando tudo o que se fez, a dívida pública aumentou para 90 mil milhões de euros. Em 2005 e 2010, derrapagens nas PPP's, 695 milhões de euros. Aumentou o custo do campus de justiça de 52, para 235 milhões de euros. A Caixa Geral de Depósitos emprestou 300 milhões de euros. Injetou 450 milhões de euros no BPP. Desbaratou 587 milhões no Orçamento de



Estado de 2011, nas chamadas Scut's Norte. Desapareceram 200 milhões de euros entre a Proposta de Contrato da Autoestrada do Douro Interior. Anulou e deixou prescrever 5.800 milhões de euros em impostos. Perdeu 7.200 milhões de Fundos Europeus. Enterrou 360 milhões em empresas que prometeu extinguir. Contratou 160 mil milhões em PPP,s, até 2040. Usou reformas para financiar Scut's e PPP's. Deu de mão beijada 14 mil milhões de euros aos funcionários das Scut's. Deixou agravar o passivo das Estradas de Portugal, em 400 milhões de euros, em 2009. Deu 267 milhões de euros a fundações. Pagou à EDP quase 4 mil milhões de euros, na faturação de eletricidade. Aprovou um TGB que já nos custou 300 milhões só em papelada. Mais todos os milhões enterrados no aeroporto fantasma, de Beja. Pagou à Estamo, 1.400 milhões de euros.

A memória é coletiva, mas parece-nos curta. Chegam aqui com retóricas...onde é que está o dinheiro para pagar às pessoas ao fim do mês?

A situação é que toda a gente fique impune. Impune a usufruir dos proventos e que porventura lhe couberam a essas pessoas. E essas pessoas nunca foram chamadas à responsabilidade.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de dar a palavra e de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se vai fazer algum comentário a algumas das intervenções, uma vez que (com o devido respeito) nem todas terão justificação.

Eu queria deixar aqui uma palavra para à Câmara, sobre um aspeto da intervenção do Sr. Deputado *Dinis Veiga* e que me parece que é do interesse de todos. É a questão da Assembleia Intermunicipal, ou da Comissão Intermunicipal (como se chama agora) Terras de Trás-os-Montes.

Não vou perder tempo sobre o epíteto que os responsáveis políticos desta nova imagem territorial administrativa decidiram. Mas gostava que esta Assembleia no futuro, quando entender, pudesse debater, demonstrando a sua importância.

É que de facto, o grande Trás-os-Montes, o Trás-os-Montes geográfico bem definido, secular que nós herdámos e com uma grande identidade, com grande potencialidade reivindicativa, está fraturada e quando há fraturas, ficamos todos fragilizados e divididos.

Já não bastava que o Alto Tâmega tivesse feito a sua separação, que na altura foi muito contestada até pelo próprio Deputado *Dinis Veiga*, talvez em maio, do ano passado, quanto mais agora, com esta divisão.

Pela parte que me toca, como Presidente, que muito me honra, de ter essa honra, da parte dos Srs. Deputados, ter sido eleito. Naturalmente que irei fazer diligências para contactar a Intermunicipal do Sul do Douro, para saber o que pensam sobre essa matéria e para que um grande Trás-os-Montes pudesse ter uma palavra muito forte e que pudesse tornar-se reivindicativa, para bem de todos nós.

Sr. Presidente, faça o favor.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores, Comunicação Social, Público, muito bom dia a todos.

Vou tentar ser rápido e conciso, como me foi solicitado, respondendo de forma global e sintética, às várias questões que me são colocadas.

Gostaria de dizer que foi feita aqui uma afirmação que me agradou bastante, porque a análise daquilo que somos, para onde vamos e o que acontece no futuro, é muitas vezes feita pela análise do passado.

Foi muito interessante o comentário da Deputada *Otilia Raquel*: a mudança do “castelo velho” para este “rio”. Foi uma decisão estratégica da altura, decisão que marcou a vida e o futuro de Mirandela. É por estes factos que devemos ponderar e pensar o futuro de Mirandela e o impacto que podem ter ou não ter.

E realmente, se nesse tempo a decisão era tomada de forma discricionária – melhor, ou pior – por alguém que tinha o poder plenário, neste caso um rei que nos concedeu um Foral e um rei que nos determinou a nossa mudança, hoje celebramos 40 anos duma nova democracia. Julgo que é importante começarmos por aí e entender o que isso significa.

Desde logo, é a democracia participativa que nos permite estar aqui a participar, dizer, falar, no contexto da nossa formação cívica, pessoal e democrática. E também dentro desse conceito pensar o que ele significa.

Quería sublinhar que este ano fazemos 30 anos, da elevação de Mirandela a cidade, algo que foi prometido no início do século, recorde, que veio um rei a Mirandela no início do século (1904) e prometeu que Mirandela seria cidade. Infelizmente esse rei faleceu e foi necessário acontecer o “25 de Abril”, para nós obtermos o novo Foral, que este ano celebra “30 anos”.

Mirandela está em festa, durante os próximos dois meses: primeiro celebrando a democracia e aqui é o melhor exemplo; segundo, celebrando a nossa identidade, através do Foral que nos foi concedido.

Isto leva-me exatamente a esta questão da democracia participativa.

Aqui podemos dizer tudo o que nos apetece, dentro do que nos apetece, mas também com uma possibilidade única, que é o contraditório. E temos que pensar bem quando fazemos afirmações.

Quando oiço às vezes afirmações do estilo: falta capacidade técnica, as condições de segurança, penso que é preciso ter cuidado, quando se abordam certos assuntos.

Sobre as derrocadas que ocorreram no Bairro da Princesa do Tua, a Câmara Municipal tem tido a postura adequada a esta situação, que é: pedir as informações técnicas, fazer as avaliações técnicas, convocar vistorias com a participação dos envolvidos, verificar situações semelhantes, comentando e falando pouco, porque na assunção da responsabilidade, pode estar também o prejudicar as mesmas pessoas que nós pretendemos defender.

Em relação a esse assunto, a Câmara Municipal tem desenvolvido um processo jurídico, técnico, interno, também político, mas que naturalmente está reservada nos seus comentários, porque esta é uma situação que no seu final, como outras, terá uma implicação



jurídica. E quando dizemos que o edifício que estava ao lado sofreu do mesmo problema, temos que ter cuidado, porque alguém nos pode vir perguntar juridicamente, se isso é verdade ou se isso é mentira, pelo que há afirmações que têm de ser feitas com mais ponderação.

Nesse sentido, repito, a Câmara Municipal tem um processo interno jurídico, técnico, também político quase diário e de segurança, em termos de proteção civil, cumprindo não só as suas obrigações, mas também precavendo outras situações. E dou o exemplo: na última Reunião de Câmara, de forma excecional, foi pedida uma autorização de intervenção caso seja necessário, para podermos intervir legalmente se assim se justificar.

Estamos a acompanhar situações semelhantes, que ocorreram noutros locais e nós não queremos, que com uma afirmação, digamos, mais leve ou menos leve, colocar em causa todo este processo. Sabemos que não é um processo fácil, mas também infelizmente, os processos de apoio, quando há problemas de proteção civil, não são só as derrocadas...há incêndios, há casas que têm problemas de derrocadas noutros sítios e todos esses assuntos têm que ser todos eles vistos com o mesmo cuidado e ponderação também na sua abordagem.

Gostava de dizer também, que no âmbito desta democracia participativa, eu considero que todas as Moções que aqui são apresentadas que sejam em favor da nossa região, da nossa terra e do nosso concelho, devem ser aprovadas, porque politicamente, nós estamos a marcar uma posição, independentemente das circunstâncias, não posso deixar de falar do momento particular que nós vivemos.

Refiro-me um pouco ao que falou o Arq.º *Nuno Sousa* e que se calhar por estarmos onde estamos, as coisas não são tão bem compreendidas.

A verdade é que nós, neste momento estamos com três documentos fundamentais a ser debatidos no país: é o “Portugal 2020”, que são os Fundos Comunitários Globais, é o “Norte 2020”, são os Fundos Regionais e o “PDR” que também já foi aqui abordado.

Quando se fala nestes documentos, as decisões parecem fáceis e não são fáceis. Vou dar-vos um exemplo muito simples:

Há uma reclamação intensa da região de Trás-os-Montes para que sejam investidas as verbas de regadio nesta região, há a sensibilidade da Sr.ª Ministra da Agricultura e não há autorização (porventura neste momento já haverá) da comunidade para fazer esse investimento na nossa região. Não é da Sra. Ministra, não é do Sr. Primeiro Ministro, é da Comunidade. Assim, nós temos que ter a capacidade de estar ao lado dos responsáveis políticos, para no seu local, reclamarmos também, apoiando-os para que isso aconteça, ajudando as decisões. E a decisão no caso do Laboratório é um pouco disso.

O novo PDR aponta num caminho muito simples, além doutros caminhos naturais, mais agrícolas que eu julgo que não dá espaço para falarmos aqui, mas aponta num caminho interessante, aliás como todos os fundos comunitários.

Como vocês ouvem na televisão, há duas palavras fundamentais: inovação e conhecimento.

Acontece no caso dos fundos estruturais, no “Portugal 2020” e acontece também nos fundos agrícolas, através de uma linha específica dedicada à inovação e conhecimento, que fala em dois elementos fundamentais “grupos operacionais e projetos inovadores”. Quando se fala em grupo, têm um conceito de agregar instituições. Instituições de ensino superior e de produção na sua fase final. Mas neste momento, nós também lutamos uma guerra nacional para tentar fixar estes grupos nacionais e como é evidente, no azeite.

O processo do Centro Tecnológico do azeite, iniciou em Mirandela, com o Ministro Jaime Silva, foi assinado um Protocolo com o Ministro António Serrano e várias vezes estivemos à beira de conseguir esse propósito. Agora, (não tive ainda oportunidade de estar com o Sr. Secretário de Estado) ouvi o Sr. Secretário de Estado dizer na Feira do Fumeiro, que estão a pensar colocar em Mirandela o “Centro de Competências na Área Alimentar” na área do “azeite”. Excelente decisão, aproveitando este caminho, qual é a minha opinião? Qual é a minha opinião em específico em relação ao Laboratório?

O Laboratório é certificado pelo IPAC – Instituto Português de Acreditação e a partir do momento em que se encerrar, perde essa certificação. Nós devíamos protelar algum tempo esta decisão e tentar trazer para o nosso Laboratório, um Centro de Competências Equivalente, na área do leite, da carne e do fumeiro, porque é uma fileira importante para o país. Esta é a minha Proposta e acho que deve ser a Proposta da nossa Região.

O problema da coincidência com o encerramento, é o problema do laboratório em si, ser certificado pelo IPAC. Se perdermos essa valência, pode levar a que depois seja muito mais difícil na fase seguinte, conseguir a certificação do IPAC. Eu recorro que uma certificação dessas, implica circunstâncias técnicas e de recursos humanos. O que eu acho que tem que ser feito, (terei a oportunidade de o propor ao Sr. Secretário de Estado) é politicamente (não sei se a decisão vai ser tomada) tentarmos que esse grupo operacional também fique cá. Que fique este e que fique o do azeite.

E posso-vos dizer que nessa guerra também já tenho o apoio da CIM-Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, que também é importante e esperamos ter o apoio doutras pessoas. Os decisores políticos, para tomarem decisões, têm que ter diversos tipos de apoio. Assim, eu apelava ao apoio no sentido de rejeitar o encerramento do Laboratório, sendo coerente em relação a algumas situações. A BCE, a curto prazo vai deixar de ter análises, porque foi aumentado o tempo de vida dos animais que são testados, o que significa que as análises diminuem. Nós temos que trabalhar para manter esta valência cá, valorizá-la. Temos na nossa região uma fileira importante de fumeiro, que não tem qualquer nível de desenvolvimento técnico no país.

Considero fundamental trabalharmos para que estas oportunidades que ainda não estão decididas, que já têm dotações de financiamento e que vão congregam instituições da região, estejam todas elas alinhadas em favor da nossa estratégia. E deixo o meu apelo a que todos comecem a debater esta questão, que pode ser de várias formas.

Gostava de apelar aqui à vossa presença num singular evento que vai acontecer no dia 13 de março. Vivemos em Mirandela e eu falo com algum à vontade, um pouco da expectativa, do que foi e do que poderia ter sido o Complexo Agro Industrial do Cachão. É necessário fazer as pazes com essas memórias. É necessário debater essas memórias e é necessário trabalharmos para evoluirmos dessas memórias. Conhecemos bem esse passado, há quem o conheça melhor e quem o conheça pior, mas é importante trabalhar nesse passado, para refletir o futuro.

E eu gostava de destacar aqui, - nem convidado ninguém para a Feira da Alheira, porque tenho a certeza que vão lá todos - que no dia 13 vai haver a apresentação de um filme feito por jovens de Mirandela da ESACT – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, que vão apresentar uma curta metragem realizada por eles.

Primeiro, é interessante saber que nós temos em Mirandela jovens que hoje em dia fazem esse tipo de atividade; Segundo, é interessante pegarem num tema que tem uma vertente forte para a nossa região; terceiro, tentar lançar o debate, em torno, não daquilo que é o Cachão, não do que é o futuro do Cachão, mas principalmente em termos do debate que pode haver em relação à fileira agroalimentar. Tudo se conjuga na perspetiva de juntar interesses de diversas áreas.

Também ouvi bem a Dr.ª Otilia Raquel falar do envolvimento dos jovens na questão do empreendedorismo. Eu posso informar que neste momento está a decorrer um concurso que foi aprovado na semana passada no Gabinete de Apoio ao Empreendedor, ao Empreendedorismo e à Empresa, em conjunto com todos os parceiros e com o CLDS de Mirandela. Um concurso de ideias para jovens empreendedores, no ensino secundário e no ensino profissional, exatamente para valorizar esses jovens que possam, de alguma maneira, trabalhar em prol deste princípio de desenvolvimento.

Julgo que é por aí que nós temos que refletir um pouco nesta Assembleia. Repito: “fazemos 40 anos de Democracia” e a democracia tem as vantagens todas que aqui ouvimos, nomeadamente a crítica em relação ao que são os nossos direitos e a manutenção dos nossos direitos, mas tem um conceito de responsabilidade, principalmente associado ao momento que vivemos. Esse respeito tem que estar, logicamente, ligado a muita coerência naquilo que dizemos, mas também muita disponibilidade para lutar em favor dos problemas que temos.

É fácil vir afirmar que neste serviço ou o noutro, houve uma má intervenção. Todavia só vemos certas pessoas aparecem na hora em que o mediatismo trouxe para a rua, esta ou aquela pessoa. Se aparecer na televisão uma filmagem, na semana seguinte temos cá Deputados a visitar instalações. Se não aparecer na televisão, toda a gente se esquece que há dois anos atrás, por exemplo, houve uma manifestação pelo mesmo assunto, onde estiveram vários responsáveis políticos, reclamando exatamente a mesma coisa.

É preciso ter memória, é preciso estar presente, mas também é preciso haver coerência nas afirmações que se fazem sobretudo nesta Assembleia.

Muito obrigado.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

Foram apresentadas três Moções que passamos a informar:

A primeira Moção foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, “**Contra o encerramento do Laboratório de Sanidade Animal de Mirandela**”.

A segunda Moção foi apresentada pela CDU, “**Em defesa do Tribunal de Mirandela**”.

E finalmente a terceira Moção, apresentada pelo Partido Socialista “**Contra a saída de Serviços Públicos de Mirandela**”.

----- **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É só para dizer que vamos proceder à votação e para dizer que o Grupo parlamentar do PSD irá votar favoravelmente, todas as Moções apresentadas.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em relação à Moção do PS, eu julgo que fala em três tipos de serviços. Não deveria a votação ser diferenciada? Ou deve ser conjunta? Se calhar as outras tornam-se desnecessárias em relação à Moção que as contempla todas.

O CDS/PP votará em favor dos interesses do concelho.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

Vamos então votar a Moção apresentada em primeiro lugar, pelo PSD, “**Contra o encerramento do Laboratório de Sanidade Animal de Mirandela**”.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com 56 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

A segunda Moção, apresentada pela CDU “**Em defesa do Tribunal de Mirandela**”.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com 56 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Moção apresentada pela CDU.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

E a terceira Moção apresentada pelo PS, “**Contra a saída de Serviços Públicos de Mirandela**”.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com 56 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.

Ordem do Dia

04 – Período da Ordem do Dia

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:**

Vamos passar para o Ponto 4.1. Apreciação da Informação do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Façam o favor de se inscreverem.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apreciando a Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, apesar de algumas das alíneas em que ele faz esta apresentação, só para nos dizerem que esteve presente? não sei se não seria de dizer que esteve presente e o porquê.

As alíneas que me sobressaíram: é logo na primeira, onde diz “*António Branco é o novo Presidente do Conselho de Administração dos Resíduos do Nordeste, EMI.*”

Estando na calha a privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, pertencente às Águas de Portugal, que creio, estão os chineses a tentar comprar e tendo em conta que o Sr. Presidente assume a Presidência dos Resíduos do Nordeste, pergunto se a privatização é um assunto que está em cima da mesa?

Relativamente à informação sobre as antigas minas da Freixeda: “*a empresa MAEPA – Empreendimentos Mineiros e Participações, Lda., requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, etc.*”, que pode significar a movimentação de um grande número de pessoas, que farão as suas despesas nas áreas em que estiverem instaladas e o Sr. Presidente fala em benefícios para o concelho por virem trabalhadores de fora e consumirem cá. Mas não tem como perspectiva a valorização dos recursos do concelho no próprio concelho, nomeadamente com a extração e transformação dos metais, dinamizando assim a economia do concelho e a criação de muitos postos de trabalho?

Sobre a informação que o Sr. Presidente esteve no Conselho Intermunicipal da CIM e que um dos pontos da Ordem de Trabalhos era o horário de trabalho na função pública, nomeadamente dos trabalhadores das autarquias. Eu pergunto qual foi o sentido da discussão, o que pensam as autarquias de Trás-os-Montes fazer e em Mirandela?

O Sr. Presidente vai defender ao trabalhadores e manter as 35 horas, ou vai seguir as pisadas do Governo, refugiando-se na decisão do Tribunal Administrativo, dado que o Tribunal Constitucional deixa as Autarquias o poder de negociarem o horário de trabalho com os Sindicatos.

Muito obrigado.

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre a Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara que vem explicada em 15 páginas, sobressaem-me algumas considerações:

Sobre o Portugal em Festa que decorreu no dia 26 de janeiro, foi como disse numa reunião do Executivo, o Sr. Vereador em regime de não permanência, o Sr. Eng.º *João Casado*, um fim-de-semana em cheio. Todos nós sabemos que foi um fim-de-semana em cheio e que haja mais fins-de-semana iguais a esse, Portugal sentiu-se em festa a partir de Mirandela, que se dá a conhecer a quem e além fronteiras, o que é meritório e positivo.

Fica um senão para futuros eventos, Sr. Presidente da Assembleia e Sr. Presidente da Câmara. O Portugal em Festa decorreu dum ponto estratégico, na Rua da República onde tudo tem acontecido, mas Mirandela também pode mostrar a Portugal e ao mundo a partir de outros locais da cidade. É apenas uma sugestão para ponderar futuramente, para outros eventos que vai haver, em março, a Feira da Alheira e vai estar cá outra estação de televisão como o Sr. Presidente já informou.

Queria também ressaltar o seguinte: “*Autarcas e Dirigentes discutem o Ensino Superior no Interior*”.

Nesse encontro onde o Sr. Presidente da Câmara esteve presente e onde foi apresentada uma declaração pública que engloba algumas medidas de relevo que poderão contribuir para o sucesso do ensino superior no interior do país. Alargar a base de recrutamento de alunos para ingresso nas licenciaturas, regular a rede pública com adaptação de vagas às necessidades das regiões...muito bem, precisamos de trabalhar nesta questão e de a aperfeiçoar o mais possível, que venham jovens de fora para cá e a preocupação nos nossos jovens, tão carenciados no interior, que se sintam motivados para tirarem aqui os seus cursos. É meritório e não deve ser descorada esta situação.

Depois: “*Mirandela afirma a sua presença no Eixo Atlântico*”. Muito bem, também, acho excelente e temos que continuar a afirmar a presença no Eixo Atlântico, que tem como objetivos a promoção da cultura, a realização de espetáculos e exposições, entre outras coisas. São necessárias todas estas coisas, para bem da nossa terra e do nosso país, mas em concreto estamos a falar da nossa região.

Para terminar, foi questionado pelo Deputado *David Garrido*, a empresa mineira interessada nas antigas minas da Freixeda, que pelos vistos vai começar e que isso se traduza num benefício, essencialmente para o nosso Município, já que o espaço da exploração pertence ao nosso concelho.

Se esta iniciativa da exploração da minas da Freixeda vingar, que haja o melhor acompanhamento e o melhor aproveitamento, em prol de benefícios futuros, do nosso concelho.

Muito obrigado Sr. Presidente.

----- **Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP):**

Bom dia Sr. presidente, Sra. s e Srs. Membros da Assembleia Municipal.

Tomei a palavra, apenas para dar nota de um alerta. É que na situação financeira apresentada pelo Sr. Presidente, há compromissos assumidos já decorridos 30 dias de execução orçamental, de 11.215.000,00 euros. Eu espero que dentro deste valor estejam os 8.900.000,00 euros, que ficaram de dívidas a fornecedores. Era um pedido de esclarecimento que eu gostaria de saber, na medida em que mais de 50% da disponibilidade do orçamento já estão comprometidos.

Também no que respeita à despesa paga, eu penso que com certeza tem que ser um lapso, na medida em que as despesas com pessoal, 30 dias decorridos de execução orçamental, “Despesas com Pessoal, 6.968.000,00 euros” e “Aquisição de Bens e Serviços, 13.887.220,00 euros”.

Peço ao Sr. Presidente, o favor de esclarecer esta situação.

Muito obrigado.

----- **Presidente da Câmara Municipal, *António Branco*:**

Eu apenas gostava de responder de forma telegráfica, a algumas questões que foram colocadas.

Uma muito concreta, tem a ver com a EGF – Empresa Geral de Fomento.

A EGF é efetivamente uma empresa pública, de capitais públicos, que vai ser privatizada.

A Empresa Resíduos do Nordeste é uma empresa Intermunicipal, nem sequer é suscetível de privatização e de acordo com a Assembleia Geral, que recentemente tivemos, não há qualquer movimento no sentido de mudar essa figura e como tal essa questão não se coloca.

Gostaríamos de poder comprar a EGF, que se calhar era um negócio interessante.

Nós temos uma vantagem, é que a Resíduos do Nordeste, felizmente é uma empresa que todos os anos tem apresentado resultados positivos, com algumas dificuldades, o que significa que é uma empresa que nos interessa manter nessa forma. Não tem um passivo que se possa considerar sequer efetivo

De qualquer modo, concretamente, tomáramos nós concorrer a esta privatização, até para que eles aprendam alguma coisa connosco, porque é uma empresa bastante equilibrada e bastante bem gerida.

Em relação às minas da Freixeda, Sr *Garrido*, é evidente que gostaríamos de privilegiar os da terra, mas infelizmente também e como sabe, já houve um processo anterior de prospeção que foi concluído e esta é a nova licença de prospeção, isto é, tem continuado e nós vamos tendo alguma esperança. Se fosse um projeto que conseguíssemos ter a certeza que avançasse, iria trazer nomeadamente, técnicos qualificados na área de mineralogia e de geologia, que não temos. A nossa dificuldade, hoje em dia, infelizmente, é fixar e cativar novas pessoas. Não há nenhuma questão estratégica.

Mas a verdade é que, se esse projeto fosse para a dimensão que gostaríamos, teríamos que ter mais gente em Mirandela, o que era bom, porque estamos a diminuir os nossos indicadores em relação à diminuição da população.

Quanto às 35 horas, surpreendentemente a Câmara de Mirandela está a praticar as 35 horas e não as 40. Também lhe vou dizer que é nossa intenção, depois de estar resolvido o imbróglie legal, tomar uma decisão. Acho que o Tribunal Constitucional ficou de dar uma resposta no espaço de dois meses, pelo que não queríamos tomar uma decisão e ter que voltar com ela atrás. Não considero isso correto. É a nossa opção. Esta será tomada na Câmara Municipal, acreditando que os restantes Vereadores estarão de acordo

Na CIM - Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, foi discutido esse assunto, na perspetiva de encontrar uma decisão unânime entre os diferentes municípios, não tendo havido uma decisão unânime.

Quando nós tomarmos uma decisão, vai ser fundamentada nas decisões que, o Tribunal Constitucional está a verificar. Se porventura a lei nos impedir, dado ser uma das dúvidas que ainda hoje existe, naturalmente que cumprimos a lei.

Dizer ao Deputado *Carlos Fraga*, que fizemos um acordo quase bélico...entre as três televisões.

Nós fazemos o “Verão Total” no Parque Império, fazemos o “Portugal em Festa” na Rua da República e no dia 09 de março, vamos fazer o “Somos Portugal” na Zona Verde, vamos pois circulando pela cidade. A apetência por Mirandela é tanta, que normalmente temos esses programas e tentamos variar as imagens que damos da cidade.

E nesse sentido, se o “Portugal em Festa” foi realizado na Rua da República, já o “Somos Portugal”, se estiver bom tempo, será realizado na Zona Verde, aproveitando aquele espaço e dando uma visão nova de Mirandela. Vamos tentar manter este tipo de animação e este tipo de eventos, porque são importantes.

Já agora, gostava que ficasse registado na ata desta Assembleia, que a Câmara Municipal não pagou 100.000 euros por aquele evento, nem paga por nenhum deles. Nós pagamos dormidas e comidas aos membros da organização e ponto final. São estas as despesas que nós assumimos.

Em relação ao Ensino Superior, é um assunto que eu espero trazer à próxima Assembleia, depois de passar na Câmara Municipal, porque a declaração que foi feita no encontro de autarcas realizado na Guarda, é uma declaração que apenas tem um conjunto de

pontos, ainda simbólicos. Mas é necessário pensar, tal como eu disse antes, na questão da defesa do Ensino Superior no interior. Existem dados extremamente preocupantes...

O Ensino Superior no interior e aqui está o Politécnico e o Universitário, representa 17% das vagas e 16% das verbas, o que significa que uma redução de 1%, no contexto nacional, do Ensino Superior, é uma redução quase insignificante. E uma redução de 10% no contexto do litoral, é uma redução que contribui para a melhoria do ensino superior.

O que está a acontecer agora, é o contrário. Em vez de cortarmos na maior fatia, que é a do litoral, vamos cortar na fatia do interior, e isto é perfeitamente absurdo.

Estamos com uma enorme reformulação de todo o Ensino Superior. Naturalmente têm ouvido o que se passa com os Politécnicos. Por este motivo houve o encontro na Guarda e vai decorrer no dia 10 de março uma reunião, com os Srs. Ministros da Educação e do Desenvolvimento e os Presidentes da Câmara que têm instituições de Ensino Superior, do interior e também os Reitores e os Presidentes dos Politécnicos por causa dos novos Ciclos porque é necessário congregarmos forças em torno da defesa de um conceito que é fundamental para o desenvolvimento desta região.

A verdade é que nós em Mirandela resolvemos o problema das instalações, recorrendo a alguma criatividade que de alguma forma quererem minimizar.

Eu dou-vos mais um exemplo: neste Quadro Comunitário, cada aluno da Universidade de Aveiro, recebeu em média, de fundos comunitários, cerca de 18.000 euros. E cada aluno da UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, recebeu 6.000 euros. Isto é inadmissível, tem que haver equidade e equilíbrio na defesa do Ensino Superior.

Depois da declaração estar pronta, penso levá-la à Câmara Municipal para a aprovarmos e nos associarmos a ela e na próxima Assembleia Municipal gostaria que fosse aqui apresentada essa moção por proposta da Câmara Municipal, “Em defesa do Ensino Superior, em defesa do Ensino Politécnico e do Ensino Universitário do interior e principalmente em defesa da manutenção deste elemento de desenvolvimento regional.”

Responder ao Deputado Faustino que espero chegar ao final do ano e ter uns 50 milhões de compromissos, é sinal que os posso registar, porque graças a Deus, hoje, cumpro a Lei dos Compromissos e quando registo um, significa que já tenho receitas aportadas. Não é como no passado, que registava os compromissos todos que desejava e ninguém me perguntava por isso.

A Lei dos Compromissos, já o disse várias vezes, principalmente aos Presidentes de Junta, já usei esta figura: “tenho dois semáforos: um é o mapa de disponibilidades (fundos disponíveis) e o outro são os pagamentos em atraso. Se eu chegar ao final do mês, se utilizar qualquer um desses semáforos no vermelho, no fim do mês sou penalizado em 10% do meu orçamento. Até agora, graças a Deus, referente a 2012 / 2013 e 2014, não temos nenhuma penalização. Temos uma de 2011, que foi pública, pelo que, estamos a cumprir integralmente.

Recordo que só o compromisso de uma obra como a ESAC, que está registada e que neste momento está na faturação dos seus 20%, representa quatro milhões de euros de compromisso. Mas como disse, tomara eu poder ter registados 50 milhões de euros nos compromissos, era sinal que tinha arranjado receitas para isso tudo.

4.2 – Conselho Desportivo Municipal de Mirandela: Eleição do representante da Assembleia Municipal.

----- Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:

Temos aqui duas eleições dos representantes da Assembleia Municipal, façam o favor de consultar o programa.

Eu fiz alguma consulta aos Srs. representantes dos grupos municipais, para repetirmos a metodologia que temos utilizado. Distribuimos dois votos de cor diferente e depois fazemos a contagem. Parece-me ser o mais indicado e bem aceite pelos grupos municipais.

----- Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É só para dizer o seguinte: como da última vez fizemos com as eleições dos Srs. Presidentes de Junta, eu sugeria, já sugeri à Mesa e falei com alguns membros das outras bancadas, fazer só uma chamada e entregar dois votos de cores diferentes: um para o “Conselho Desportivo Municipal de Mirandela” e outro para o “Acompanhamento do PDM”.

O Grupo Parlamentar do PSD, apresenta para o Conselho Desportivo Municipal de Mirandela, o Professor *Paulo Pinto*, que além de Professor de Educação Física é um técnico bastante credenciado na área do desporto, uma pessoa dentro dos assuntos.

E para o acompanhamento do PDM, também outro técnico credenciado, que já foi na legislatura anterior, que é o Arquitecto *Figueiredo*.

----- Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Apenas o PSD apresentou listas de candidatas.

De forma que vamos votar apenas os Srs. Deputados municipais: *António Joaquim Pereira Figueiredo*, para o PDM e o Sr. Deputado *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto*, para o Conselho Desportivo.

Vamos também fazer a votação em simultâneo.

----- Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:

Vamos proceder à chamada:



Peço a atenção dos Srs. Deputados, o Sr. Deputado *Carlos Fraga* quer interpelar a Mesa.
Faça favor Sr. Deputado.

----- **Deputado Municipal *Carlos Fraga* (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É apenas interpelar a Mesa sobre o seguinte:

Visto que esta eleição vai ser simultânea e havendo apenas uma lista, em termos regimentais, sugerir que se retirasse esta votação nominal por voto secreto e fazê-la por braço no ar, uma vez que é uma lista única. Espero explicação da Mesa

----- **Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:**

A Mesa entendeu perfeitamente a sugestão do Sr. Deputado *Carlos Fraga*, agradece a sua colaboração, mas vamos usar o método que usamos sempre. Não demoramos muito mais tempo, até porque isso permite a intimidade e o secretismo do voto de cada um de nós.

----- **Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto Cordeiro*:**

Informar esta Assembleia do seguinte:

O voto de cor verde, é para a eleição do elemento para a Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do PDM; o voto de cor amarelo, para a eleição do elemento para o Conselho Desportivo Municipal.

----- **Deputado Municipal *Nuno Sousa* (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era só para pedir um esclarecimento à Mesa, porque estão a surgir algumas dúvidas, não pondo em causa a idoneidade do candidato à Comissão do PDM.

Exercendo a profissão de Arquiteto fora do que é a sua função principal, que é ser Professor, se isso não cria um regime de incompatibilidade, estando presente na Comissão do PDM...tem um gabinete aberto...portanto, se isso não pode criar alguma incompatibilidade.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:**

Ó Sr. Deputado, a Mesa não tem capacidade sobre o momento, de fazer uma apreciação jurídica de incompatibilidades.

Pede o parecer, mas não é neste momento que vai pedir o parecer. Se tiver capacidade e competência para o efeito, poderá contribuir para o esclarecimento. É para isso que aqui estamos, para que haja uma sequência, uma votação clara e aceitável.

O Sr. Deputado *Nuno Sousa* faz esta intervenção, nós ouvimos e registamos. Agora, essas coisas ou são preparadas antes, ou ajuizadas e decididas depois.

Vamos ouvir o que os Srs. Deputados têm para dizer, para podermos ultrapassar o assunto.

Dou a palavra ao Sr. Deputado *Dinis Veiga* e de seguida ao Sr. Deputado *António Figueiredo*.

----- **Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Isto é tentar criar um problema, onde não há problema nenhum.

Aqui na Assembleia Municipal não há profissionais. Nós não somos profissionais. Senão é tudo ilegal. Há bocado votou-se a Moção do Laboratório. Os Srs. agricultores não deviam votar, eu não devia votar porque tenho oliveiras, os que têm leite não deviam votar...é incompatível, com franqueza!... Depois votou-se a do Hospital, o Dr. *Mesquita* não devia votar...os advogados, a Dr.ª *Marisa* não devia votar...com franqueza!...

Aqui na Assembleia Municipal não há incompatibilidades de qualquer espécie...eu só vejo, criar um problema de querer ser, mas para se querer ser, têm que se ter votos.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*:**

Vamos continuar, vamos dar o nosso contributo, serenamente...

Sr. Deputado *António Figueiredo*, que pediu a palavra, faz favor.

----- **Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Caro colega, se vamos por esse prisma, a incompatibilidade existe na Assembleia da República. Há advogados que são Deputados e têm o seu escritório de advogados aberto...é incompatível? Não é incompatível, não há incompatibilidade nenhuma. E o Tribunal Constitucional já veio a referir-se sobre essa situação.

Portanto, quer este Executivo criar um novo regime de incompatibilidades? Nessa altura poderei criar essa incompatibilidade, em termos de acompanhamento e da revisão do PDM.



Atualmente não vejo essa perspetiva, porque nessas mesmas reuniões de acompanhamento, há colegas arquitetos que têm gabinete aberto, conforme o Sr. Arquiteto, membro da Assembleia Municipal, aqui falou, que fazem parte doutras assembleias municipais.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar para eleição do representante do Conselho Desportivo Municipal.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor, 3 votos contra, 1 abstenção e 9 votos em branco, eger o membro eleito da Assembleia Municipal, *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto*, para o Conselho Desportivo Municipal de Mirandela, proposto pela Lista “A”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

4.3 – Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM: Eleição do representante da Assembleia Municipal.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar para eleição do representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 37 votos a favor, 12 votos contra, 1 abstenção e 8 votos em branco, eger o membro eleito da Assembleia Municipal, *António Joaquim Pereira Figueiredo*, para a Comissão de Acompanhamento de Elaboração e da Revisão do Plano Diretor Municipal – PDM, proposto pela Lista “A”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Declaração de voto oral

Relativamente à eleição da Comissão de Acompanhamento do PDM, o Grupo do CDS/PP, não apresentou lista, ou candidato, a essa Comissão, por uma questão de transparência.

Entendemos que profissionais liberais com interesses na área do urbanismo e planeamento, não devem fazer parte destas comissões, sem haver um parecer jurídico, seja da Ordem Profissional ou de outra entidade.”

----- **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acho que - e aí a Mesa tem que ponderar bem isto - declaração de voto, é explicar como se votou: sim, não ou contra. Não é uma explicação porque é que não se apresentou uma lista. Eu acho que isso não é nenhuma declaração de voto. E portanto nem deve ser admitida na ata.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Pronto, de acordo com as palavras, se o entendimento do Regimento relativamente à questão de dizer “Declaração de Voto”, eu apenas quero que seja então um esclarecimento da minha parte, relativamente à posição do grupo.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos ver se nos entendemos.

Eu considero que aquilo que o Deputado *Nuno Sousa* fez, é uma declaração de voto, porque na declaração de voto, ele está a defender-se de uma ilegalidade que ele entende que pode vir a acontecer.

O facto de não ter apresentado lista é somenos. Ele disse que considerava, que sem uma justificação jurídica, pode entender que esta eleição é ilegal e aquela declaração resguardou-o.

É o meu entendimento e portanto deve manter-se em ata.

----- **Deputado Municipal José Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para fazer um pequeno contributo à Mesa.

Não há declarações de voto, em atos de votos secretos. O Sr. Deputado *Nuno Sousa* pode-se declarar a ele e apenas a ele e não vincular a bancada, porque não sabe como é que foi o voto dos restantes membros da bancada. Não pode ser assumido como declaração de voto.

Sr. Deputado *Nuno Sousa*, apenas o pode vincular a si, no seu gesto da tomada de posição e não extensível, porque o voto foi secreto e não há declarações de voto em votos secretos.

4.4 – Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento – 2014, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2013 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.4 da Ordem do Dia, que trata da 1.ª Revisão Orçamental.

Naturalmente que o Orçamento uma vez revisto, é um ponto muito importante. Os Srs. Deputados farão o favor de se inscrever.

Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado *António Martins*.

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP):**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores presentes, Srs. Presidentes de Junta, Membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores.

Antes de mais, os meus cumprimentos e a todos um voto de um bom dia de trabalho.

Convém referir, pois nunca é demais fazê-lo, que as minhas intervenções nesta Assembleia, são como Presidente de Junta de Freguesia, pois é por essa inerência de cargo que aqui estou.

A defesa dos interesses da população que me elegeu e que em mim depositou o seu voto, estão acima de qualquer interesse, seja ele de natureza particular ou partidário

É para essas pessoas que devemos governar, que nos devemos posicionar na defesa dos seus interesses, na defesa dos interesses que contribuam para o seu bem estar e na melhoria da sua qualidade de vida.

A nova lei das autarquias locais, a lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, embora confusa, trouxe ao Poder Local, novas obrigações e competências e veio trazer às freguesias uma centralidade que até aí não tinham.

A nova lei, trouxe um conjunto de instrumentos, que vieram dar uma nova vida às freguesias e aos executivos que a governam. Trouxe com ela responsabilidades e obrigações, que até aí as freguesias não tinham. Trouxe também uma nova forma do poder local, com mais e melhor proximidade ao cidadão, pode-se encarar o seu mandato de uma forma mais abrangente do que até aí era possível.

Essa lei que quis o legislador que fosse uma lei que desse músculo às freguesias, parece que tem assustado um pouco os municípios e tem deixado receosos para o debate e discussão com as juntas de freguesia.

Como sabeis, colegas Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes e restantes membros da Assembleia, a nova lei atribui de uma forma clara, duas competências às juntas de freguesia: as competências materiais previstas no art.º 16.º e as competências de delegação legais, previstas no art.º 132.º O que quer isto dizer? Que as Juntas de Freguesia passaram a dispor de um conjunto de competências, em que as primeiras, são por força da lei, executadas por nós e as segundas, as do art.º 132.º, executadas quando a Câmara Municipal celebrar os respetivos acordos de execução.

Saliento que entre outras competências, neste art.º estão contempladas “*gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes; assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados; assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré escolar e do primeiro ciclo do ensino básico ensino e promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.*”

Ou seja, caros colegas Presidentes de Junta, enquanto a Câmara Municipal não fizer os acordos de execução, nós não podemos executar estas competências e quem tem que as executar é o Município, com claro prejuízo para os nossos cidadãos.

O art.º n.º 133 da Lei n.º 75/2013, é muito claro sobre esta matéria. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, celebram um acordo de execução que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes, ao exercício de todas ou de algumas das competências previstas no artigo anterior, ou seja no art.º n.º 132.

O período de vigência do acordo de execução, coincide com a duração do mandato do órgão deliberativo do município, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados. Ou seja, estes acordos são válidos por quatro anos.

Caros Presidentes de Junta aqui presentes e restantes membros da Assembleia, já decorreram 120 dias após a instalação dos órgãos e a Câmara Municipal tem-se recusado, perante a insistência desta junta (falo em nome das três eleitas pelo CDS/PP), em discutir este assunto. Aliás, este é outro de relevante natureza para os interesses das freguesias e dos cidadãos que nela residem. A Lei 75 quis vir dar força legislativa às freguesias e isso tem preocupado os municípios e nomeadamente esta Câmara. Porque será? Saberá com toda a certeza quem se recusa a discutir com esta junta e com outras, assuntos de interesse da população e do concelho de Mirandela.

A pluralidade das ideias e debate, traz a riqueza das medidas a implementar. O concelho não pode nem deve ser pensado apenas dentro do gabinete no Palácio dos Távoras por um grupo restrito. O concelho tem que ser pensado e planeado com as freguesias, pois são os seus executivos que conhecem a realidade conjuntural de cada uma delas. São os executivos de junta que têm de dar o

seu contributo por um correto planeamento das ações de intervenção, a levar a cabo nas freguesias, em nome de uma gestão justa e racional.

Esquecem-se que os Presidentes de Junta foram eleitos democraticamente pelo seu povo e que o representam. Ninguém pode continuar a ignorar isto.

A democracia faz este ano 40 anos em Portugal e parece que em alguns plenários e instituições ela ficou à porta ou então à distância de um clique, pois é irónico que o Presidente do Município atenda os cidadãos em dias marcados quer presencialmente, quer pelas redes sociais e não queira atender os presidentes de junta em hora e dia marcado. Atender os representantes que o povo elegeram.

Hoje iremos aqui votar regulamentos e mais regulamentos. Alguém das juntas de freguesia foi consultado sobre estas matérias? Alguém quis ouvir as juntas de freguesia a pronunciarem-se sobre taxas, que diretamente afetam o modo de vida das pessoas das nossas freguesias? Alguém foi consultado para aceitar aumentos de 30%, em taxas que as pessoas vão ter que pagar? Eu posso dizer-vos sem problemas que esta junta não foi. Então porque não quer o Município discutir com as freguesias matéria tão importante para o modo de vida das nossas populações?

Quero dizer aqui, sem qualquer tipo de problemas que não irei votar favoravelmente qualquer tipo de regulamento de taxas e encargos que diretamente vão afetar as pessoas da minha freguesia. Resta-me saber quem estará na disposição de fazer o mesmo, para defender os interesses daqueles que os elegeram.

Sr. Presidente da Câmara, o Sr. não pode continuar a ignorar estes factos, o Sr. não pode deixar fora da discussão no planeamento do concelho, as freguesias e os seus executivos. Não pode fazer retificações orçamentais em áreas de gestão das freguesias, sem que as mesmas sejam ouvidas. Ninguém conhece melhor as necessidades das freguesias, do que os seus presidentes.

Sr. Presidente da Câmara, resta-me para terminar, perguntar-lhe aqui neste plenário, visto não me responder à minha solicitação por escrito. Vai ou não cumprir a Lei n.º 75 e fazer os acordos de execução previstos no art.º 133?

----- **Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ó Sr. Presidente de Junta, eu até o compreendo, porque é a primeira vez que está nesta Assembleia Municipal e com certeza não leu o Regimento, mas alguém da sua bancada o devia ter informado.

Tudo o que disse que eu não quero contestar, é nos “Outros Assuntos de interesse par o Município”.

O que nós estamos a discutir agora, é a Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental, é essa que nós estamos a discutir e é sobre essa que o Sr. não disse uma única palavra. A Mesa foi muito benevolente consigo, porque lhe devia ter cortado a palavra. Nos Outros Assuntos é que devia ter apresentado esses problemas.

Quanto aos regulamentos, quero-lhe dizer que estiveram em discussão pública. Apresentou as suas alterações? Não. Então porquê, andou distraído? Quando chegarmos aos regulamentos, a gente discute isso. A Mesa deve cortar a palavra desde que se fuja dos assuntos, e o assunto é “1.ª Revisão Orçamental”, que até devia ser mensal desde que fosse igual a esta, porque é para o aumento da receita.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado *Nuno Sousa*, quero dizer o seguinte: a Mesa uma vez ou outra, tem dificuldade em pautar o tipo de intervenção dos Srs. Deputados.

Devo dizer-lhe que na minha interpretação pessoal, durante o primeiro terço do discurso do orador, pareceu-me que havia, não digo um desvio, mas havia uma falta de integração no texto que estava no Ponto 4.4., mas penso que na segunda metade se encaminhou.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E de facto, o Sr. Presidente acabou por responder um pouco àquilo que eu ia dizer.

Julgo que o Regimento não condiciona a dimensão de uma introdução. Naturalmente, o Sr. Deputado teve o seu direito de fazer uma introdução muito explicitado que são o papel da Junta de Freguesia e o papel da Câmara Municipal, porque efetivamente era sobre isso.

É que esta 1.ª revisão Orçamental, introduz aumentos em rubricas que são competências das juntas e eu pergunto se as freguesias foram ouvidas sobre esses reforços, que são competências das juntas de freguesia, ao abrigo da Lei n.º 75. Como é que chegaram a esses valores, sem diálogo com as juntas de freguesia. Eu falo das seguintes: arruamentos, muros, passeios em diversas aldeias. Houve um reforço, muito bem. Arruamentos, muros, passeios na cidade, houve um reforço, muito bem. Mas há aqui competências que ao abrigo da Lei n.º 75, pertencem às juntas de freguesia. Se elas não foram ouvidas nem achadas, que legitimidade tem o Presidente da Câmara para fazer uma alteração ao Orçamento, pedirem aos presidentes de junta para aprovarem a respetiva alteração, se não foram ouvidos nem achados. É essa a questão e acho que o Sr. Deputado esteve muito bem na sua intervenção.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, permitam-me, a título informativo, que chame a atenção desta Câmara para o seguinte:

Muito recentemente, quando tive o privilégio de apresentar um livro do Dr. *Rui Magalhães*, sobre a Toponímia e aspetos geográficos das Freguesias, ao passar os olhos por literaturas relacionadas, constatei que há uma sobreposição muito grande sobre as competências entre municípios e freguesias. E todos esses desejáveis e aceitáveis episódios de conflitualidade, derivam daí. De maneira que é meu dever, como Presidente da Mesa, chamar a atenção da Câmara para a sobreposição que existe entre competências do município e das freguesias, que derivam da lei e a partir daí, sabermos-nos comportar e estar como tal.

A palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Bem, eu pensei que ia responder a uma pergunta sobre a Revisão Orçamental e pensei também que já havia algum conhecimento nesta sala, sobre a Revisão Orçamental que fazemos todos os anos nesta altura, que é pegar no Saldo que transitou no ano anterior e transportá-lo para o exercício deste ano.

Até costume dizer que esta é uma revisão meia estúpida, porque à partida, nós estamos a fazer aquilo que é linearmente lógico, que é pegar no saldo que tínhamos a 31 de dezembro e inseri-lo no exercício deste ano, quando o devíamos poder fazer de forma automática.

Mas pelos vistos, tudo é permitido nestes debates e estamos em 30 ou 40 anos de democracia e é necessário que as pessoas falem dos assuntos que lhe apeteçam e quando quiserem. Independentemente de estarem ou não ligados a esses assuntos, eu tenho essa disponibilidade.

Gostava de dizer duas coisas:

Primeiro, o que faltava era que as competências dos outros se sobrepusessem às nossas, isto é, o Presidente da Câmara em tudo o que faz, tem que dar contas e tem que coordenar. E as juntas? Eu, por acaso também não participei no orçamento da Junta de Cedães, se calhar também devia, também fui eleito, também tenho legitimidade.

Se têm dúvidas em relação às minhas competências, têm imensos locais para apresentar essas queixas: Tribunal de Contas, Tribunal Constitucional, DGAL, Ministério. Apresente as respetivas queixas e verifique se eu estou a ultrapassar alguma das competências que estão acometidas à Câmara Municipal.

Não queira é de alguma forma pensar que, por ser eleito na sua freguesia, vai ter competências na Câmara Municipal...isso garante-lhe que não vai acontecer.

Sobre o assunto de ser recebido ou não, eu já tive oportunidade de responder a um colega seu na última Assembleia. Há aqui presidentes de junta do PSD que nunca reuniram comigo neste mandato. Não tivemos oportunidade e fomos adiando. Eu já reuni com os três presidentes do CDS/PP, nomeadamente consigo, pelo que é falta de honestidade intelectual vir aqui dizer que não reuni consigo...falta de honestidade intelectual! Aliás, dentro das minhas competências, irei continuar a exercê-las dentro desse princípio. Não pode é afirmar aqui que os presidentes de junta do CDS/PP têm sido prejudicados em relação aos restantes presidentes de junta, porque senão eu aponto-lhe de dedo, uma quantidade deles que ali estão que nem sequer neste mandato tiveram oportunidade de reunir comigo.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Pediu a palavra o Sr. Deputado?

Faz favor então.

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Cedães, António Martins, (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A grande questão é esta: se viemos aqui discutir uma retificação orçamental em que há rubricas que foram reforçadas nas freguesias e o Sr. Presidente da Câmara acaba de confirmar que não falou com a maior parte das pessoas, como é que se apuram os valores? É isso que eu questiono. O Sr. pode dizer que já falou com as pessoas, mas o Sr. abandonou a reunião a meio e os assuntos que estavam agendados ficaram por discutir. Quando vamos a uma reunião e há uma agenda para ser discutida e a agenda fica a meio, não pela minha iniciativa, seria bom que ao fim de três meses essa agenda tivesse sido retomada.

Eu pergunto, se há rigor orçamental, se há disciplina orçamental, se há uma orientação orçamental, como é que ela foi feita, sem ser feita uma avaliação com as freguesias, para se saber quais eram as necessidades. Não posso votar favoravelmente uma retificação orçamental que diz que há uma rubrica que foi contemplada para arruamentos das aldeias, quando as aldeias não foram ouvidas.

Eu não venho aqui atacar ninguém, nem me quero meter no lugar de ninguém, fui eleito pelo meu povo e é o meu povo que tenho que defender. E da mesma forma que o meu povo pessoalmente é atendido, eu gostava de ser atendido também. Não é estar à porta da Câmara para falar com as pessoas e as pessoas dizerem-me que não têm tempo, porque o Sr. há dias foi a Lisboa e eu tenho a certeza que o Sr. foi atendido á hora marcada, pela pessoa que estava à sua espera.

Isto é um direito que nos assiste, para nós contribuímos na discussão de um orçamento ou de uma retificação orçamental, sejamos ouvidos e possamos dar o nosso contributo.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Muito boa tarde Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu creio que estamos a laborar num erro muito grande. Estamos a misturar coisas que não são misturáveis.

Esta Revisão do Orçamento e que apresenta aqui as rubricas como reforço, (eu também considero estúpida esta revisão) isto é um reforço a rubricas que já foram aprovadas na Assembleia Municipal e portanto isto é reforçar aquelas que naquela altura foram aprovadas.

Se quando foi discutido, aprovado e votado o Orçamento não se levantaram estes problemas, em minha opinião, também não é agora que se devem levantar... é a minha opinião, uma vez que isto é um reforço de verbas, - mas a lei obriga a que isto aconteça – nem sequer deviam ter vindo aqui.

Relativamente à votação que vai acontecer, eu pedia à mesa e especialmente ao Sr. Presidente, que na votação fosse escrito na ata, os votos por bancada, uma vez que nós fomos arrumados por bancadas, eu gostava de saber o tipo de votação do PSD, do CDS/PP, do PS e da CDU, porque se é global, ao ler a ata, não se sabe como é que foi o posicionamento dos vários partidos.

Eu sugeria e pedia, que não é difícil, era saber quantos votos teve cada bancada e que viesse escrito em ata.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Muito obrigado pela sua sugestão.

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta *Paulo Pontes*, a Mesa informa a Assembleia do seguinte:

Tem sido regra de que a contagem dos votos seja feita por grupos municipais. Pode não ficar transcrita desse modo, mas quando eu próprio e os Srs. Secretários tiramos para o papel a contagem que fazemos, é por grupos municipais e algumas vezes quando se dá a informação verbal, diz-se: do CDS/PP ou do PSD, tantos votos. Acontece e eu tenho verificado que há esse deslize, depois dá-se uma contagem total, que naturalmente perde algum aspeto de rigor, embora não fira nenhuma legalidade.

Tomamos isso em conta, que me parece absolutamente aceitável e desejável que assim aconteça, fazer a contagem pelos grupos municipais, uma vez que essa foi uma regra aceite desde há muito tempo nesta casa, dos grupos municipais ficarem distribuídos segundo uma ordem, que não sendo universal, é pelo menos histórica e é tradicional. À direita, a direita; á esquerda, a esquerda. Neste caso concreto, o Sr. Deputado até está a ocupar um lugar que não sendo bem à esquerda, espero que na próxima sessão, eu o coloque aqui á esquerda, vou ter esse cuidado, pela consideração que me merece, pessoal e aqui dentro da Assembleia.

----- **Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Srs. Deputados.

Não sou a pessoa mais indicada para fazer a defesa do Sr. Presidente da Câmara, nem ele precisa da minha defesa, mas também tenho que lhe fazer justiça neste ponto.

Se há presidentes de junta do PSD com quem ele ainda não falou formalmente, foi comigo. Não é por culpa das pessoas do Franco e Vila Boa, nem por culpa do Sr. Presidente da Câmara, mas sim por culpa minha, porque a minha vida também não mo permite e não me escondi quando fui candidato para dizer qual era a situação profissional e familiar em que estava.

Uma coisa é certa, se o reforço foi feito, tendo isso em conta, não só por mim, mas com certeza por todos os outros, eu de facto ainda não falei com o Sr. Presidente da Câmara, mas já lhe fiz sentir quais eram os muros e os arruamentos que precisavam de ser feitos na Freguesia do Franco e Vila Boa.

Se o Sr. Presidente se recusasse a ouvir-me, eu teria outros meios para chegar a ele de forma direta ou indireta.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu tenho por iniciativa nesta Assembleia, porque foi aqui que comecei a minha atividade política partidária e cívica, pensar que o respeito é o elemento mais importante no relacionamento que tenho com as pessoas. Com o Sr. Presidente da Junta de Cedães fiquei agora a saber que não é assim.

Ele sabe tão bem como eu (custa-me dizer isto aqui, mas tenho que o dizer) que eu saí da reunião em que estava com ele, porque um filho meu estava na urgência do hospital. Tenho a certeza que a compreensão que o Sr. teve para comigo, terei que a ter no futuro.

Nunca lhe marquei uma reunião em que não aparecesse. Quando marco as reuniões, estou presente à hora em que está marcada. E se acha que eu recebo os municípios, da mesma maneira como eles vão ao meu gabinete, nos dias de atendimento, o Sr. também pode ir, não é mais do que eles.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 30 votos a favor, (29 do PSD e 1 voto da CDU), 2 votos contra do CDS/PP e 16 abstenções, (1 do PSD, 7 do PS e 8 do CDS/PP), aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento – 2014, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2013 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

4.5 – Proposta de Regulamento de Afixação ou Inscrição de Mensagens Publicitárias do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Afixação ou Inscrição de Mensagens Publicitárias do Município de Mirandela;

2 – Submeter o referido documento à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.5, Proposta de Regulamento de Afixação ou Inscrição de Mensagens Publicitárias do Município de Mirandela.
Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais:

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sobre este assunto, eu devo dizer, que apesar de ter ido à reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2014 e no Preâmbulo evidenciar toda a redação da proposta como tendo sido aprovada nessa Câmara, a realidade é que este assunto teve início numa reunião de Câmara, a 11 de março de 2013. Ou seja, há quase um ano atrás, entretanto a legislação também mudou e apareceu a Lei n.º 75/2013.

E uma das questões que eu coloco, é se efetivamente e de acordo com o CPA – Código de Procedimento Administrativo, se porventura esta proposta que aqui está não terá já caducado, porque tem os cinco dias para discussão pública e a aprovação imediatamente a seguir aos 30 dias que foram em abril do ano passado.

Entretanto tivemos não só a introdução da Lei n.º 75/2013 e alterações várias, mas também já estamos noutra mandato, daí eu querer saber se de facto não existe aqui alguma caducidade, relativamente a esta proposta e se não tem que ir a discussão pública outra vez, ao abrigo da Lei n.º 75/2013. É a questão que eu coloco e gostaria de alguma explicação jurídica sobre isso.

Relativamente às intervenções do período da discussão da Ordem do Dia e há bocado ouvia aqui dizer alhos e bugalhos e estão na apreciação deste diploma, alhos e bugalhos. Eu sugeri, no âmbito da discussão pública, que em vez de pulverizarmos a cidade com outdoors ou cartazes, sejam políticos ou publicitários, de forma aleatória, definir zonas onde pudessem ficar colocados, em estruturas que a Câmara poderia alugar. Era uma receita para o Município e ao mesmo tempo estavam uniformizados e com um enquadramento estético e apelativo em termos urbanísticos, não iríamos ter aberrações - não tenho nada contra o cartaz do Bloco de Esquerda naquela rotunda que graficamente até é interessante, mas esteticamente, é um desenquadramento completo.

Todavia, se existisse um regulamento que identificasse zonas onde pudessem ser colocados os cartazes publicitários ou de cariz político, julgo que estávamos a dar um contributo e uma imagem positiva sobre urbanismo, para o país. Foi nesse sentido que dei a sugestão, que fosse introduzido neste diploma a localização dessas zonas.

A resposta que tive relativamente na apreciação técnica, remete para o Decreto-Lei 309/2009, que estabelece o procedimento de classificação de bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico de zonas de proteção, do Plano de Pormenor de Salvaguarda. Eu tento perceber que defende os princípios de defesa da estética de imóveis, sejam a preservar por imperativos legais, sem prejuízo das competências atribuídas ao IGESPAR e outras entidades, isto é referente aos imóveis classificados, nem em período eleitoral se podem colocar lá cartazes. É uma apreciação técnica de um assunto que nada tem a ver com o assunto que eu levantei, portanto alhos e bugalhos. Eu nem sei quem é o autor desta apreciação técnica, mas a pessoa está completamente desfasada daquilo que eu falei ou foi propositado, para terem que responder algo.

Volto a reiterar, se ao abrigo da Lei n.º 75/2013, esta proposta não está ferida de ultrapassagem de prazos para a sua aprovação, a pergunta que eu quero deixar é se o Executivo vai ter a sensibilidade, o tal sentir Mirandela, que eu concordo, de procurar introduzir uma lógica urbanística para Mirandela - podia ser também na Torre de D. Chama ou outras freguesias – se tem espaço para introduzir esta alteração como deve ser e darmos um exemplo positivo do que é qualidade urbanística e o tal sentimento que temos por Mirandela.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez eu não posso estar nada, nada de acordo com o Sr. Deputado *Nuno Sousa*.

O Sr. já viu, a ser aprovada a sua sugestão, o indivíduo que tenha que fazer publicidade, que mora na Rua da República, era encomendada para a Bronceda, porque o Município decidia que era ali que se devia fazer a publicidade.

Depois, ainda bem que este Regulamento diz: “no âmbito da aplicação da presente Proposta de Regulamento, exclui-se a matéria atinente à propaganda política eleitoral e sindical”, que o Sr. também queria alterar.

Eu não tenho nada contra os Regulamentos, no entanto, chamo a atenção não só do Sr. *Nuno Sousa*, quanto ao relatório que o acompanha, lamentamos (CDU) e eu (PCP) que o Sr. Vereador *João Casado*, do Partido Socialista, sugira a introdução de regulamentação da propaganda política e sindical, mais ainda quando faz parte de um partido que se diz socialista, mas que já está como o Presidente da República e este Governo, que não respeita a Constituição da República, nem aprende com o exemplo da Câmara Municipal do Porto.

Reafirmamos que qualquer intenção de regulamentação nesta matéria, contará sempre com a oposição firme da CDU e do PCP e usaremos todos os meios à nossa disposição para o combater.

Isto tem exemplos, o Porto andou, andou, mas perdeu e nós não aceitaremos que na questão política nos seja cortada essa possibilidade.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando for a intervenção do Presidente da Câmara, eu permito ao Sr. Vereador que faça a defesa da honra.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Muito bem Sr. Presidente, antecipou-se, a Mesa saberia perguntar e respeitar o Regimento, mas eu aproveito para recomendar a todos os Srs. Deputados da Assembleia, o favor de lerem o Regimento, porque senão não nos entendemos e perdemos muito tempo em discussões que não sendo inúteis são pelo menos estéreis.

Sr.ª Deputada *Odete Ferreira* tem a palavra.

----- **Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

Muito boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, Srs. Deputados, Presidentes de Junta e demais presentes.

Realmente fomos inundados com uma série de regulamentos com bastante substância, percebe-se pela leitura que eles são necessários, decorrem do Decreto-Lei 48/2011 e outros subseqüentes e portanto não temos nada a obstar em relação a este trabalho de feitura de regulamentos.

Quase seria desnecessário fazer qualquer intervenção, contudo é sempre bom alertar, porque apesar de se tentar regulamentar o mais possível, há sempre algo que escapa, nunca há nada perfeito, há sempre interpretações e como tal chamou-nos a atenção, no art.º 4.º, alínea a), ponto 1, prejudicar a beleza. Logo isto é sempre sujeito a uma interpretação subjetiva.

Contudo o nosso voto de confiança será que, quem tiver que lidar com a aplicação dos vários itens deste regulamento, que se houver algo de dúvida, que tenha o bom senso de consultar os pareceres técnicos mais isentos.

Também ficou esta ideia, que houve pareceres e depois sugestões e quem é que deu os pareceres técnicos de aceitar ou não aceitar algumas sugestões. Se o Sr. Presidente da Câmara entender esclarecer, muito bem, mas de uma maneira geral é mais um alerta. Mais, ultimamente dei conta da afixação de uns grandes placares de indicação por exemplo referidos ao Hospital Terra Quente e lembro-me que já nesta Assembleia, quando se falava na necessidade de haver uma uniformização de placas informativas e de facto foram aplicadas as placas com indicação de ruas, e agora parece que se está a fugir a essa regra geral que estava a ter um conjunto harmonioso na cidade, aquelas placas bonitas com indicação das ruas.

Para tudo é preciso um bom senso, porque vão surgir algumas dúvidas quanto à aplicação do que aqui está regulamentado.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O “esclarecimento” que eu queria prestar, dirigindo-me à Mesa para que se dirija depois ao Deputado da CDU, pessoa que eu estimo, e também lhe dizer com toda a frontalidade, que não é mais democrata do que eu, no que toca a conceitos de democracia. Estamos em lados opostos do ponto de vista da democracia, mas ambos são válidos.

Nunca poria em causa a possibilidade de partidos colocarem os seus outdoors, as suas mensagens publicitárias. O que eu falo aqui, é de criar as condições para garantir o que está plasmado no art.º 4.º, do embelezamento, do sentido de estética e tudo mais que foi aqui evidenciado.

No meu entender, Mirandela podia dar um sinal positivo com a inclusão a lei eleitoral permite isso – se existir um regimento municipal em que define locais e não tem que ser na Bronceda, podem ser dentro da cidade – mas não tem que ser em cima duma estátua ou dum canteiro. Acho que tem que haver algum respeito por aquilo que é património municipal, onde todos os dias funcionários municipais vão tratar aqueles jardins.

Mirandela é conhecida pela sua beleza, com o espelho de água, etc., vem cá a SIC, faz as filmagens para o programa de Domingo, daqui a uma semana temos cá a TVI, etc. e toda a gente gosta de ver Mirandela no seu melhor. Mas nós podemos ter na mesma essas mensagens dentro da cidade, em sítios bastante normais e acessíveis sem precisar de estar em cima de espaços que são mais sensíveis, do ponto de vista estético e urbanístico, sem prejudicar a democracia.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não quero ser mais democrata do que ninguém, tenho a minha democracia e cada um tem a sua, agora o que eu referi foi essencialmente à questão política, porque no sentido do embelezamento e estética, creio que há o bom senso da parte da Câmara Municipal nesse aspeto.

Na questão política, à exceção do que a lei proíbe, e nós conhecemos a lei e sabemos o que ela proíbe, quem define onde devemos meter a propaganda política, somos nós, não é qualquer regulamento. Houve câmaras que quiseram fazer regulamentos, foram chumbados pelo Tribunal Constitucional. É só isso que eu quis referir.

E já agora, quero dizer que eu não quis ofender a honra de ninguém, foi em função daquilo que vem aqui escrito, do Vereador Eng.º *João Casado* e que eu subentendi quando o Sr. diz: “os regulamentos são todos eles bons, uns copiados, outros não são copiados, uns são adaptados, recolhe uma nova matriz e faz, adaptam-se as coisas e isso é um princípio fundamental como em tudo na vida. Relativamente à questão da jurisdição de plantas, onde afixar ou não, também não tinha esta nota para a mencionar”.

Mas há outra coisa que me parece mais subjacente que ninguém quer tocar nela e que eu vou ter que tocar, que é um parágrafo que aqui está e diz assim: “no âmbito da aplicação da presente proposta de regulamento, exclui-se a matéria atinente à propaganda política eleitoral e sindical”. Eu aqui discordo completamente e é nisto que eu estou contra. E não tive que ofender a honra de V. Ex.ª, não tive que fazer nada. Limitei-me ao que veio aqui escrito.

----- **Deputado Municipal José António Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado Sr. Presidente, os votos de continuação de bom trabalho a todos os membros desta Assembleia.

Desejava só fazer uma pequena intervenção, relativamente a esta matéria, porque penso que ela foi um pouco desviada naquilo que devia ser o seu propósito. Discutiu-se muito a forma e não o conteúdo.

Também da mesma forma que os painéis são colocados, não está em questão o conteúdo que eles revelam, mas sim as formas, as dimensões e as localizações a que este Regulamento pretende dar corpo.

Naturalmente que o Regulamento se exige e nós assim o reconhecemos e iremos aprová-lo favoravelmente. De facto ele contém as regras, nomeadamente aquelas já aqui citadas, da alínea a) do n.º 1 do art.º 4.º, o prejudicar a beleza, o sentido estético. As equipas que lidam com isto, saberão avaliar, porque ninguém de nós aqui é capaz de dar forma e conteúdo àquilo que é a beleza e o sentido estético, porque cada um de nós terá o seu sentido de beleza e sentido estético.

O que é importante é o Município dispor do Regulamento e as empresas que se dedicam a este ramo tenham uma cópia deste Regulamento e que cumpram as exigências que estão plasmadas neste documento.

Para terminar, dando corpo á importância que considero a este Regulamento, recorde que recentemente houve uma disputa bastante acalorada em torno de um reclame na antiga sede do Sport Clube de Mirandela, que colocou os oponentes durante muito tempo em confronto, sobre quem tirava as multas, as dimensões, o sentido estético e tudo mais. Os regulamentos existem para dirimir esses problemas.

Eu cheguei ontem à noite e já não vinha a Mirandela há 15 dias e tive a oportunidade de reparar que na Rotunda do Emigrante, ainda se encontravam os painéis de campanha eleitoral de um dos candidatos à Câmara Municipal, o Bloco de Esquerda. Se o partido e o candidato não os retirou em momento oportuno, devolvido este tempo todo das eleições autárquicas de setembro de 2013, seria a Câmara Municipal, pura e simplesmente a retirá-los, dando corpo ao que o Município tem que ter como regulamento.

----- **Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Srs. Membros da Assembleia Municipal.

Há uns tempos, eu falei que este Município para mim, tinha que ser um Município dinâmico, competitivo e sustentável. Tinha que ser um Município solidário, multicultural e inclusivo. E tinha que ser um Município do diálogo, da cidadania e da participação democrática.

Eu acho que com um Regulamento, mesmo que seja em termos da toponímia da cidade, existe essa franja de democraticidade que é necessário haver em qualquer tipo de cidade.

Senão vejamos: há um arquiteto muito famoso que diz: *“a qualidade urbanística é a imagem da cidade que se deve preservar”*. Este Regulamento, vem compor um pouco a cidade, porque a cidade está polvilhada de outdoors completamente ad hoc, sem nexos, sem uma cultura racional. Ao dizer isto não estou a dizer que se deve acabar com os outdoors, com a toponímia da cidade e com os indicadores históricos. Eu vou a outras cidades, - por exemplo às Caldas da Rainha, - vejo as cidades completamente organizadas em termos de toponímia, eles têm regulamentos específicos para a toponímia da cidade, porque nós não havemos de fazer a mesma coisa? Deixar ao abandono, ao critério de cada um fazer como lhe apetece, escolhe o melhor sítio, o melhor cartaz para colocar, para ser visto e para tirar dividendos desse cartaz. É evidente que tem que se tirar dividendos desse cartaz, mas deve haver regras, para que essa qualidade urbanística se preserve e para que a nossa cidade tenha essa qualidade.

Todos os Mirandelenses poderão ser solidários, só assim o Município poderá ser solidário com todos os Mirandelenses e arranjarmos uma situação inclusiva, para que haja regras e critérios definitivos na colocação dos cartazes, tendo em conta a legislação vigente. Se não for assim, continuam a polvilhar pela cidade fora, situações fantasmagóricas que eu acho desconexas em termos de imagem da cidade, em termos de criação de sinalética e desígnios visuais que não têm nada a ver com o que deve ser o arranjo urbanístico da cidade.

Na minha perspetiva, a cidade do futuro não passa por esse leque. Nós vamos às cidades europeias, Nova York, Berlin, Madrid, Barcelona e elas estão organizadas em termos de uma toponímia. Porque é que nós não podemos organizar a nossa cidade, uma média cidade do Nordeste Transmontano, que seja um exemplo de cidade, para que as pessoas quando vierem cá, estejam devidamente informadas sobre qual é a Rota da Arte Sacra, a Rota do Azeite, percursos pedonais, etc. Se tudo isso estiver devidamente organizado é uma valia para a cidade de Mirandela, para os Mirandelenses e é uma valia para quem nos visita.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de vota, perguntar ao Sr. Presidente se mantém a hipótese de conceder a palavra ao Sr. Vereador, ou se o assunto está ultrapassado?

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como eu disse, conheço bem os comentários que fez o Eng.º João Casado e ele sabe que na altura lhe fiz um aviso, dizendo-lhe de uma forma leal o que significava, mas eu acho que ele deve esclarecer qual é a sua posição, no âmbito da resposta do Presidente da Câmara.

Da minha parte, apenas para esclarecer o seguinte:

O procedimento da elaboração de regulamentos, respeita normalmente dois princípios: o primeiro princípio é o da adequação a novos efeitos legislativos, isto é, a nova legislação que é publicada e que nós temos que adequar regulamentos. No caso vertente de todos que aqui estão apresentados, já existiam regulamentos anteriores e nenhum deles é novo, querendo dizer “novo em função e novo em legislação”, nomeadamente para adequação a um aspeto fundamental que é o chamado “licenciamento zero” e “o portal do empreendedor” que por esse facto é que surge.

O procedimento municipal é o mesmo para todos e esta explicação que eu vou dar, agradecia que a registassem para todos os regulamentos:

A coordenação do início deste processo é feita pelo Departamento de Coordenação Geral, na pessoa do Sr. Diretor de Departamento, que determina um conjunto de técnicos em cada área técnica, para acompanhar a elaboração;

A coordenação técnica diária é feita pelos Serviços Jurídicos, que fazem a montagem do Regulamento de acordo com o trabalho que é feito com os técnicos;

Após essa montagem é submetido à Reunião de Câmara para haver discussão pública;

Após a discussão pública é feito exatamente o mesmo procedimento. As sugestões são avaliadas pelos técnicos que participaram na elaboração dos regulamentos e analisadas juridicamente, pelo grupo de juristas, que acompanha a elaboração dos regulamentos;

Depois é proposto à Câmara Municipal e aprovado por nós, Vereadores e proposto a esta Assembleia.

Este é o procedimento, como digo, é essencialmente técnico, naturalmente com algumas interferências políticas, mas sem laivos de maquiavelismo, que não é isso que nós pretendemos.

E agora, Sr. Vereador, se não se importa.

----- **Sr. Vereador da Câmara Municipal, João Maria Casado Figueiredo:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde.

É a primeira vez que intervenho numa Assembleia Municipal e relativamente a este ponto 4.5, efetivamente é assim que eu penso e digo isto por uma questão de princípio. Eu sou do tipo de pessoas que pensa pela sua própria cabeça e que entende o municipalismo desta forma.

Nós, e aqui digo “nós”, não só Vereadores, não só Presidente da Câmara, mas sim todas as pessoas que representam o Município, neste caso toda esta Assembleia, se deve pronunciar relativamente ao seu espaço público, que é nosso. Somos nós que tratamos, são os nossos impostos, são os nossos trabalhadores e é nesse sentido que eu fiz essa relevância nessa ata de 11/03/2013.

Eu penso efetivamente assim, o espaço público é das pessoas que cá estão. Há um ditado muito antigo que diz, para lá do Marão mandam os que lá estão e nós temos verificado ao longo deste últimos 30, 40 anos, relativamente ao que são Decretos-Lei, Portarias, Regulamentos, que somos invadidos. Atrevo-me a dizer que Portugal é dos países onde há mais leis, mais portarias, mais regulamentos, só que de forma transversal não servem o intuito das populações.

E eu, como vereador eleito pelo povo, digo o seguinte: se nós estamos aqui deste lado, porque é que não podemos também *subjetivar* um pouco o nosso concelho, a nossa terra e dizer-lhes também que há regras que somos nós que as pomos e que têm que ser cumpridas à nossa maneira. Nem tudo o que vem da Assembleia da República nos serve.

Reparem, é neste princípio, de defender os interesses do nosso Município, das nossas gentes, das nossas pessoas, que eu fiz essa intervenção e continuo a dizer, é assim que eu penso, é assim que deveria ser.

Ainda hoje, passado um ano é assim que eu penso, as regras têm que ser ditadas por nós, do ponto de vista legal.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu compreendo e também não quero abusar.

Ninguém nega a sua opinião, mas independentemente das nossas posições. Todos devemos obedecer às leis da república. Ou se acha que a lei da república não presta e se faz aqui uma lei? A lei é nacional e eu acho que deve ser cumprida. Foi isto que eu quis claramente defender.

Já agora aproveito para dizer que há um reclame no jardim da Praça do Mercado e esse sim acho que já está a mais, que foi em tempos um relógio e está a fazer publicidade a uma farmácia, parece-me degradante e gostava que me dissessem se aquilo é de um contrato que ainda subsiste ou então também podia ser retirado.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Responder telegraficamente à pergunta. Existia realmente um acordo entre a Câmara e o locatário. Uma vez que aquilo não tem a mensagem de tempo, nem a temperatura, em condições, fizemos uma notificação, não foi reparado, pelo que será retirado brevemente.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Sr. Deputado está a pedir a palavra? Pergunte à Mesa, faz favor, é regimental, uma pergunta à Mesa.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão que eu coloquei no início era sobre a legitimidade do diploma, se ainda estava válido.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ó Sr. Deputado, eu registei muito bem esse pormenor da sua intervenção, mas a Mesa não tem formação jurídica para dar uma resposta imediata. Registamos e a seu tempo responderemos.

Vamos votar, Srs. Deputados.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 44 votos a favor, (36 votos do PSD, 1 voto da CDU e 7 votos do PS) e 9 abstenções, (1 do PSD e 8 do CDS/PP) aprovar a Proposta de Regulamento de Afixação ou Inscrição de Mensagens Publicitárias do Município de Mirandela.

4.6 - Proposta de Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter o referido documento à discussão e aprovação da Assembleia Municipal e votação da Assembleia Municipal.”**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.6, Proposta de Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Mirandela.

Não há pedidos para intervir, vamos votar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 44 votos a favor (36 do PSD, 1 da CDU e 7 do PS) e 10 abstenções (1 do PSD e 9 do CDS/PP), aprovar a Proposta de Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Mirandela.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

À semelhança do anterior Regulamento, este também foi apresentado numa reunião de Câmara em 2013, faz quase um ano que esteve sem vir à Assembleia Municipal.

Portanto remeto a mesma questão jurídica, para a validade da aprovação deste regulamento, se tem que voltar outra vez á discussão pública, uma vez que a Lei 75/2013, entrou em vigor.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ó Sr. Deputado, claro que a Mesa regista, mas permita-me dizer, a Mesa tem por dever, primeiro e último respeitar o Regimento, tendo em vista a funcionalidade dos problemas que surgem aqui na nossa Assembleia que nós registamos.

Agora, o grupo municipal que o Sr. Deputado representa, tem representação no Executivo.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão está a ser discutida aqui e eu tenho legitimidade de colocar este pedido de esclarecimento á Mesa.

Pode responder noutra altura, não tem que responder agora, que não está munido da documentação.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

A última entidade a usar da palavra tem que ser sempre a Mesa. Deixe-me dar uma explicação.

Como sabe, nem sequer foi discutido, nenhum dos Srs. Deputados a discutiu. Foi votada sem discutir.

4.7 – Proposta de Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 10 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Mirandela;**

2 – Submeter o referido documento à discussão e aprovação da Assembleia Municipal e votação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos para o Ponto 4.7, Proposta de Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Mirandela.
Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais:

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins, (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu queria pôr umas questões à Câmara, se podem ou não ser atendidas.

Neste Regulamento, na alínea 1), do Art.º 9.º, que tem a ver com as cauções, porque é que surge o termo “libertação da caução” quando é emitida a licença de construção e não quando é emitida a licença de utilização. Gostaria de saber porquê. Isto porque estamos a falar de pedir uma licença parcial... nós entregamos os projetos e podemos pedir uma licença parcial para iniciar a obra e caso os projetos não sejam aprovados, nós teremos que demolir aquilo que não foi aprovado. É para isto que serve esta caução.

Alerto para o facto, se essa caução for libertada após a emissão da licença de construção, pode eventualmente o interessado não querer saber mais do processo e essa caução não chegar para repor aquilo que efetivamente ali está.

Sobre os índices que são aplicados, também não entendo porque é que o índice para obras de demolição numa caução, é superior aos índices para as escavações e contenção periférica. Tivemos agora o exemplo do Lidl. Há quase metade do valor em termos de índice, quando devia estar era trocado. Uma contenção periférica ou uma escavação, têm muito mais riscos do que uma demolição, portanto a caução devia ser maior aí.

Queria pôr aqui uma questão no Art.º 13.º. A figura de legalização não existe, o que existe é a figura do licenciamento. Quando surge aqui a azul, no Artº 13.º, “são os elementos a legalizar”, esta figura não existe na lei, o que existe é licenciamento para não haver interpretações dúbias como têm surgido nalguns processos.

Outra questão no Art.º 12.º “O requerente pode em alternativa apresentar o original do projeto em suporte informático”. Ele devia ser obrigatório, porque penso que é o que a lei diz.

Colocava outra questão, na alínea d) do Art.º 18.º, no levantamento topográfico. A precisão da escala devia ser o mais minuciosa possível. Uma escala de 1:1000, não dá para analisar se eventualmente uma parte do terreno pode estar inserido numa reserva ecológica ou numa reserva agrícola. No mínimo devia estar à escala 1:200 ou 1:500, não numa escala 1:1000.

Como é um regulamento, convinha que isto fosse o mais esclarecido possível.

Relativamente a obras de escassa relevância, também não entendi duas situações, no Art.º 21.º. Eu posso fazer um tanque em betão armado ou similar até 1,20 m de altura e qual é a área? Posso fazer um tanque com 500 m², com 200, com 20, com 10? Se é um Regulamento deveria ter aqui uma área prevista.

Relativamente a reservatórios pré fabricados e amovíveis, para apoio de atividade agrícola, industrial, florestal ou silvícola incluindo sapata ou base de sustentação, não se define aqui um critério de qual a área, a capacidade do depósito e a altura. Eu posso ter um vizinho ao meu lado que pode fazer uma torre de elevação de pressão – um depósito – a 15 ou 20 metros. Portanto, mais uma vez devíamos ser claros nos regulamentos, para quê? Quem vai ter que entregar os elementos sabe com que regras pode jogar.

Outra questão, em termos de vedações em rede e respetivas fundações para parques de garrafas de GPL. A própria lei diz que tem que ser assim, não faz sentido nós termos isto no regulamento. Portanto o licenciamento destes parques de garrafas, obrigatoriamente têm que ser desta forma.

Colocava também outra questão sobre as estufas amovíveis para finalidade agrícola, produção de legumes ou similares. Isto deriva de projetos agrícolas em que tem que haver um determinado tipo de imposição. O próprio projeto agrícola vai dizer a área que tem de ter, qual é a altura, irrigação e por aí fora. O regulamento não devia validar estas situações.

Também no Art.º das Taxas. Fora dos perímetros urbanos da Vila da Torre de D. Chama e das aldeias, não haverá lugar á aplicação desta taxa, desde que o promotor expresse por escrito a não exigência da realização das infraestruturas, ou seja: se o promotor assinar uma declaração em como faz a casa, não tem lá infraestruturas nenhuma, ele pode construir, só que depois são os Presidentes de Junta que têm que o aturar durante quatro anos para lhe pôr lá a calçada e o resto. Devia ser definido devidamente o perímetro urbano.

No Art.º 33.º, temos outra questão, que tem a ver com a segurança, que infelizmente é descorada muitas vezes, por exemplo, ficar garantida a altura mínima de três metros, em relação à cota dum passeio. Três metros, penso que não dá para passar um carro de bombeiros por baixo, no caso de uma emergência. O que a lei prevê são os quatro metros e era o que nós devíamos ter aqui definidos, relativamente à cota mais baixa duma varanda. Isto nas aldeias é muito frequente, as ruas já são muito estreitas e três metros não dá para lá passar nada. Se nas pontes temos que deixar quatro livres, deveríamos deixar o mesmo nestas partes avançadas, não só nas localidades, como também numa emergência que pode haver. Deixava esta recomendação.

E relativamente às guardas, para terminar o Art.º 35.º, aqui diz “as guardas não podem ser fáceis de preparar”, digam de uma vez que elas só podem ser na vertical, não são autorizadas guardas na horizontal, para não haver interpretação dúbia novamente dum projeto, ou então têm que ser completamente opacas, ter vidro ou ter uma chapa, mas digam claramente que ele não pode estar na horizontal a que alguém a trepe.

Quanto à escada de acesso, quando da criação das escadas, há aqui uma série de esquisitices – coitado do serralheiro que tiver de fazer uma coisa destas. Podia-se definir claramente que o acesso à cobertura, no interior é feito por uma escada tipo “bombeiro”, que é uma escada redonda, com as costas protegidas para ninguém cair.

O Regulamento devia prever isto, para ser o mais resumido e sucinto possível, para não criar dúvidas a quem entrega os projetos para licenciamento.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Basicamente tudo o que o Deputado *António Martins* referiu, eu tinha também apontado.

Há que acrescentar que houve uma intervenção da minha parte, na altura da discussão pública, para a inclusão de suporte informático na apresentação dos projetos, proposta que foi aceite na apreciação técnica. E quando eu vejo no n.º 3 do art.º 12º, “pode em alternativa”, vai ao contrário daquilo que a apreciação técnica assumiu, ou é uma gralha. Aliás, pela lei, tem obrigatoriedade de apresentar o projeto em suporte informático.

A questão que eu também colocava é sobre construções de um só piso, alínea e), no Art.º 21.º “Obras de Escassa Relevância Urbanística” – “*Construções de um só piso, com cota de soleira próxima da cota do terreno que tenham área bruta até 30 m² e se destinem a apoio à atividade agrícola, industrial, silvícola, florestal ou similar quando sejam a implantar fora do perímetro urbano e não em área de servidão administrativa e situadas no mínimo a 10 metros de vias públicas, exceto estradas nacionais onde a distância poderá ser superior*”. Não tenho nada contra isso, a questão é, qual é a cêrcea do edifício, qual é o pé direito. Pela lógica que está aqui, eu posso meter lá um edifício com 20 metros de altura, se eu quiser e se souber definir uma estrutura para aquilo, como também posso meter um de três metros. Acho que devíamos criar aqui uma baliza para estes equipamentos.

Por outro lado, também nesse mesmo artigo mas na alínea j) “*edificação de muros de vedação até 2 m de altura que não confinem com a via pública e de muros de suporte de terras até uma altura de 2 m ou que não alterem significativamente a topografia dos terrenos existentes, contados a partir da cota de serventia, e não em área de servidão administrativa ou em áreas impeditivas face ao Plano Diretor Municipal em vigor e loteamentos.*” Apesar de ser uma obra de escassa relevância urbanística, eu deduzo que um muro de suporte de terras de 2 m, não é feito em hotelaria de tijolo, convinha ter um projeto de estabilidade e o que aqui está a dizer é que pode ser feito de uma forma muito aleatória. Acho que esta questão devia ser reaquacionada.

Quanto à questão das guardas, no artigo 35.º, no ponto 1, “*As componentes das guardas em escadas, deverão respeitar uma distância máxima de 15 cm entre si e numa altura mínima de 1,10 m, ou superior nas situações previstas em legislação específica. As guardas não podem ser fáceis de trepar, devendo ser concebidas de forma que não sejam fáceis de galgar.*” Eu sugeria que a partir do primeiro andar, as guardas fossem opacas e verticais, porque barras horizontais qualquer criança galga. O que eu vejo por aí, para os pais resolverem o problema dessas varandas, é colocarem redes para tentar evitar que a criança galgue esses gradeamentos. Numa obra privada é responsabilidade do dono da casa, em edifícios multifamiliares, prédios, no quinto andar ter barras horizontais a 90 cm, acho que aqui devia ficar bem explícito. Estas questões são pertinentes.

Por último, no Art.º 38.º Vedações, no ponto 2 “*Todos os muros de vedação a construir/ampliar ou reparar não poderão ter altura superior a 2 m de altura a contar da cota de terreno próprio, sendo obrigatoriamente rebocados pelo lado exterior e pintados de cor adequada. As vedações em rede são permitidas, não sendo autorizado o uso de arame farpado.*” Eu concordo plenamente que não se use arame farpado, mas acho que devíamos ser claros sobre o tipo de rede que se utiliza para fazer essas vedações. Eu acho que se poderia clarificar um pouco esta questão do arame.

----- **Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na linha de intervenção do ponto 4.5, não quero ser repetitiva em relação à credibilidade e oportunidade que nós damos a estes regulamentos. Este, se calhar não originando tanta discussão aqui, mas é realmente um regulamento, a nosso ver, extremamente importante e permitam-me que eu leia “*Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Mirandela*”. Já não falo no Plano Diretor Municipal, Planos de Pormenor e essas coisas todas, porque este dá-me ideia que é começar pelo telhado, regulamenta-se aquilo que tem que ser feito e se calhar o macro, não está feito... mas pronto.

Se este regulamento for de facto cumprido, eu acho que só as catástrofes naturais, “*terramotos e afins*”, é que abalariam a segurança de pessoas e bens.

Agora, vamos falar no passado e partir para um futuro, o que se tem verificado, é que devido a interesses vários, se constrói, se permitem licenciamentos e construções em lugares muito improváveis, ainda me lembro de dizerem que na Avenida das Amoreiras o último prédio seria o que lá está de cor azul e depois disso ainda foi construído outro e ainda outro e depois ainda outro em cima da linha. Aquela zona ali está atrofiada porque alguém deu autorização. Quer-se fazer uma rotunda e nem espaço há para fazer rotundas.

Vamos dar o crédito que este regulamento de facto seja cumprido e que nunca mais tenhamos desastres.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

A palavra ao Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, muito obrigado, não tenho comentários a acrescentar.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Sr. Deputado *Nuno Sousa* está a pedir apalavra, mas já esgotou o seu tempo. Quer solicitar um esclarecimento da Mesa? Faça favor.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente Srs. Deputados.

É um esclarecimento à Mesa.

Eu registei o que o Sr. Presidente da Mesa referiu sobre a discussão que deveria ser tida ao nível do Executivo e nós aqui a única coisa que deveríamos fazer era estarmos em silêncio, votar e tudo isto se despachava rapidamente. Eu compreendo isso.

A questão é que nós temos a legitimidade de poder intervir sobre o diploma e se porventura houver necessidade de fazer alterações ao diploma, possam ser feitas e até eventualmente aprovado com essas alterações., deduzo eu. Em tempo útil, na reunião de Câmara de 02/03/2013, essas intervenções foram feitas e há aqui apontamentos que contrariam o que a apreciação técnica refere e que até aceitou sugestões minhas.

Em tempo útil essa questão foi colocada, foi à reunião de Câmara. Tanto quanto eu sei, só voltou agora à reunião de Câmara. Eu acho que tenho legitimidade de colocar questões que considero pertinentes, da mesma forma deveríamos ouvir da parte do Sr. Presidente clara resposta, se concorda e vai proceder à introdução destas alterações que foram sugeridas aqui, ou não e mantém o diploma como ele está.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Srs. Deputados, eu ouvi-o atentamente, como oiço igualmente todos os Srs. Deputados desta Assembleia. Ainda bem que todas as intervenções ficam registadas e perante o registo, como diz o “bom povo” não há volta a dar-lhe, o que lá está, lá está.

V. Ex.^a ouviu mal. Eu não disse que V. Ex.^a s deviam ficar em silêncio perante o debate dos diversos assuntos que estão anunciados no programa.

A minha experiência de vida e a minha experiência de assembleias, não me permitia dizer que os Srs. Deputados devem estar em silêncio, bem pelo contrário, todos estes anos têm provado que eu sou uma pessoa que estímulo as intervenções e que animo as pessoas a que façam intervenção.

Mas fui muito claro ao representar a Mesa, no que disse a esta assembleia.

Há um programa que foi anunciado e os Srs. Deputados podem intervir da esquerda à direita, o tempo que é regimental. É para isso que está agora uma Comissão a tentar dar a volta ao regimento, porque V. Ex.^a s. sabem muito bem que cada um dos elementos pode intervir os 10 minutos e depois mais cinco e isto multiplicado, em cada um destes pontos, era quase interminável.

Portanto, o que a Mesa entendeu chamar a atenção, é (perdoar-me-ão), para o bom senso, a análise fria e serena destas questões, para atingirmos a eficácia, que é o que aqui, nós desejamos, porque queira ou não queira, este assunto por mais pormenores de debate, de apontamento crítico, de pedidos que façam de esclarecimento de visão jurídica, ele vai ser votado e a votação tem a importância que tem. Ainda há mecanismos para à posteriori poder tratar os assuntos, mas o que é regimental, é regimental.

Peço-lhe imensa desculpa, mas penso que errou muito, dizendo que eu apelei ao silêncio dos Srs. Deputados.

Perdoe-me acrescentar, o Sr. Presidente do Executivo também está no seu direito de não querer dizer mais nada e temos que respeitar esse direito.

Sr. Deputado, pela nossa parte está terminado o assunto e vamos votar de seguida.

Vamos continuar, a Sr. Deputada *Marisa Aranda* tinha pedido a palavra, faça o favor Sra. Deputada.

----- **Deputada Municipal Marisa Aranda (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É um esclarecimento que eu gostava de dar, no seguimento da intervenção que a Mesa teve relativamente à intervenção do Deputado *Nuno Sousa* e não só.

Do meu ponto de vista, nós temos toda a legitimidade de questionar e discutir, aliás é essa a nossa função aqui. Não temos é legitimidade de vir e fazer uma nova proposta, que foi isso que foi feito.

Eu própria, lá atrás, fiquei na dúvida se tinha uma proposta para votar, ou se tinha mais do que uma, porque o que aconteceu aqui foi simplesmente a apresentação de uma nova proposta com todos os conhecimentos e com todos os pormenores que foram dados, deu a sensação que foi uma nova proposta e isso do meu ponto de vista não deveria ter acontecido e não é essa a nossa função aqui.

Julgo que foi pertinente e deveria ter sido até mais cedo a intervenção da Mesa, porque votar é completamente diferente do que chegar aqui e apresentar uma nova proposta, que foi aquilo que foi feito, com pormenores técnicos, com sugestões...aquilo que foi feito, deveria ser feito assim e não assim. E isso foi a apresentação aqui de uma nova proposta, foi isso que eu entendi. Vou votar só uma, não vou votar mais nenhuma.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aquilo que foi aqui apresentado, quer pelo Sr. Presidente da Junta, quer pelo Sr. Deputado *Nuno Sousa*, penso que não passam de meras sugestões ao Executivo, porque a Proposta vem do Executivo e nós não podemos alterar proposta absolutamente nenhuma. Nós temos que votar aquilo que o Executivo nos apresenta. Agora, se o Executivo vai aproveitar ou não as sugestões, isso é com ele.

Nós temos todo o direito de apresentar sugestões para a alteração e o Executivo aceita ou não aceita, a proposta de Regulamento é do Executivo, nós temos que votar aquele Regulamento e não temos que votar outro.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Srs. Deputados, estamos então em condições de votar.

Recordo, Ponto 4.7, Proposta de Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Mirandela.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 44 votos a favor, (37 votos do PSD e 7 votos do PS), 7 votos contra (7 do CDS/PP) e 3 abstenções (1 do PSD, 1 da CDU e 1 do CDS/PP), aprovar a Proposta de Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Mirandela.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Sr. Deputado *Nuno Sousa* quer fazer uma declaração de voto, ou entregar?

Fazer a declaração de voto. Faça então, faz favor.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Declaração de Voto oral

O Grupo do CDS/PP votou contra, porque foram de facto apresentadas sugestões no sentido de melhorar em matérias de segurança o atual Regulamento e o Executivo não aceitou essas sugestões.”

4.8 – Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Mirandela;
- 2 – Submeter a referida Proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.8, Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Mirandela.

Não vejo pedidos para usar da palavra.

O Sr. Presidente da Câmara quer dar alguma informação sobre esta matéria? Também não.

Vamos votar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 50 votos a favor, (37 votos do PSD, 7 votos do PS e 6 votos do CDS/PP) e 3 abstenções (2 do CDS/PP 1 da CDU), aprovar a Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação de Mirandela.

4.9 – Proposta de Nomeação do Auditor Externo – Certificação Legal de Contas.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a nomeação da Sociedade PKF & Associados, SROC, Lda, com sede na Avenida da Boavista, n.º 3521 – S/507, 4100-139 Porto, como auditor externo responsável pela certificação legal de contas;
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.9, Proposta de Nomeação do Auditor Externo – Certificação Legal de Contas.

Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais:

----- **Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu pedi para falar porque não entendo se neste caso foi feito um concurso público ou se foram ouvidas outras propostas, se o auditor é o mesmo que auditou as contas do ano passado e que vai auditar as deste ano, a proposta é muito pouco clara.

De qualquer forma queria pedir desculpa à Mesa e a todas V. Ex.ª s. na medida em que eu pessoalmente me sinto na necessidade de não participar nesta votação e vou explicar porquê. Porque esta Assembleia que é chamada a decidir sobre a contratação de um auditor, não é reconhecida para ter conhecimento das decisões desses auditores. Quer as contas de 2011, quer as contas de 2012, não foram presentes a esta Assembleia, os relatórios da auditoria. Sendo assim, eu vou pedir autorização a todas V. Ex.ª s. e vou sair da sala até que seja ultrapassado este ponto.

-----**Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu compreendo que algumas pessoas possam considerar isto ridículo, mas no grupo onde eu lidero, damos liberdade aos membros do grupo para tomarem as decisões e os que estiveram cá no anterior mandato, estão solidários com a posição do Deputado *Faustino Cunha*, é por isso que se ausentam da Assembleia Municipal temporariamente.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Não sei se alguns dos Srs. Deputados quer usar da palavra, de qualquer modo a Mesa também deve comunicar aos Srs. Deputados que nunca entendeu, nem nunca entenderá como ridícula qualquer intervenção. As intervenções sob a forma ou sob o conteúdo, dos Srs. Deputados, merecem-nos o maior respeito e nós temos sempre que nos pautar pelo Regimento.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma vez que eu não posso fazer declaração de voto, eu gostava que a minha não declaração de voto, mas o meu comentário a esta situação fique registado nas palavras do próprio membro do Partido Popular, que disse aqui, antes de sair, “ridículo”.

A única classificação que eu posso encontrar para uma aprovação legal que foi determinada por uma Lei da Finanças Locais que pretende aumentar o controle sobre os Municípios, que resulta de um Concurso Público realizado pela Associação de Municípios para diversos municípios, para indicação de uma Sociedade Revisora de Contas, que todos nós sabemos qual é a forma como eles trabalham e manifestar aqui, enfim, esta posição, eu tenho que o dizer sem qualquer problema e reserva mental, que a palavra “ridículo” nem é suficiente para classificar esta situação.

Muito obrigado.

----- **Deputado Municipal José António Costa Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito rapidamente, para partilhar um pensamento com toda a Assembleia Municipal.

Há regras definidas, umas escritas, outras incorporadas ao longo do tempo, nomeadamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lembrou aqui uma de hoje, que é a distribuição numa Assembleia. Não existe nenhuma regra escrita, ela deriva da assembleia após a revolução francesa e está assim estabelecido pelos povos liberais e democráticos. Agora, de facto os estados, além de liberais e democráticos, são também estados de direito como é o nosso.

A intervenção nos assuntos anteriores da bancada do CDS/PP, nomeadamente do Deputado *Nuno Sousa*, veio aqui criar um género de incidente jurídico, tendo apelado à Mesa a sua resolução, que era se porventura os regulamentos que estavam aqui a ser propostos não teriam caducado, porque foi aprovada e introduzida uma nova lei em setembro último, que é a Lei n.º 75/2013.

Pois bem, mas agora nesta matéria em que é uma nova lei da mesma altura, a Lei n.º 73/2013, que vem impor um auditor externo com estas características para uma certificação legal e de maior exigência e controle das contas, através desta nova lei, já não se procede da mesma forma como se tinha levantado a questão anteriormente.

Há de facto regras que estão estabelecidas por herança milenar e cultural e que estão enraizadas nos povos democráticos, mas também há as regras estabelecidas no Estado de Direito e que quando as assumimos, as assumimos do princípio ao fim, com rigor e consciência e acima de tudo com coerência.

Muito obrigado.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 45 votos a favor (36 do PSD, 1 da CDU, 7 do PS e 1 do CDS/PP) e 1 abstenção (1 do PSD), aprovar a nomeação da Sociedade PKF & Associados, SROC, Lda, com sede na Avenida da Boavista, n.º 3521 – S/507, 4100-139 Porto, como auditor externo responsável pela certificação legal de contas.

4.10 – Proposta de Aprovação da Minuta de Estatutos para a Constituição da Ensinatur – Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a minuta dos estatutos para a constituição da Ensinatur – Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes;
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente ou ao seu substituto legal, para a assinatura de quaisquer atos necessários à sus formalização e constituição;

3 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:

Ponto 4.10, Proposta de Aprovação da Minuta de Estatutos para a Constituição da ENSINATUR – Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes.

Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais:

----- Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha intervenção é no sentido de solicitar ao Executivo se me pode esclarecer, embora perceba um bocado disto, tenho algumas dúvidas.

Embora reconheça que este documento é uma minuta, ainda não são os estatutos definitivos. Associados fundadores, há o Município de Mirandela e pergunto se há mais algum.

A constituição desta ENSINATUR – Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes, é para legalizar a Escola de Hotelaria e Turismo que acabou e esta a vem substituir.

Gostava que o Sr. Presidente me esclarecesse quais são as vantagens e as desvantagens.

Muito obrigado.

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, Cristina Passas (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Juntas de Freguesias, colegas e restantes participantes, muito boa tarde a todos.

Eu não tinha previsto a minha participação nesta Assembleia, no entanto, na qualidade de técnica que sou, da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, não queria deixar de congratular a Câmara Municipal por esta iniciativa.

Se todos nós consideramos que o turismo é um setor estratégico para a nossa região, se todos nós fundamentamos que a nossa economia regional passa pela valorização dos nossos recursos endógenos, nomeadamente o azeite, os enchidos, promover uma iniciativa privada que possa ser participada por várias entidades que têm muito a dar em prol da afirmação deste território na área do turismo, este facto, parece-nos a nós, enquanto entidades, que este é o caminho mais assertivo.

Obviamente que todas as associações estarão aqui para poder contribuir com as suas valências, nomeadamente nós “Associação Comercial”, temos uma cooperação com Moçambique e temos cá neste momento 17 alunos e muito temos que louvar e agradecer o esforço da Câmara Municipal no sentido de os ter acolhido, a quem é necessário dar um contorno adequado e institucional.

Esta iniciativa vai ao encontro do que são as necessidades territoriais, isto é, afirmar o território como destino turístico, afirmar as suas competências, as suas valências e sermos uma resposta àquilo que deixou de ser resposta do Governo.

Muito obrigada.

----- Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela última intervenção já fiquei a perceber que um dos associados será a Associação Comercial.

A questão que eu colocava é se a Câmara já tem alguma demarche efetuada sobre que associados é que já tem na calha para a constituição desta associação, que perspectivas de viabilidade no seu futuro, a médio e longo prazo, considerando que houve em tempos um decréscimo ao nível de alunos. Se vão orientar o funcionamento desta escola para alunos vindos de outros países, ou se vão direcionar também para o mercado português.

Gostaria de saber em concreto o que pretendem fazer com esta associação e em que moldes vai ser feita a contratação da Direção técnico pedagógica da escola.

----- Presidente da Câmara Municipal, António Branco:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o prazer vou proceder às explicações sobre este assunto, em virtude se ser um assunto que, naturalmente, diz respeito a Mirandela, aos Mirandelenses e que foi objeto de várias abordagens.

A primeira explicação, sobre a minuta de estatutos. É uma minuta de estatutos, porque a associação não está registada e têm que ser aprovados os estatutos na Câmara Municipal para depois podermos proceder ao registo. Esta é a primeira explicação legal.

A segunda explicação legal, ainda não estão presentes os associados, porque isso será feito apenas na ação de constituição da associação e os associados são exatamente esses que aqui foram mencionados.

Eu tenho esperança, - não o posso afirmar porque não sou membro da Assembleia Geral – que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela seja uma associada desta associação, até pela relação de trabalho que hoje já tem com esta escola, tal como é (recorde aqui) um dos elementos fundamentais da associação que é proprietária da Esproarte – Escola Profissional de Arte, em Mirandela.

Recordo que a Esproarte é propriedade de uma associação que é a ARTMIR – Associação de Ensino Profissional Artístico, cujos sócios são: a Associação Comercial, a Associação de Socorros Mútuos e a Câmara Municipal.

O motivo de aparecer neste momento este documento, estas minutas e este procedimento é o que está no planeamento do futuro da escola, desde o momento em que ela deixou de ser uma escola da rede efetiva do Turismo de Portugal.



A Escola de Mirandela pertencia à rede do Turismo de Portugal - isto é de conhecimento público, falámos várias vezes sobre isto aqui - e foi feito um protocolo para a continuidade da oferta pedagógica, mas deixou de ser uma entidade protocolada. Por exemplo, nós não podemos concorrer diretamente aos fundos do POPH que financiam, a Escola de Música em Mirandela.

Atualmente temos 101 alunos, - consta no nosso Plano de Atividades, nas GOP - a estudar na Escola de Hotelaria, entre os quais, a equipa de Moçambique, que a Cristina mencionou, , que é um protocolo que tem a ver com várias dimensões, mas desses são apenas 17, quase 10% dos que lá estão.

Temos protocolos com várias entidades: com a Consultua, por causa do ANQEP-Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., com o IEFP Instituto de Emprego e Formação Profissional, com outras entidades e com entidades públicas e temos um problema legal, porque para todos os efeitos, depois de a escola deixar de pertencer ao Turismo de Portugal, a escola deixou de ter qualquer tipo de validade ou figura legal.

Vai acontecer a constituição desta associação, quem eu gostaria que fossem os associados, eu não posso falar pelos associados, uma vez que irão ser convidados, são as associações empresariais locais, são as associações ligadas aos produtos de referência: o “azeite”, o “mel”, o “queijo”, são com quem temos trabalhado no desenvolvimento, mas para que possamos depois concorrer á oferta formativa, em protocolo que ainda continua vigente com o Turismo de Portugal, não neste Quadro Comunitário que está praticamente esgotado.

O nosso grande objetivo porque é neste aspeto que nós temos pressionado, essencialmente o Ministério da Educação, era que a Escola fosse reconhecida como “Escola Privada de Formação Profissional na área da Hotelaria.”

Se verificarem a oferta formativa na nossa região em termos de hotelaria e turismo e vou falar da região do Douro e da região de Trás-os-Montes, isto é “Trás-os-Montes e Alto Douro”, a oferta formativa refere-se praticamente à Escola de Hotelaria e Turismo existente em Lamego e meia dúzia de cursos de restauração. Há muitos cursos de turismo de interpretação, de turismo de receção, mas há muito poucos cursos de turismo de cozinha e de turismo de restaurante bar. E o nosso objetivo é concentrar essa oferta numa escola da rede privada das escolas profissionais, replicando o modelo da Escola de Música de Mirandela.

Estamos a trabalhar para a apresentação do projeto educativo dessa candidatura para que nos sejam aprovados os primeiros cursos na oferta educativa que já está a ser terminada para o ano de 2014/2015, mas o nosso objetivo não era o de ficar por aí.

O nosso objetivo é que esta escola seja um elemento de dinamização da fileira turística, mas também da fileira gastronómica local, que sirva de apoio a um conjunto de atividades que hoje já desenvolvemos. Recordo que hoje de manhã - não pudemos estar presentes porque estávamos todos aqui em Assembleia - houve um cortejo de Carnaval e a escola lá estava a marcar a sua presença distribuindo aquilo que faz melhor às crianças.

O que nós pretendemos também é envolver mais entidades, dar-lhes uma figura jurídica que o permita, porque a Câmara em si não pode ser proprietária duma escola da rede privada, tem que ser esta associação.

Basicamente, isto é algo que já tinha que ter acontecido, nós aguardamos mais algum tempo para saber, porque estes estatutos têm que ser aprovados pelo Ministério da Educação, para saber qual é o modelo adequado dos estatutos.

Há também um desenvolvimento que eu acho importante que registem e eu gostava que ficasse claro: não é a Associação de Ensino Profissional de Turismo de Mirandela, mas sim, é a Associação Profissional de Turismo de Trás-os-Montes. Naturalmente que também há neste ponto uma opção estratégica de nos chegarmos à frente como “Escola de Hotelaria e Turismo da Região de Terras de Trás-os-Montes”, independentemente do que nós pretendemos seja a “Escola de Turismo de Trás-os-Montes Mirandela”

Agora pretendemos iniciar o processo legal para dar autonomia à Escola. Existem coisas complicadas, como por exemplo o IEFP paga um determinado aluguer quando faz os cursos, pela utilização de espaços e tem outros protocolos, mas como é com a Câmara Municipal, somos duas entidades públicas, não o podemos fazer, o que limita até, a sustentabilidade da escola.

Esperamos que brevemente esteja constituída e sendo esta uma associação de direito privado, todas as decisões que venham a ser tomadas serão no âmbito da Assembleia Geral e serão comunicados à Câmara Municipal todos os posteriores desenvolvimentos que possam existir.

Em relação ao organigrama da associação, neste momento, como pode ver, só temos aqui a Direção, que tal como acontece na ARTMIR, os membros da Direção, são normalmente membros da Câmara Municipal, enfim, membros das associações, que são três. Normalmente fica a Câmara Municipal na Direção, fica a Associação Comercial na Assembleia Geral e a Associação de Socorros Mútuos no Conselho Fiscal, porque somos três sócios e não pode ser de outra maneira e são sempre responsáveis não remunerados que ficam na Direção.

O organigrama futuro, terá que ser definido em conjunto com o Ministério da Educação.

A Escola ainda não tem uma Direção formal, o que nós fizemos como o Turismo de Portugal, rescindiu o contrato com alguns funcionários que eram do Turismo de Portugal e estavam na Escola, nós neste momento estamos com contratos de inserção com essas pessoas, estamos a trabalhar com elas e esperamos que posteriormente seja possível constituir um quadro para a escola. Neste momento não existe, é um quadro nessas características que eu estou a falar. É um quadro de subsidiados do Fundo de Desemprego.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu queria felicitar o Executivo pela escolha do nome, “Associação Profissional de Turismo de Trás-os-Montes” é de facto uma boa aposta, dá-lhe abrangência, dá-lhe escala.

Agora, a questão que eu deixava à consideração do Executivo é que escolha bem os parceiros e tente procurar parceiros que sejam para fora dos limites de Mirandela.

Este projeto é interessantíssimo que pode ter escala se tivermos os parceiros corretos. Eu recordo que a Direção da Associação Comercial deixa muito a desejar como parceiro da autarquia, basta lembrar a MIRCUM, onde é sempre a autarquia a suportar a

100% as despesas de uma associação que quer dinamizar o comércio local, onde a ACIM tem por responsabilidade como está estipulado nos estatutos de contribuir com 50% do investimento.

Respeito toda a legitimidade da Direção da ACIM porque que foi eleita legitimamente, mas do ponto de vista da sua relação com a Câmara, no que concerne à relação institucional, a Câmara tem estado muito refém da ACIM, socorrendo sempre aquela instituição.

Por exemplo, incluir o grupo Visabeira o Douro Azul, eram parceiros interessantes. É uma sugestão que deixo à Câmara, porque acho que é um projeto que deve valorizar.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria com 45 votos a favor (36 do PSD, 1 da CDU, 7 do PS e 1 do CDS/PP) e 1 abstenção (1 do PSD), aprovar a Proposta de Aprovação da Minuta de Estatutos para a Constituição da Ensinatur – Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes.

4.11 – Proposta de Regulamento de Taxas do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Taxas do Município de Mirandela e respetivos anexos;**
- 2 – Submeter o referido documento à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.11, Proposta de Regulamento de Taxas do Município de Mirandela.

Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais:

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou a colocar a questão, que nesta minuta de Certidão de Ata, refere que todas as taxas foram compiladas nesta proposta. Portanto o que não está aqui não existe.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Não estará a confundir taxas com tarifas? É que taxas, tarifas e preços, são coisas diferentes.

Todas as taxas que são objeto de fundamentação legal estão nesta tabela.

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP):**

Obrigado.

Então gostava que me desse um esclarecimento, se puder tomar nota, depois no final pode-me responder a isso.

Na página 2, no ponto 5, “Pelo uso do brasão, da bandeira, do logótipo e de outras marcas registadas a favor do município, quando previamente autorizado”, uma taxa de 35,00 €. Eu queria perguntar se na Junta de Freguesia, para ter a bandeira do município, se eu tenho ou não que pagar esta taxa.

Na página 6, no ponto 1 que refere “A inspeção dos ascensores, inspeções e reinspeções”. Este pagamento desta taxa de 30,00 €. Pelo que eu percebo da legislação, os ascensores funcionam quando têm uma vistoria e o certificado de uma empresa que faz a sua manutenção. A minha dúvida é que quando à uma reinspeção, qual é a intervenção da Câmara. Eu gostava de saber ao que se refere esta taxa de 30 €, porque a Câmara não tem capacidade técnica nem lhe está conferida pela lei, para poder fazer uma inspeção e uma reinspeção de um elevador. Isso é duma entidade. Gostava de ter um esclarecimento sobre este ponto.

Depois, voltamos à matéria do licenciamento para realização duma queimada, em conformidade com o n.º 2. Esta é mais uma daquelas competências delegadas. A minha dúvida qual é? Há uma emissão de licença que custa 10,00 € e há uma queimada que vai custar 1,00 €. Se esta competência passar para as freguesias, vamos ter que adotar esta taxa? Fica esta dúvida no ar...

Relativamente à parte do urbanismo e como fala que as taxas são as que estão aqui, pagava-se uma monstruosidade por uma taxa na junção dos elementos, pagavam-se 19,00 €. Eu não li aqui junção de elementos. Não sei se passa a ser gratuita ou se está bitolada pelo que eu chamo a taxa 25, porque praticamente todas as taxas no processo de urbanismo estão a 25,00 €. Gostaria de saber se a junção de elementos passa a ser gratuita para os cidadãos ou se passa a ser bitolada por esta taxa de 25,00 €.

Tenho outra dúvida relativamente à ocupação do espaço aéreo. Quando se fala de ocupação do espaço aéreo, em área abrangida pelas freguesias, há alguma possibilidade de esta taxa reverter a favor das freguesias, ou reverte para os municípios?

Obrigado.

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Muito boa tarde Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu vou ser breve, há aqui muita matéria e quando isto chegou às minhas mãos, que foi ao fim da tarde, por imperativos que não vale a pena estar a discutir.

Este ponto parece pacífico, porque foi aprovado por unanimidade pelo Executivo Municipal, porque há uma fundamentação financeira, porque está de harmonia com a lei geral da Constituição da República Portuguesa, mas hoje foi dito pelo Sr. Vereador, *João casado*, que nem tudo o que vem para lá do Marão, serve os que cá estão.

Quando se fala na lei geral da República Portuguesa, dada a conjuntura que todos vivemos e apesar da fundamentação técnica e económica, interrogo-me se o Executivo Municipal não poderia ter ponderado melhor os valores das taxas. Causa-me impressão que por exemplo, uma simples fotocópia, custa 0,15 €, quando na privada custa, 0,05 €.

A Proposta de Regulamento é esta, ou votamos a favor, ou votamos contra, ou nos abstemos, mas eu não ficaria bem com a minha consciência se não colocasse estas minhas preocupações.

Muito obrigado.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos no Ponto das Taxas, mas em minha opinião, devíamos estar primeiro na Proposta de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada no Município de Mirandela. Admitindo que o ponto 4.12 é chumbado, este regulamento de taxas não tem vigor naquele ponto.

Em coerência com a moção que apresentámos no último mandato, pela defesa dos interesses dos pequenos, micro e médios empresários, votámos contra as taxas. Regulamentámos que num quadro de profunda crise, em que muitas pequenas e médias empresas fecharam no nosso concelho no último ano e a autarquia decide aumentar mais crise à crise, que é o aumento de taxas.

Há uma dúvida que eu gostava de ver esclarecida, no caso dos parquímetros, a zona de estacionamento tarifado de duração limitada, 15 minutos, 0,12 €. A pergunta que eu faço é se a máquina dá trocos?

Há outra situação que é sobre o cartão de residente anual, tem uma hora, duas horas, 3 horas e quatro horas. Um morador que requeira um cartão, tem que indicar as horas e paga anualmente. Mas a taxa diz que a emissão de 2.ª via custa 5,00 €. Quer dizer que os quatro períodos que ele indicou vão ser fixados no carro, se ele os pretender alterar, ele vai ter que pagar mais 5,00 € por uma 2.ª via.

Considero também que me parece demasiado elevado por m2 ou fração de ocupação, sobre o espaço público e por mês nas esplanadas, de 5,00 €. Eu pergunto se pelas esplanadas permanentes têm que pagar mensalmente o aluguer daquele espaço que ocupam? Sei que há esplanadas que só ocupam aquele espaço no verão. Há também a ocupação do espaço público por quiosques de 10,00 €, se é considerado restauração em vez de considerado quiosque e em vez dos 5,00 €, pagam 10,00 €.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Relativamente às questões que o Sr. *Garrido* manifestou, julgo que são pertinentes, há aqui valores que são inoportáveis.

Eu não vou entrar no pormenor dos valores das taxas, até lamento que não tenham colocado aqui uma tabela comparativa, sei que algumas taxas são novas, outras são adaptações, junção de várias taxas, etc. Era interessante as que vêm de regulamento anterior, ter havido uma comparação para podermos ver a evolução destas taxas.

Porém, eu entendo que os Mirandenses não podem suportar mais aumentos de taxas para além daquilo que o Governo tem vindo a assumir, fruto de situações do passado.

Eu entendo que estes aumentos de taxas são exagerados, fruto de um Plano Financeiro que não foi a oposição que o introduziu ao município de Mirandela e aos Mirandenses, o Plano de Saneamento Financeiro resulta de uma má gestão de sucessivos executivos.

Todos estes aumentos de taxas é para resolver um problema financeiro que o Município tem, da mesma forma que somos atacados também por cortes ao nível da função pública e do setor privado e somos atacados pelo aumento de impostos ao nível do Governo.

Eu não diria que Mirandela tem muito espaço de manobra para encontrar alternativas, mas tem algumas. Podia dar sinais claros ao eliminar o gabinete político de apoio à presidência. Será que um município destes precisa de um gabinete desses? José Gama, o Sr. Marcelo que está além e já foi Presidente da Câmara deste Município, não sei se teve chefias de gabinete, se calhar na altura não havia esse regime.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Sr. Deputado, eu tenho a competência para interromper a intervenção de cada um dos Srs. Deputados. A Mesa não tem pressa, mas estamos numa hora adiantada e devemos ser objetivos e relativamente sucintos em relação ao tempo que temos.

Vou dar-lhe a palavra de seguida, mas chamar-lhe a atenção que se está a desviar, vamos ao assunto que estamos a tratar para podermos votar.

Faz favor de continuar a sua intervenção

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, vou terminar a minha intervenção.

Julgo que há sinais que o município poderia dar na contenção de despesas, mais efetivas.

A questão das nomeações políticas é uma questão que eu considero não prioritária, as despesas de representação, considero não serem questões prioritárias, como outro tipo de despesas que foram indicadas no último orçamento que podem contribuir para uma redução. Não significa que isso são alternativas completas à redução e à manutenção de taxas antigas, tenho consciência que é preciso reequilibrar algumas destas taxas, o que significa aumentar alguns dos valores. Não podemos é utilizar o mecanismo das taxas para resolver problemas financeiros que o município tem. Têm que encontrar soluções tal como o Governo as está a encontrar nos seus ministérios, têm que as encontrar dentro de casa.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

A palavra ao Sr. Presidente, se faz favor.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De forma sintética, dizer ao Presidente da Junta de Cedães, que 15 dias após a publicação, pode ir ao GAM pagar os 35,00 €, se faz favor.

Que leia a legislação respeitante aos elevadores, não tem a ver com taxas, tem a ver com a legislação e porque motivo temos que cobrar a taxa administrativa, não vale a pena fazer aqui a explicação.

E que qualquer competência que seja delegada numa junta de freguesia, naturalmente que é delegada a competência, não é delegada a cobrança, porque é um Regulamento da Câmara Municipal.

A lei não diz que a partir de agora, a Câmara ou a Junta vão-se substituir uma à outra. Cada um tem o seu órgão, cada um tem as suas competências...se a Câmara delegar alguma competência – já o fez no passado, delegou competências ao nível da gestão de património e noutras áreas. Delega-as, há um documento, há um protocolo e a partir daí as competências passam a ser exercidas pela junta de freguesia - se acontecer, que não haja essa preocupação.

Dizer ao Deputado *Carlos Fraga*, eu compreendo que receba os documentos tarde, mas nós soubemos quarta-feira ao final do dia que o Sr. vinha hoje, não podemos adivinhar as substituições. Aliás achava interessante que a revisão do Regulamento pensasse nisso, porque é um bocado complicado andarmos a ligar às pessoas durante o dia de quinta-feira, para saber quem vem.

Mas dizer-lhe também é importante que quando se olha para estes documentos, que se pense que a justiça social não é feita de uma forma plana, deve ser feita por identificação. E neste Regulamento também está a possibilidade de apoiar os estratos socialmente desfavoráveis e a Câmara apoia os estratos socialmente desfavoráveis, nomeadamente pela isenção de taxas, “os estratos socialmente desfavoráveis”, não vamos confundir a generalidade com a especificidade, são coisas completamente diferentes.

Sr. *Garrido* já no anterior Regulamento de taxas tínhamos as taxas do estacionamento, o que significa que não foram aplicadas. As taxas de estacionamento estão neste Regulamento, porque hoje em dia o Regulamento de Taxas tem um enquadramento legal, de acordo com as novas leis, em que há uma fundamentação técnica que nós temos que apresentar e nós concentramos todas as taxas aqui, porque é mais fácil assim e mais fácil até a fundamentação. A taxa só é aplicada quando o Regulamento que a regula, entra em vigor. Está criada, já existia no Regulamento anterior. Se nós não aprovássemos o Regulamento a seguir, por algum motivo, as taxas ficam suspensas. Eu dou o exemplo do que aconteceu aqui há um ano atrás, nós fizemos isso com o balcão do empreendedor, aprovámos um conjunto de situações que acabaram por não entrar em vigor, porque o balcão também não entrou e que acabam por constar neste documento.

Sobre as máquinas, não dão trocos e o cartão de residência, é verdade, se pedir uma 2.ª via, é uma 2.ª via, porque é uma alteração do contrato que nós temos. Quando se pede o cartão de residente, o dístico do cartão de residente tem lá se vou pedir uma alteração, é uma 2.ª via.

Quanto às esplanadas, o procedimento que tem sido tratado com a Associação Comercial de Mirandela, é que entre 01 de outubro e 31 de maio, a Câmara isenta de forma generalizada as esplanadas na rua, porque enfim...hoje chove, amanhã neva. Então todos os anos há um pedido da Associação Comercial e a Câmara isenta de forma generalizada as esplanadas em espaço público, o que significa que esta taxa é essencialmente para os três meses de verão e este valor é o aceitável.

Acontece normalmente, as próprias empresas propõem um valor da área, que nós nem vamos confirmar...mas tem que haver regulamentação, porque há um conjunto de regras associadas às esplanadas que é importante ter.

Em relação aos quiosques, pagam 10,00 € / m² de área de implantação e temos quiosques com 2 m² e pagam 5,00 € o m² se tiverem esplanada. Acho que há uma dúvida em relação à utilização do espaço público, por vezes o quiosque ocupa 2 m², mas ali à volta...não temos feito muita fiscalização nesse tipo de situações.

Eu considero que as esplanadas e os quiosques são elementos importantes para a tal imagem urbana e para as pessoas que nos visitam...há uma regulamentação, há uma regulação. Já disse e afirmo aqui publicamente sem qualquer complexo, na minha opinião, se fosse possível, essas eram competências que eu gostaria que fosse a Associação Comercial a gerir, que tem mais conhecimento do tecido urbano, mas a lei assim o permite.

Sobre a intervenção do Arquiteto *Nuno Sousa*, eu nunca gostei de vir aqui falar do passado, mas acho que também temos de ser honestos em relação ao passado. Eu lembro-me de muitas coisas nesta Câmara Municipal e tenho registo de muitas coisas e não gosto de falar nelas aqui. Então falamos do atual.

Digam-me onde é que está o aumento bruto de taxas neste documento...digam-me...eu desafio-os que me mostrem onde está o aumento de taxas bruto, neste documento.

Se vimos aqui afirmar que vai haver um aumento de taxas bruto, então vamos de dizer onde é que está...e não está. Depois digam-me onde houve um aumento bruto dos responsáveis do gabinete, eu não tenho chefe de gabinete, tenho uma Secretária e existem dois Secretários. Eu já me lembro, não foi no tempo do Sr. Marcelo, curiosamente, foi noutros tempos...de haver bem mais gente nos gabinetes. Havia gente que estava em regime de avença, que ganhava bem mais do que os responsáveis dos gabinetes, porque também tenho memória e era membro da Assembleia.

Quando vimos aqui falar em IRS e em agravamentos, também gostava que viesse aqui dizer: esta Câmara, mesmo sabendo que está com dificuldades, não aumentou o IMI. E porque é que não se diz aqui? Só se diz quando de alguma forma se aproveita politicamente um documento, que é uma resposta legal a uma nova lei, que é uma resposta legal a uma nova forma de fazer finanças locais, nomeadamente pela fundamentação e usamo-lo apenas como documento político que ele pode ser.

Tem que haver alguma clareza e eu desafio a fazerem esta avaliação e a dizerem-me se há aumento de taxas. E desafio-os também a fazerem outra avaliação: destas competências todas que aqui estão, que são as competências que nós temos em taxas, repito “das que estão aqui em taxas”, vejam quantas temos aqui, que nem um tostão cobramos durante o ano, mas têm que estar cá. Nós temos que cumprir a lei, somos obrigados constitucionalmente, a cobrar taxas nas áreas que nos é determinado pela Lei das Finanças Locais e pela Constituição Portuguesa. Desafio-os a ver um enorme número de taxas que aqui estão, que nós durante o ano nem um tostão cobramos, mas têm que estar aqui.

Por conseguinte, eu acho que este documento, é um documento evolutivo, é provável que venha cá quase uma vez por ano, porque hoje em dia a dinâmica que tem acontecido nas finanças locais, nas novas competências e nas novas alterações, levam-nos a que constantemente tenhamos que trabalhar com este documento.

Agora, não me venham dizer que este documento representa um crescimento abrupto de despesas e por favor não me venham falar em certos tipos de despesas do passado.

Eu nasci em Mirandela, cresci em Mirandela, estudei em Mirandela, fui membro desta Assembleia, lia com muita atenção os documentos...detesto falar do passado, eu vejo é o futuro e quero um futuro melhor para Mirandela.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria deliberou por maioria, com 36 votos a favor, (36 do PSD), 3 votos contra (1 da CDU e 2 do CDS/PP) e 14 abstenções, (1 do PSD, 7 do PS e 6 do CDS/PP), aprovar a Proposta de Regulamento de Taxas do Município de Mirandela e respetivos anexos.

4.12 – Proposta de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24 de fevereiro de 2014 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter o referido documento à discussão e aprovação da Assembleia Municipal e votação da Assembleia Municipal.”**

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 4.12, Proposta de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Mirandela.

Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais.

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Proposta de Regulamento, parece-me que vai criar uma série de complicações, mas o caminho faz-se caminhando e logo se vê o que vai acontecer.

Eu gostava de fazer algumas perguntas:

No Art.º 6.º “Isenção do Pagamento de Taxa”, os veículos em missão urgente de socorro. Pode ser o meu carro que esteja a prestar socorro a um doente que está acamado? Como é que eu justifico que estou a prestar socorro, se vier a fiscalização e eu não tiver lá o ticket?

Há também uma situação que me parece que o município não teve em consideração, que é relativamente aos residentes. Os residentes só podem beneficiar do período que este Regulamento impõe na sua zona, o que quer dizer se a sua zona estiver ocupada mas a zona ao lado estiver completamente vaga, ele não tem direito, mesmo que seja a 2 metros. Eu interpretei assim.

Há outra situação que me parece uma dupla tributação, no artigo 14.º “Estacionamento Proibido, Indevido ou Abusivo”. Nos termos do Código da Estrada considera-se indevido ou abusivo, o estacionamento de veículos, designadamente: Quando não tiver sido paga a taxa devida pelo estacionamento ou quando tiverem decorrido duas horas para além do período de tempo pago ou do tempo permitido, isto considera-se abusivo e cai na alçada do Código da Estrada e a Polícia pode multar como abusivo.

Parece-me que esta sanção é agravada com outra, que é o Art.º 16.º que diz: “*Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, é devida a taxa máxima diária com agravamento de 100% quando o veículo estacionado não cumpra o disposto no presente Regulamento, designadamente por falta de título, título inválido ou caducado.*” Quer dizer, se for apanhado com falta de título entra no Código da Estrada, mas também entra na coima. Gostava que me fosse explicado.

Há ainda uma situação que me parece um bocadinho mázinha (desculpem-me a expressão), que é de os deficientes só terem direito a duas horas. Se forem a uma clínica e demorarem mais do que duas horas, tem que pagar.

Também me parece que vai haver outra situação geradora de conflito, quem fiscaliza? Aqui diz que é a Câmara e que é a PSP. A Câmara, quem é a Câmara, são todos os funcionários e depois eles informam? O que me disseram é que o Jardineiro ou o Varredor, informa que um indivíduo tem o ticket caducado. Informa quem, a PSP? E ele pode fazer isso? Gostava de ser esclarecido.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não quero de forma alguma que o Sr. Presidente da Câmara fique com complexos de vitimização das minhas intervenções.

A questão que eu colocava sobre o Regulamento do Estacionamento, é que há um Município que fez uma intervenção sobre isto, porque é um Município que reside naquela rua, não tem garagem, tem que deixar o carro na rua e a solução para ter o carro na rua é comprar o tal dístico e de duas em duas horas tem que andar a sair de casa e pôr o carro noutra sítio e como ele haverá outros, porque infelizmente as garagens ou foram aproveitadas para lojas ou foram alugadas para terceiros.

De facto existem regulamentos semelhantes a estes, com a questão dos dísticos noutras cidades, Chaves e lá para o centro do país, por exemplo Aveiro, que permitem aos residentes terem um dístico com um período mais alargado. Um período funcional, se a pessoa está doente ou está de férias, é ridículo andar neste vai e vem para algo que de alguma forma é quase um direito do Município ter acesso a um lugar de estacionamento público. Isto porquê? Porque muitas intervenções são feitas – prédios ou edifícios – em que o promotor, em vez de providenciar mais estacionamentos, paga uma coima, daí a falta de estacionamento em Mirandela.

E a solução para estes municípios que até são pessoas que têm dado o seu contributo a esta terra e independentemente do contributo que têm dado a esta terra, têm legitimidade de poder usufruir do modelo semelhante a outros que são utilizados noutros concelhos. Há outras zonas da cidade onde isto não existe, aqui o princípio da equidade também desaparece.

Julgo que era pertinente procurar uma resolução a este pequeno problema, que apesar de ser dum Município, estou certo que outros municípios partilham da mesma situação. Compreendo que é necessário criar períodos de horas de cargas e descargas e acho que está acautelado aqui.

Já agora, nesta zona toda de estacionamentos, perguntava em relação aos veículos de duas rodas, os ciclomotores, se está acautelado espaço para poderem estacionar, há uma isenção de taxa para eles.

Deixava a sugestão para reequacionarem esta questão do prazo do dístico, porque acho que não é justo para um conjunto de municípios que residem lá, já há dezenas de anos, não têm outra situação para resolverem este problema e vêem-se confrontados com isto que é algo ridículo.

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se me é permitido sem querer fugir do assunto, apenas um esclarecimento à Mesa da Assembleia, nomeadamente na pessoa do Sr. Presidente.

Esta Convocatória para esta 1.ª Sessão Ordinária, está datada de 24 de fevereiro de 2014. É evidente que por imperativos de última hora a documentação só me chegou ontem ao fim da tarde e as coisas não devem acontecer dessa forma, mas às vezes há coisas de última hora.

Quando me referi ao ponto anterior e quando se falou da justiça social e bem, que o Executivo Municipal teve a preocupação de isentar as pessoas mais fragilizadas, só que o problema não são só essas, as pessoas que têm proteção jurídica e muita gente sem ser essa que está de tal maneira fragilizada e parece que estamos a pagar taxas pesadas demais.

Independentemente de a comunicação da Mesa da Assembleia me ter chegado ontem, pelo tal imperativo que foi anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara, mesmo assim me parece que em futuras convocatórias devem chegar a todos os Srs. Deputados com mais alguma antecedência.

Passando em concreto à Proposta de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Mirandela, é evidente que eu entendo que é necessário este regulamento, parece que é um ponto pacífico, porque foi aceite por unanimidade por todo o Executivo.

É um regulamento que tem como objetivo a melhor oferta e qualidade de estacionamento de Mirandela, nas referidas zonas propostas. Mas nomeadamente quando há um cidadão da nossa cidade que faz na discussão pública uma sugestão que não é aceite, que vem fundamentada e essa fundamentação acaba por dizer para melhorar o estacionamento nas referidas zonas, sendo certo que esta será uma fase embrionária que permitirá avaliar a pertinência, adequação e efeitos das mesmas, podendo contudo proceder-se a alteração das medidas previstas, sempre que se entenda necessário, através da alteração ao regulamento em análise. Eu entendo isto e irei comungar da disponibilidade da parte do Executivo, no sentido – entendo que se entra nessa fase embrionária e experimental – de o Executivo prometer que daqui a seis meses, poderá apresentar nesta Assembleia um relatório do mérito ou demérito que venha a ser aferido após a entrada em vigor deste regulamento.

Muito obrigado.



----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Muito obrigado também.

O Sr. Presidente quer dar alguma informação sobre este ponto?

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Sim, Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os esclarecimentos que foram colocados pelo Sr. *Garrido*, em relação aos veículos de emergência e socorro, estas designações resultam do Código da Estrada. Digamos assim, para lá das ambulâncias que nós assumimos como emergência e socorro, naturalmente, nessas circunstâncias, um veículo que por algum motivo não esteja em emergência de socorro e coloque os quatro piscas em utilização como símbolo de paragem sem assim estar, é multado pela PSP por essa função, hoje mesmo. Isto é redundante do ponto de vista da zona de estacionamento: vamos lá ver, imagine uma zona onde é proibido estacionar em Mirandela...se colocar o seu carro com quatro piscas afirmando que está em emergência é para isso que são os quatro piscas, é multado exatamente da mesma maneira. Isto no fundo vem dizer que na zona em causa é usado o mesmo procedimento.

Quanto aos residentes, não sei se já reparou que neste documento existem duas zonas, “A” e “B”, o que significa que o residente que fica na zona “A”, toda a zona “A” e toda a zona “B”. Se entretanto forem constituídas outras zonas com o mesmo estacionamento dentro do mesmo regulamento, é a isso que nos referimos. Imagine que uma pessoa tem o dístico para a zona das Amoreiras, não pode colocar o carro na zona da Cocheira, digamos assim, de forma linear.

Em relação aos deficientes é esse o entendimento que nós temos, são 2 horas de isenção em qualquer sistema de paragem. Como deve compreender não há um registo de início e de fim, acho que estou a ser claro. Enquanto se tiramos um dístico de estacionamento existe registo de início e de fim, para um deficiente, quem é que vai confirmar, só se estiver alguém em frente a ele com um relógio na mão a controlar.

O Arquitecto *Nuno Sousa* perguntou dos Ciclomotores, o Art.º 6.º tem a isenção dos motociclos e ciclomotores.

Sobre o excesso e falta de estacionamento em Mirandela, eu até pensei que se estava a referir ao Loteamento Varandas do Tua, onde estavam previstas vivendas e foram construídos prédios de rés do chão mais cinco, ou então ao Loteamento Carlos Rodrigues, ali na zona dos Salesianos, onde estavam previstas vivendas e foram construídos prédios de rés do chão mais cinco, sem qualquer tipo de estacionamento no exterior.

O objetivo deste regulamento - recorde que é a terceira versão e não a primeira, que vem a esta Assembleia Municipal – é de forma clara, ordenar o trânsito naquela zona, mas o grande objetivo e a grande reclamação tem sido dos comerciantes desta vias, para poderem melhorar a sua atividade económica. Tem sido esta a reclamações, têm sido estas as situações.

Recordo que a Dr.ª *Alzira*, na anterior Assembleia, referiu e bem, que havia um problema associado aos residentes, o que é que lhe foi respondido pelo documento que estava na altura é que não estava adequado e hoje aqui, já trazemos o modelo, mais uma hora, menos uma hora, mas este é o modelo aceite como generalizado noutros locais onde há o estacionamento tarifado.

Um membro desta Assembleia disse aqui, copiem os regulamentos, não copiem...é verdade, nós usamos os modelos que são utilizados e que funcionam nos outros sítios, tentamos adequá-los à nossa realidade e tentamos fazer aquilo que disse muito bem o Sr. *Fraga*. Estes regulamentos não são estanques, nem devem ser. Se amanhã detetarmos uma situação e vemos que há claramente uma situação de injustiça ou há uma falta de adequação, devemos vir a esta Assembleia e ter coragem de alterar. Aliás como eu disse em relação aos residentes, e aos dísticos dos residentes. Foi uma alteração de conceito e até de filosofia e é o que vamos fazer.

É preciso atender que o objetivo deste processo é beneficiar a atividade comercial nas vias principais e nas vias paralelas a zonas comerciais.

É essa a reclamação, tem sido essa a solicitação, houve assembleias, manifestações de rua e esperamos que a partir de agora seja possível responder dessa forma.

Há a questão da fiscalização, que o Sr. *Garrido* falou. Se for efetuada pela Câmara Municipal, o único agente de fiscalização que existe na Câmara são os Fiscais. Temos dois tipos de fiscais: Fiscais de Mercados e Feiras e Fiscais Municipais, apenas eles podem exercer funções de fiscalização, a menos que haja algum funcionário que também seja investido nessa função, mas tem sempre que ser nomeado nessa função, para a exercer.

Aquilo que gostaríamos – não vou dizer já que sim, porque só a partir deste momento começa o processo - que seria o ideal para nós é que fosse a PSP a fazer toda a fiscalização. Sendo a PSP a fazer a fiscalização este é um processo gratificado, falando claramente, por esse motivo terá que haver um contrato financeiro entre a PSP e a Câmara, estamos a acertar esses pormenores, mas para nós o ideal seria que fosse a PSP a tomar conta de todo o estacionamento tarifado.

Sr. *Garrido*, em relação à duplicação da coima, nunca há duplicação de coima, sobre a coincidência de duas situações. No limite, estacionamento abusivo, é o primeiro, que é o que define o Código da Estrada. Se houver essa situação, será sempre a coima pelo estacionamento abusivo.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Vamos votar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, deliberou por maioria, com 36 votos a favor, do PSD, 3 votos contra, (1 do PS, 1 do CDS/PP e 1 da CDU) e 15 abstenções, (1 do PSD, 6 do PS e 8 do CDS/PP), aprovar a Proposta de Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Mirandela.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais:

----- **Presidente da União de Freguesias do Franco e Vila Boa, Paulo Pontes (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito boa tarde mais uma vez a todos.

Permitam-me que faça aqui duas sugestões: uma ao Sr. Presidente da Assembleia e outra ao Sr. Presidente da Câmara.

A sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia é que em assembleias futuras e aceite ou não, é que para o almoço dê apenas uma hora. Qualquer de nós na sua função pública ou privada, costuma ter uma hora para almoçar e não duas ou três horas e depois das três horas ainda chegarem atrasados.

Sugerir ao Sr. Presidente da Câmara, quando for implantado o sistema dos parquímetros, que crie um sistema no Parque da Câmara que permita aos Presidentes de Junta, com uma chave ou outra coisa qualquer, terem acesso àquele Parque, que normalmente até está sempre com espaço e nós não temos espaço cá fora para estacionar e irmos tratar dos assuntos, normalmente à Câmara Municipal.

A questão ao Sr. Presidente da Câmara é que eu e vários Presidentes de Junta, de há três anos para cá, nas freguesias que são atravessadas pela auto estrada temos tido a preocupação de fazer protestos, ter havido reuniões e várias situações em que não estamos contentes, não porque nos apetece não estar contentes mas porque não vemos satisfeito o que nós pedimos.

Há mais de um ano veio cá o Sr. Diretor Geral das Concessões, o Sr. Eng.º *Mendes Godinho* e mais duas Sras. Engenheiras, (refiro-me ao Franco) percorreram a extensão da IP4 e ficaram escandalizados. Nessa altura foi produzido um relatório e que é evidente, do escândalo que eles aqui presenciaram e esse relatório presumo que foi enviado para a Câmara, para a minha Junta de Freguesia não foi enviado, mas do qual eu tive conhecimento já há mais de um ano.

Esperamos que o tempo retome o que é natural, na primavera venha o sol e depois venha o verão, o que é certo é que nada do que foi produzido nesse relatório que é claríssimo, nada foi feito no terreno, ou seja, os caminhos que não existiam continuam a não existir, os que estavam mal feitos continuam a estar mal feitos, a obra mal feita continua mal feita, taludes que não estavam solidificados continuam por solidificar. Se o Sr. Diretor da concessão viesse cá hoje, encontraria tudo tal como estava há um ano. Também já disse aqui que este Governo era igual ao anterior, porque o que está agora podia prevenir situações, falam em parcerias público privadas, tiram as rendas e põem as rendas... nós nem pedimos a auto estrada e vamos ver qual a consequência de a termos cá, daqui a alguns tempos iremos ter que pagar portagens...e os locais que tinham os seus caminhos agrícolas podiam passar perfeitamente.

Queria saber quais são as démarches que o Sr. Presidente e a restante Vereação estão a tentar fazer, que eu ao fim deste tempo todo estou a pensar escrever mais uma carta para a Junta Autónoma de Estradas e para o IEP, a dar parte da situação.

----- **Deputado Municipal Carlos Fraga (Independente PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município, queria lembrar ao Executivo, porque as coisas são muitas e nem tudo lembra, ficou a intenção de se fazer algo de futuro, mas as coisas continuam inalteráveis. Uma tem a ver com a Rua da Cruz Amarela, a rua que dá para os Serviços da Segurança Social, onde a via é estreita e tem os passeios. Nessa rua acontece que quem vem da Av. dos Bombeiros Voluntários e se desloca à Segurança Social, o passeio a partir de determinado lugar tem lá um espaço reservado para estacionamento, depois é passeio e não há estacionamento. Acontece que sempre ali três ou quatro viaturas e os moradores das vivendas para meterem os seus carros nas garagens, vêem-se gregos...porque não devia ser permitido estacionar sobre os passeios, mas enfim...nós sabemos que não é.

Talvez fosse prudente, para evitar esses conflitos, a Câmara providenciasse no sentido de haver ali um meio técnico para resolver esta situação, de modo que as pessoas que vivem naquelas vivendas não tenham algum conflito com as pessoas que estacionam ali em frente.

Outra situação tem a ver com o Cemitério de Golfeiras. É sabido que as coisas já estiveram piores, mas o que nos interessa é que estejam melhores. O Parque de Estacionamento à entrada do Cemitério e ainda ontem notei a dificuldade, temos ali terrenos do domínio público mas o terreno não está devidamente nivelado. Quando há funerais em que há muitas viaturas, metade da gente tem que ficar ao longo da rua porque não há onde estacionar. Hoje em dia sabemos, que por questão de segurança, os cortejos fúnebres não são feitos a pé, são feitos de automóvel e por vezes há congestionamento e confrangimento, porque não há ali lugar para estacionar.

O Executivo poderá, que mais não seja, com os seus próprios meios, fazer ali um nivelamento de terras de maneira a que haja mais espaço para estacionamento.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, Cristina Passas (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha intervenção é feita neste momento e não no ponto 4.10 e vou explicar porquê.

Eu venho aqui pedir a palavra e peço desculpa pela hora tardia, não em defesa da honra, porque eu não posso defender a honra, porque não sou Direção da Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

No entanto, eu venho aqui na qualidade de cidadã e município, dizer que de facto, a atitude que o Sr. Deputado teve com a nossa Direção foi muito deselegante. Deselegante, porque a minha Direção de facto é constituída por homens que dão o seu tempo gratuitamente, em prol dum objetivo, em prol duma comunidade, em prol duma sociedade. Esses homens têm nome, chamam-se *Jorge Morais, Paulo Carlão, Paulo Valbom, Rui Cepeda e Vítor Borges*, homens que pagam os seus impostos, homens que criam postos de trabalho, que com o seu esforço e de forma gratuita encetam muitas vezes responsabilidades pelas quais não podem, nem devem ser completamente julgados.

Em relação à situação de escolher ou não o melhor parceiro, e terem cuidado porque alguns não serão o melhor parceiro, nomeadamente como dizia o Sr. Deputado, o que aconteceu com a Mircom.

Pergunto ao Sr. Deputado se sabe o que deu fundamento à Mircom. Quais são as obrigações que tínhamos, na altura de dar como certas para podermos avançar para a Mircom. Se souber ir-me-à responder, mas de qualquer forma vou-lhe dizer já.

A Mircom tem como base a Unidade de Acompanhamento e Coordenação do próprio projeto Urbcom que obrigava ao aparecimento de uma nova associação em que os parceiros, obrigatoriamente, por lei teriam que ser a Câmara Municipal e a Associação Comercial.

Além disso vou referir Sr. Deputado, nem sempre com os grandes projetos são alavancados grandes recursos financeiros. A capacidade de trabalho e técnica, muitas vezes alavanca o que o dinheiro não pode alavancar.

Assim tenho para dizer que eu não estou aqui em defesa da honra, mas estou como cidadã, que considere que este órgão é nobre demais para se vir falar de pessoas que não têm capacidade de se vir aqui defender.

Neste sentido apenas diria que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela é – não entendo bem porquê - das associações mais faladas...para o bem ou para o mal, não sei e também não interessa, mas é a que de uma forma tenta empreender. E nesse sentido, como podem entender, eu não posso considerar, nem posso aceitar o que disse aqui, porque acho que não é elegante.

Se acha que a Associação Comercial ou neste caso, como referiu, a sua Direção, tem as suas reticências, penso que a Visabeira está bem colocada, é geograficamente de Trás-os-montes para ser convidada. Não quer dizer que não o seja, mas redimir aquilo que as pessoas localmente tentam fazer em prol de grupos económicos que não estão dentro de região, não entendi muito bem.

De forma genérica queria deixar aqui o meu apontamento de desagrado.

----- **Deputada Municipal *Fernanda Cerqueira* (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje houve festa em Mirandela e nós nem demos por isso. As nossas crianças comemoraram o Carnaval que se avizinha.

Hoje sinto-me particularmente preocupada com o que se passa no nosso país e em especial com o que se passa em Mirandela, e ao meu jeito pessoal, vou tentar animar ou mascarar a minha preocupação.

“Imagine um lápis de cor, é um instrumento concebido para pintar. Foi para isso que foi criado. Agora imagine que o lápis nunca é usado, ou pelo menos não para o fim a que se destina e fica esquecido num porta-lápis qualquer.

O lápis fica dias e dias no porta-lápis, os dias passam e ele continua esquecido. O lápis começa a ficar inquieto mas sem saber exatamente porquê. Um dia, alguém o tira do porta-lápis para fazer um furo numa folha com a sua ponta bem afiada, o lápis fica cheio de alegria, alguém o usou, furou uma folha de papel, foi útil, estava mais animado mas mesmo assim ainda se sentia satisfeito. Furar a folha foi divertido, mas não era bem isso o que queria fazer! Nos dias seguintes, o lápis foi utilizado para ajudar a enrolar papel, para tirar cera do ouvido, para apontar, mesmo assim continuava insatisfeito, deprimido, pensando que ainda não tinha realizado atividades suficientes para se sentir completo. Quanto mais fazia essas coisas, mais deprimido se sentia. Um dia, estava caído no chão da sala quando uma criança pegou no lápis e começou, com ele, a desenhar numa folha de papel. Rapidamente uma luz invade as emoções do lápis! Finalmente entendeu qual o seu objetivo, qual o propósito para que foi concebido. Agora sabia o que queria fazer, aquilo por que tinha esperado há tanto tempo!”

Cada vez mais, estou convencida de que tal como o lápis ainda não conseguimos encontrar o nosso propósito, pelo menos no que diz respeito a política local.

Cada intervenção feita, do período de antes da ordem do dia, tenta o mais que pode defender os seus líderes políticos nacionais, aqueles que estão ou já estiveram no poder. Atrevo-me a dizer, mesmo não acreditando muito no que estão a fazer.

Mas são os líderes do nosso partido, é o nosso partido temos que o defender. É uma versão válida.

Para poder participar nesta assembleia municipal, ainda é preciso estar associado a um partido político!

Quando estamos a falar de Mirandela e dos Mirandelenses, deveríamos começar a pensar mais no que está bem ou mal, independentemente do que se diz no poder nacional. É claro, dando-lhe a devida importância porque as políticas nacionais nos afetam localmente, mas a devida importância, nem mais, nem menos.

Independente de quem pratica as políticas, o problema da interioridade deveria ser prioridade e preocupação de todos, se somos poucos, enquanto continuarmos divididos vamos ser menos, ter menos força ou não vamos ter força nenhuma.

Os problemas da falta de emprego e postos de trabalho que se extinguem de uma forma exponencial, em Mirandela, devido a perda de serviços deviam ser um problema de todos independentemente da sua ideologia política, ou melhor a diferença de ideologia, do modo de pensar, deveria ser entendida como uma mais-valia, para produzir uma chuva de ideias e depois podermos escolher a melhor, a mais eficaz e a que reunir maior consenso. Utópico? Talvez não.

Mais que moções partidárias, individualistas, organizar comissões, grupos de trabalho, onde essas moções fossem preparadas certamente teriam uma força maior, digo eu!

Os serviços da justiça e da saúde estão a desaparecer no nosso concelho, bom, para já a perder valências, a longo prazo e se nada for feito só os mais ricos terão direito a esses serviços.

Quanto à educação, o problema das instalações, acredito que neste momento se houver empenho tem tudo para se começar a resolver, mas muitos mais são os problemas inerentes ao que diz respeito ao funcionamento de uma escola.

Neste como noutros casos, continuo a salientar que deveríamos agir antes que os problemas se agravem.

Um dia, espero que o mais breve possível gostaria de tal como o lápis, que esta assembleia, encontre o seu propósito ou pelo menos o propósito que as pessoas que votaram em nós, esperam.

Acredito que, a política tal como a conhecemos, com 40 anos de vida, tem necessariamente que mudar e nós que fomos os pioneiros na preocupação com as assembleias municipais, também poderíamos fazer a diferença naquilo que seriam as políticas de preocupação com as pessoas, a nível local.

E eu acredito, que nesta assembleia, há pessoas com capacidade para fazer essa diferença.

Vou finalizar com uma frase de Steve Jobs:

"A inovação é o que distingue um líder de um seguidor."

----- **Deputado Municipal David Garrido (CDU):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não sei se sou lápis de cor se sou a preto e branco...

O que me traz aqui são duas são três situações:

A primeira é perguntar se é possível tapar um buraco muito grande que está junto à ponte da Tarana. Naquele local tem que se sair da faixa de rodagem, sob pena de dar cabo do carro.

Outra situação é na Rua D. Teresa em Golfeiras, eu tenho aqui a fotografia que posso mostrar ao Sr. Presidente, que é a rua da parte de cima da Escola Primária, em que a estrada aluiu.

Eu já falei com o Sr. Eng.º *Guedes Marques*, ele diz que vai tratar. Os moradores estão muito aborrecidos e aquilo está mesmo gravoso.

Para terminar, a outra situação é relativamente a Frechas. É a rua que dá para a conicultura, para o Sr. *Manuel Joaquim*. Eu fui interpelado e o Sr. Presidente já disse que o caso está identificado pela Autarquia e assim que houver disponibilidade, tão breve quanto possível vai resolver a situação.

O que eu pergunte é se já há o espaço temporal para que se faça o calcetamento daquela rua.

----- **Deputado Municipal José António Costa Ferreira (PS):**

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Utilizo este ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município para apresentar uma Proposta que penso ser do interesse da vida política e democrática do Município.

Assim o faço formalmente depois de ter tido a oportunidade de conversar com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em que vi espírito de acolhimento e devo dizer que tive também a preocupação de partilhar com todos os líderes das restantes bancadas desta Assembleia Municipal, que também recebi o acolhimento para esta proposta que agora formalizo.

“Proposta

Sendo a próxima Assembleia Municipal no mês de abril e sendo este ano o ano que marca os 40 anos do 25 de Abril, faço a proposta de que a próxima Assembleia Municipal tenha lugar exatamente no dia 25 de Abril, para que dessa forma possamos assinalar também no Município de Mirandela, os 40 anos da “Revolução de abril”.

Permitam-me a liberdade de dar um contributo para a sua cronologia, desse dia em que naturalmente que as cerimónias do hastear da bandeira continuavam a ter lugar. Depois, nesta Câmara teríamos oportunidade de um representante de cada partido fazer um discurso evocativo do 25 de Abril, seguindo-se depois a respetiva ordem de trabalhos da Assembleia Municipal desse dia.

Penso que esta proposta deverá merecer o acolhimento porquanto o propósito e penso que estamos todos imbuídos desse espírito que visa assinalar a memória evocativa dos 40 anos do 25 de Abril, que estabeleceu em 1974 em Portugal, um Estado de Direito e Democrático, com uma democracia representativa, também traduzida nesta nossa Assembleia Municipal.

Muito obrigado.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado António Figueiredo, vou informar esta Assembleia que o que aqui foi enunciado pelo Sr. Deputado José António Ferreira, está a ser tratado pela Mesa em contacto com os Srs. representantes de cada grupo municipal e com o Sr. Presidente do Executivo Municipal.

Daremos notícias logo que haja em concreto, qualquer acordo.

----- **Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O líder do Grupo Parlamentar do PSD, *Dinis Humberto Veiga*, delegou-me, como Vice Presidente do Grupo Parlamentar, o acolhimento da Proposta do Partido Socialista, das comemorações do 25 de Abril, em que faríamos no Palácio dos Távoras a haste pública em comemoração do 25 de Abril e depois faríamos aqui neste Auditório a respetiva Assembleia, onde cada um dos líderes parlamentares faria a sua intervenção.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, José Madureira (CDS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu apenas gostaria que estivesse aqui o Sr. Professor *Dinis*.

Estive aqui como candidato, como eleito, como Presidente de Junta e volto a estar aqui.

Admiro-o muito, só que estranhei uma palavra que ele disse ao meu colega Presidente da Junta de Cedães, que era a primeira vez que estava aqui. Comparo isto como quando uma pessoa vai para a tropa e era maçarico...mas muita gente também anda a conduzir o carro toda a vida e nunca consegue conduzir...e outros, tendo outros trabalhos, arquitetos, engenheiros...

Como Presidente de junta, é a primeira vez que estou aqui, mas tenho a experiência da vida se alguns Presidentes de Junta lhe acontecesse como a mim, se calhar não estariam aqui.

E tenho outra resposta para o Sr. Presidente de Junta do Franco. Se eu não entendi bem que me desculpe.

Disse aqui que ele nunca falou em reunião com o Sr. Presidente da Câmara. É o que eu digo, há presidentes de junta que não precisam de marcar, porque eles estão sempre marcados. Sei o que se passa com os presidentes de junta, sei quais são os melhores...

Eu sei que o Romeu, por exemplo, é um presidente da junta diferente doutros. A junta número um é a do Romeu e a segunda era a de Abambres.

Eu estou numa junta difícil e além de ter apoio do Sr. Vereador, tenho um problema muito grave a resolver, porque já entreguei a junta a um advogado, vai para tribunal, derivado a situações graves que se encontram naquela junta. Se algumas juntas mudassem se calhar aconteceria o mesmo.

É como um caso que fez a junta anterior de Abambres, subiu ao vencimento a uma funcionária, 90%, depois das eleições. Isto é justo? Agora tenho que pedir ao Sr. Presidente da Câmara que me dê dinheiro para lhe pagar. Mas a partir do dia quatro já está suspensa do trabalho.

Ouro assunto é que eu gostaria que a Câmara Municipal tivesse um fiscal que uma vez por ano fiscalizasse a junta de freguesia. Por exemplo, as associações prestam contas a alguém? Eu falo da minha freguesia e não tenho que falar em mais nenhuma.

Gostaria também de chamar a atenção ao Sr. Presidente de Junta de Cabanelas, de Vale de Salgueiro, das Aguietas e da Bouça, a estrada nacional 315, derivado às passadeiras, porque é que em Mirandela, dentro da cidade tem passadeira e porque é que dentro das aldeias não têm passadeiras? Já fui às Estradas de Portugal a Bragança e eu disse ao Sr. Eng.º que se ele morasse em Vale Juncal, se calhar já estava lá a passadeira.

----- **Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste ponto, é o meu entendimento e pode ser um entendimento perfeitamente leigo e nem ter sustentabilidade nenhuma, de qualquer maneira, hoje falou-se bastante de estacionamento e de falta dele, problemas de fluidez de trânsito e há muitas zonas na cidade com um congestionamento atroz. E bem sabem, a zona envolvente da Câmara Municipal, o Terreiro, e vários locais. Por exemplo no Largo do terreiro não há mais estacionamento porque alguém se lembrou de ocupar aquilo com um jardim enorme para o espaço, quando podia ter sido criado num dos lados de estacionamento como no lado debaixo. Sabem ao que me refiro. Estou a falar da traseira da zona da residência de estudantes. Não é possível marcar lugares de estacionamento? É que as pessoas ao estacionarem sem controle, perdem-se lugares de estacionamento. E quem diz esses, em vários locais, como depois do quiosque, em frente à Adega, que não têm lugares marcados de estacionamento. Ao estacionar-se sem marcação, perdem-se lugares.

Dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixa aqui a sua solidariedade com a Associação de Estudantes e com mais intervenientes na questão da declaração da Escola Secundária de Mirandela e mesmo lapidarmente, é necessário que a autarquia se sirva de toda a sua influência para minorar as condições degradantes daquela Escola.

----- **Deputado Municipal Nuno Sousa (DCS/PP):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas queria fazer aqui duas intervenções, muito rápidas.

Uma para esclarecer um equívoco relativamente à minha intervenção sobre o ponto 4.10.

Eu não pus em causa a idoneidade de nenhum indivíduo da Direção, o que eu disse e sugeri à Câmara, foi que escolhesse parceiros que potenciasses este projeto que é muito interessante, da constituição da Escola, porque se olharmos para o exemplo do que tem sido a gestão da ACIM em relação à Reginorde, não vale a pena tê-la como parceiro, porque a Reginorde, desde que a Câmara deixou de ser gestora daquele evento, desapareceu.

O último ponto é que naturalmente estamos solidários com a atitude do Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária, é uma situação que precisa de ser resolvida com a necessidade urgente e é lamentável que o Governo tenha dado aquela resposta que neste momento não há verbas para fazer as respetivas obras.

Obviamente que teremos de estudar outras soluções para que pelo menos se possam criar as condições mínimas que qualquer aluno e qualquer professor deve ter, em relação àquela Escola.

Por último, também gostaria de lembrar, talvez o PS tenha andado distante, anda mais preocupado com o mediatismo da Escola Secundária, que é justo, mas nós temos Escolas Primárias com amianto e sobre essas ninguém discute.

Não falo só das escolas, habitações sociais que também têm as coberturas em amianto.

Nesta altura do campeonato já era altura de pensarmos em algo diferente. Compreendo que andaram envolvidos a pensar num mega projeto de um centro escolar, que iria resolver tudo e o centro escolar não resultou.

O que é importante é pegarmos no que temos, dar-lhes outras condições e estudar uma estratégia mais integrada. E a minha preocupação é que temos condições deploráveis na Escola Secundária, que são competências do Estado que tem que as resolver, mas também temos condições que eu considero deploráveis ao nível de património escolar, que é responsabilidade da autarquia. Era aqui que gostava de vos ver envolvidos como membros da sociedade civil, agentes políticos eleitos, mas são membros da sociedade civil Mirandelense. Eu não ouço por exemplo o Presidente da Junta de Mirandela pronunciar-se sobre essa questão. Perdoem-me se estou a exagerar na minha posição.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, José Eduardo Almeida (PSD):**

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas Presidentes de Junta.

Naturalmente que a Escola Secundária de Mirandela, tal como preocupa os alunos, os professores, os funcionários e cada um de nós já se manifestou sobre a Escola Secundária, também preocupa o Município e preocupa a Junta de Freguesia de Mirandela.

Eu lembro só aqui o investimento que foi feito em Bragança, em que a Escola Emídio Garcia em 2011 e 2012 sofreu as obras que sofreu; a Escola Abade Baçal em 2010 e 2012, que sofreu as obras que sofreu no valor de alguns milhões de euros.

Foram construídos na sede de distrito dois centros escolares: o Centro Escolar da Sé e o Centro Escolar de Santa Maria, isto entre 2009 e 2011.

Agora digam-me, que pessoas que tanto hoje se preocupam, porque é que não se preocuparam naquele tempo em que foi o PS que investiu tanto dinheiro na sede de distrito e não investiu um tostão em Mirandela.

Isto não é motivo para hoje nos calarmos, é motivo para continuarmos a lutar, pelos alunos, pela escola pública que temos, pelos professores, pelos funcionários, por todos, porque a escola é de Mirandela e tanto o Município como a Junta de Freguesia, estão preocupados com a situação e tudo farão para pressionar os órgãos que devem pressionar, no sentido de podermos colmatar as necessidades que Mirandela sente, em termos de Parque Escolar.

Muito obrigado.

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, Artur Reis (PSD):**

Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei rápido, mas parece-me importante esclarecer, há um equívoco que pelos vistos está a querer tomar uma dimensão que não tem, nem se lhe deve dar essa importância.

Falou-se aqui numa rua de Frechas, ficámos a saber que há aí um sistema de informação qualquer, que anda a passar muito rápido essas informações.

É importante que se diga que em relação a essa rua, nós fizemos aquilo que era o nosso dever fazer.

Fomos ao local, vimos o que se passava, falámos com quem tínhamos que falar e fez-se um plano para a obra ser feita, acontece que nós não olhamos só para essa rua. Quem às vezes está a tornar esta situação redutora, acho que não está a proceder bem, pelo nome que aqui foi falado, do Sr. *Manuel Joaquim*, pela pessoa que me antecedeu. Ou seja, nós não podemos estar a olhar só para o quintal dessa pessoa, nós olhamos de uma forma mais abrangente para a nossa freguesia, preocupamo-nos com as ruas todas e com os caminhos todos. A prova disso é que está a ser feita uma intervenção num caminho rural em Frechas. Que eu me lembre nunca foi feito e que é de extrema importância, inclusive porque é ponto de passagem dos percursos pedestres. É pena que as pessoas que fazem essas declarações, que aqui não venham, porque há um lugar reservado ao público e poderiam também estar aqui a ouvir o que se passa.

Muito obrigado.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

O Sr. Presidente quer dizer alguma coisa, sobre estas intervenções?

Faça favor.

----- **Presidente da Câmara Municipal, António Branco:**

Vou ser sintético e objetivo e tentar não ser polémico que é para não dar seguimento a estes processos.

No entanto, como devem compreender, estando aqui em cima e assistindo, eu não posso deixar de responder a algumas situações que são colocadas. Algumas que são propostas ficam bem assentes e tentaremos resolvê-las, mas há outras que têm de ser faladas.

Uma delas é dizer que, eu, se fosse gestor das auto estradas ou da CAET XXI (Construções), o nome *Paulo Pontes* punha-me nervoso desde manhã até à noite, porque o Sr. Presidente da Junta do Franco tem sido (perdoem-me a expressão e ele sabe que o faço com a liberdade e a amizade que nos une) uma carraça permanente, contínua, no sentido de tentar que tudo o que ele exige para a terra dele, seja cumprido. Acho que é necessário dizer aqui que a forma como ele o faz, às vezes mais agressiva, outras vezes não tanto, julgo que este é um bom exemplo para outros assuntos que aqui se falam como por exemplo a questão do Parque Escolar.

Todos acordamos que há um problema na Escola Secundária, mas peço desculpa, eu estou preocupado com a Escola Secundária há mais de dois anos. E estou preocupado com a Escola Luciano Cordeiro e estou preocupado com a Escola da Torre, onde chove nas salas de aulas e estou preocupado com as outras escolas e estou preocupado com o facto de o Governo não cumprir compromissos.

Quando se vem aqui falar de património e mega centros...olhe que eu não sabia que o de Mirandela tinha sido abandonado, porque Mirandela recebeu património com a contrapartida de ter um Centro Escolar "Mega".

Penso que todos nós, nos devemos é unir em torno da reclamação por todas as necessidades de Mirandela. Eu gostava de fazer essa homenagem ao Paulo, porque ele sabe bem que lutou muitas das vezes, não só pela freguesia dele, "pelo quintal dele", mas lutou muito também pelas outras freguesias e muitas das vezes vieram resultados dessas negociações.

Infelizmente, a única resposta que eu tenho para dar ao Paulo é que vamos continuar a lutar e com a mesma força, nomeadamente agora, mais especificamente as estruturas da EP (Estradas de Portugal, SA), foram completamente reformuladas, a administração alterou, o Diretor de Estradas é diferente, o Diretor de Concessões é diferente, toda a gente mudou, está na altura de fazermos a mesma pressão.

Aquilo que me tem sido transmitido pela CAET XXI, que é a entidade que constrói as estradas, é com as naturais dificuldades que tem sentido que tem levado a que a obra que está a decorrer no nó de Mirandela, que é feita por eles, ande com a velocidade a que todos assistem, não com a velocidade que gostaríamos, tem limitado algumas intervenções.

De qualquer maneira, é minha opinião que é fundamental continuar com essa pressão.

Ao Deputado *Carlos Fraga* dizer-lhe que tem toda a razão em relação à rua da Segurança Social. A minha opinião (tenho a certeza que a Fernanda Cerqueira se calhar concorda) é que aquela rua devia ser reservada a residentes e pessoas que tivessem dificuldades de locomoção, poderia ser uma boa solução. No entanto termos ali um problema com a Segurança Social, como sabe. No final da obra das Amoreiras, julgo que podemos falar sobre isso.

Em relação ao cemitério, nós vamos fazer uma intervenção grande para aumentar o estacionamento na zona do cemitério novo. Na parte de baixo não iremos intervir enquanto não concluirmos o acesso Oeste.

Dizer ao Deputado *David Garrido* que o problema junto à Ponte Tarana, tem a ver com a obra, quando a obra estiver concluída todos esses assuntos serão resolvidos. Como é conhecido temos problema com a obra, que estamos a tentar resolver.

A situação da rua da D. Teresa já nos tinha sido comunicada pela Junta de Freguesia, já estivemos no local, são questões que envolvem particulares, é preciso fazer notificações, o processo está a decorrer, mas nós não podemos intervir nesses espaços sem autorização, ou sem autorização legal ou sem a notificação legal.

Julgo que o Artur não podia ter respondido melhor à questão de Frechas, é preciso entender que este é um ano de buracos, é um ano de caminhos, é um ano terrível para tudo o que sejam acessos e não vai ser fácil conseguir ultrapassar essa situação.

Gostava também de dizer que em relação ao 25 de Abril, eu apenas queria dar uma sugestão, uma vez que vai ser votada uma proposta.

Propunha que nós fizéssemos a habitual cerimónia da elevação da bandeira em frente ao Palácio dos Távoras, de seguida abrísssemos em sessão nobre, no Salão Nobre a Assembleia Municipal, com as intervenções dos grupos, isto é a Assembleia era iniciada no Salão Nobre e depois suspensa e transferida para este espaço, para a continuidade da Agenda. Era uma sugestão que eu fazia, porque mantínhamos a nobreza e o compromisso e eu comprometo-me também a trazer alguma animação a esse dia e a essas cerimónias. Julgo que seria assim mais interessante, para não estarmos no hastear da bandeira e depois virmos para aqui a correr...assim fazíamos lá, é o Salão Nobre, é a casa de Mirandela e eu gostaria de participar nesse aspeto.

Sobre as situações que têm a ver com a Residência de Estudantes e com as marcações, iremos também tomar conta delas.

Quanto à Freguesia de Abambres, os conflitos entre o atual e o anterior Presidente da Junta terão que ser dirimidos.

Sabe bem o Sr. Presidente da Junta que a Câmara Municipal tem-no recebido, tenho ouvido esta situação, também o próprio Vice Presidente já teve oportunidade de o ouvir, só que não nos vamos imiscuir claramente nessa questão, porque não nos compete a nós.

Terminava dizendo da nossa disponibilidade para estas pequenas situações, perdoem-me uma sugestão à nossa Assembleia.

Às vezes eu venho a esta Assembleia e oiço estas situações: há um buraco no sítio tal, uma rua no sítio tal...eu não quero dizer mais, mas neste Sábado vamos estar na Escola da Central, numa atividade que se chama "O Meu Bairro". Sugeria aos Srs. Deputados Municipais que, ou pessoalmente ou por interposta pessoa, ou por pessoas que conhecessem, estivessem nessas sessões e falassem conosco. Já Convidei os Srs. Vereadores da oposição, se quiserem estar presentes, também podem estar presentes. É um critério de abertura para quem quiser falar. Às vezes há questões que as pessoas não conseguem colocar, nós estamos ali...às vezes é um buraco, uma parede, sei lá...estamos ali para ouvir as pessoas.

A nossa disponibilidade é sábado à tarde a partir das 17h30, este fim-de-semana é na Escola Central e daqui a um mês, não vos sei dizer onde é, mas está na página da Internet um calendário anual.

Estamos ali para ouvir a população e ouvir aquilo que eles querem dizer.

Muito obrigado.

2.º Período de Intervenção do Público

06 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- **Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão:**

Eu perguntava se algum Município está presente e se quer usar da palavra, como é do Regulamento?

Nenhum Sr. Múncipe pede a palavra.

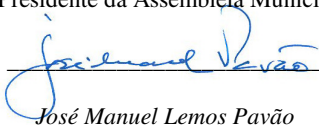
Está terminada esta sessão e muito obrigado.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão, eram 19 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

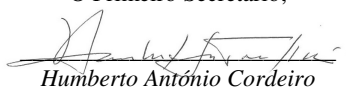
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 19 horas.

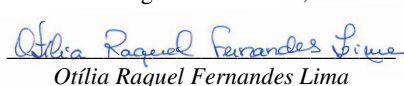
O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;


Otília Raquel Fernandes Lima